

Esaú Patrício Fernandes Pereira
Niara Pereira dos Santos de Araújo
(Organizadores)

VOZES E VIVÊNCIAS:
A ARTE
DO APRENDER E
CONVIVER

Esaú Patrício Fernandes Pereira
Niara Pereira dos Santos de Araújo
(Organizadores)

**VOZES E VIVÊNCIAS: A ARTE DO APRENDER E
CONVIVER**



Copyright © 2026 TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À FACULDADE METROPOLITANA NORTE RIOGRANDENSE – FAMEN. De acordo com a Lei n. 9.610, de 19/2/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informações ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do detentor dos direitos autorais. O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.202617>

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

N494 Vozes e vivências : a arte do aprender e conviver/ Organização de Esaú Patrício Fernandes Pereira e Niara Pereira dos Santos de Araújo. – Natal, RN: Editora FAMEN, 2026.

3.70 Mb ; PDF ; il.

ISBN: 978-65-87028-95-8.

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.202617>.

1. Ciências da Educação. 2. Educação-Neurociência.
3. Educação-Neuropedagogia. I. Pereira, Esaú Patrício Fernandes (Org.). II. Araújo, Niara Pereira dos Santos de (Org.). III. Título.

CDD: 370

CDU: 37

Elaborada pelo Bibliotecário Miqueias Alex de Souza Pereira CRB – 15/925

Índice para Catálogo Sistemático:

1. Educação – 370

2. Educação – 37



Rua São Severino, n. 18, Bairro Bom Pastor, Natal/RN, CEP: 59060-040 CNPJ:
23.552.793/0001-57, Inscrição Estadual: 204392322, Inscrição Municipal: 2142633,
editora@famen.edu.br e telefone: (84) 3653-6770.



Rua São Severino, 18 – Bom Pastor, Natal – RN, 59060-040

Diretoria Geral
Valdete Batista do Nascimento

Coordenação de Pesquisa e de pós-graduação
Wendella Sara Costa da Silva

Conselho Editorial da FAMEN

Editora Chefe

Profa. Dra. Andrezza M. B. Do N. Tavares – Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Natal, RN, Brasil.

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5187018279016366>.

Editora Adjunto

Prof. Dr. Fábio Alexandre Araújo dos Santos – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Natal, RN, Brasil.

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8334261197856331>.

Conselho Editorial Internacional

Presidente: Dr. Bento Duarte da Silva
Dr. Manuel Tavares
Dr. Dionísio Luís Tumbo
Dr. Gabriel Linari
Dra. Cristina Rafaela Ricci
Me. Gustavo Adolfo Fernández Díaz
Dr. Manuel Teixeira

Dra. Antonia Dalva França Carvalho
Dra. Elda Silva do Nascimento Melo
Dra. Karla Cristina Silva Sousa
Dr. Márcia Adelino da Silva Dias
Dr. Adir Luiz Ferreira
Dra. Giovana Carla Cardoso Amorim
Dra. Lucila Maria Pesce de Oliveira

Comitê Científico Interdisciplinar

Presidente: Dr. Rylanneive L. P. Teixeira
Dra. Juliana Alencar de Souza
Dr. Júlio Ribeiro Soares
Dra. Leila Salim Leal
Dra. Christiane M. T. de M. Gameleira
Dr. José R. Lopes de Paiva Cavalcanti
Dra. Kadydja Karla Nascimento Chagas
Dr. Avelino de Lima Neto
Dr. Sérgio Luiz Bezerra Trindade

Dr. Eduardo Henrique Cunha de Farias
Dr. Bruno Lustosa de Moura
Dra. Maria da C. Monteiro Cavalcanti
Dr. José Moisés Nunes da Silva
Dra. Francinaide de L. Silva Nascimento
Dr. José Paulino Filho
Dr. Marcos Torres Carneiro
Dr. Bernardino Galdino de Sena Neto
Dr. José Flávio da Paz

Dra. Laércia Maria Bertulino de Medeiros
Dra. Maria das Graças de A. Baptista
Dr. Antonio Marques dos Santos
Dr. Luiz Antonio da Silva dos Santos
Dra. Wendella Sara Costa da Silva
Ma. Valdete Batista do Nascimento

Ma. Maria Judivanda da Cunha
Me. João Maria de Lima
Me. Eric Mateus Soares Dias
Me. Adriel Felipe de Araújo Bezerra
Me. Rayssa Cyntia Baracho Lopes Souza

Bibliotecário

Miqueias Alex de Souza Pereira

Projeto Gráfico, diagramação e Capa

Eddean Riquemberg C. Xavier

Revisão de Textos

Prof. Dr. Dayvyd Lavanier Marques de Medeiros

Prefixo editorial: Editora FAMEN

Linha editorial: Acadêmica

Disponível para download em: <https://editorafamen.com.br/>



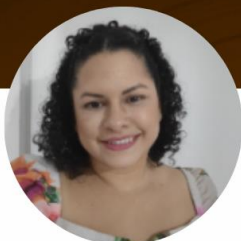
SOBRE O ORGANIZADOR



ESAÚ PATRÍCIO FERNANDES PEREIRA

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú (UVA, 2011) e Licenciatura em Física pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte IFRN/Campus Santa Cruz (2016). É especialista em Leitura e Produção de Textos (UFRN/FACISA, 2015), Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional (FACEL, 2018), Educação Especial e Inclusiva (UNOPAR, 2019), Atendimento Educacional Especializado AEE (FIP, 2020), Libras e Educação de Surdos (UNOPAR, 2020), Docência do Ensino Superior (UNOPAR, 2021), Psicopedagogia Clínica e Institucional (FMB, 2021), Gestão e Coordenação Pedagógica (FAMEN, 2023) e Educação Infantil, Alfabetização e Letramento (UNOPAR, 2025). Atualmente, é especializando em Tutoria e Mediação para EaD pela UNOPAR. Tem experiência na área da Educação, com ênfase em Educação Especial. Atuou na Escola Estadual Prefeito João Ataíde de Melo (EEPREAM), em Tangará/RN, no período de 2011 a 2015. Exerceu a função de Coordenador de Programas e Apoio ao Estudante na Secretaria Municipal de Educação de Tangará/RN em 2017. Atuou como Professor de Educação Especial na Escola Estadual Professor Severino Bezerra, em Tangará/RN, de 2017 a 2022, bem como na Escola Estadual Coronel Manoel Medeiros I, em Japi/RN. Atua como docente nos cursos de graduação em Pedagogia e Administração nas instituições de ensino superior UniMB, FACEN e FACERN, além de ministrar disciplinas na pós-graduação lato sensu pela FAMEN. Exerceu a função de Gestor da Escola Estadual Professor Severino Bezerra no período de 2023 a 2025. Atualmente, é licenciando em Educação Física pela FMB e mestrando em Ciências da Educação pela World University Ecumenical (WEU). Atua como Professor de Educação Especial na Escola Estadual Professor Severino Bezerra, em Tangará/RN, e como Professor de Educação Infantil no CMEI Geraldo Alves da Silva, em Santa Cruz/RN, além de exercer a função de Formador Municipal do ProLEEI no município de Santa Cruz/RN.

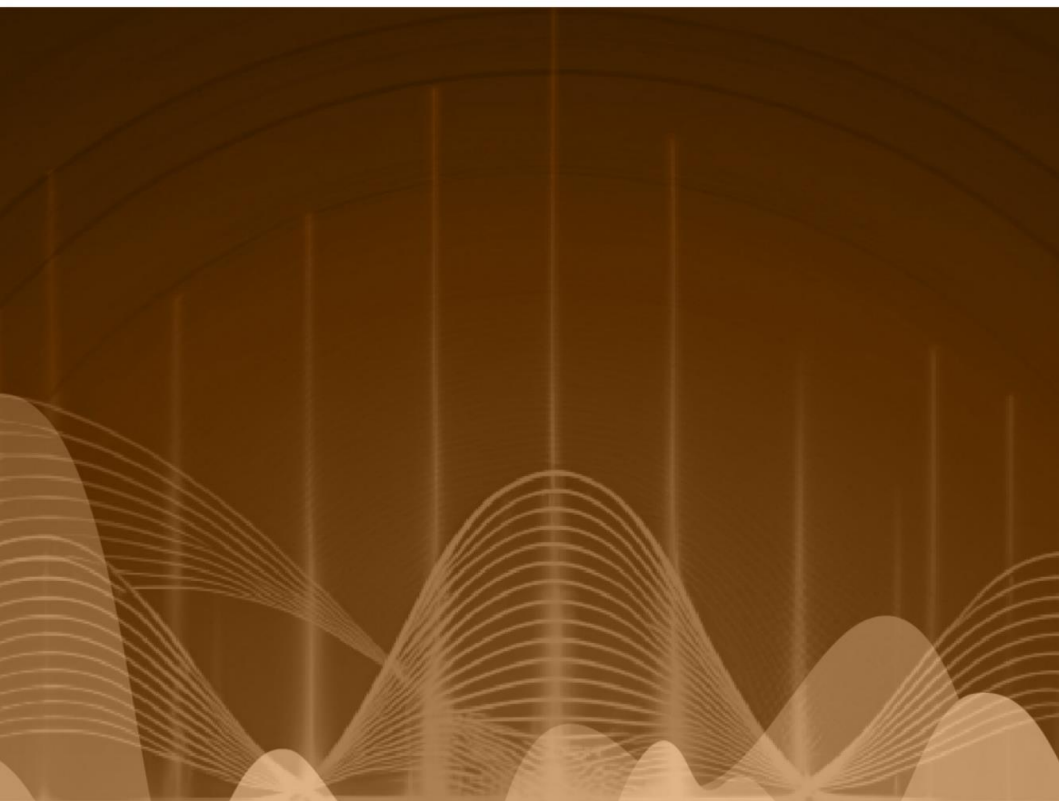
SOBRE A ORGANIZADORA



NIARA PEREIRA DOS SANTOS DE ARAÚJO

Possui graduação em História/Licenciatura e em História/Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e especialização em Educação, nos cursos de Docência no Ensino Médio, pela Universidade Potiguar (UNP), e Psicopedagogia Clínica e Institucional, pela Faculdade Estácio. Foi monitora da disciplina Estágio Supervisionado em História do curso de História/Licenciatura da UFRN, no qual trabalhava com formação de professores, atuando junto à professora coordenadora do estágio, Crislane Barbosa de Azevedo, na orientação dos alunos de estágio. Possui curso em LIBRAS e o básico em Braille. Atua na Educação Básica, e na formação docente, em cursos de graduação e pós-graduação, pela Faculdade metropolitana Norte Riograndense (FAMEN). Atualmente, faz mestrado em Educação Profissional no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP).

APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO

O manuscrito eletrônico intitulado “**VOZES E VIVÊNCIAS: A ARTE DO APRENDER E CONVIVER**”, vinculado ao curso de Pedagogia do Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB), por meio da Educação a Distância (EaD), na cidade de Tangará II / RN, tem como foco contribuir para a divulgação de resultados de pesquisas científicas na área da Pedagogia. Sistematizado para socializar pesquisas realizadas a partir do ano de 2023, possui caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, ao receber contribuições de diversas áreas e campos de saberes. O manuscrito disponibiliza por meio de versão eletrônica acesso internacional e gratuito para as ideias relacionadas ao campo da educação. O livro “Educação inclusiva e lúdica: práticas, desafios e conquistas na aprendizagem de crianças e jovens” possui 10 (dez) capítulos que abordam diversos temas das ciências da educação.

Esta obra oferece uma imersão profunda e multifacetada nos alicerces da educação contemporânea, explorando os pilares que sustentam o desenvolvimento integral da criança. Ao longo de suas páginas, o leitor encontrará uma análise cuidadosa sobre a aquisição da linguagem, o papel transformador da música no desenvolvimento cognitivo e a presença indispensável do lúdico. Mais do que meras ferramentas pedagógicas, o brincar e a afetividade são aqui apresentados como direitos fundamentais

que garantem um aprendizado significativo, unindo a teoria à prática necessária para os desafios dos anos iniciais e da Educação Infantil.

Além do olhar para o aluno, o livro examina a teia de relações que compõe o ecossistema escolar, permitindo a discussão acerca da urgência de uma gestão democrática e descentralizada, bem como a aliança estratégica entre família e escola, pontos essenciais para navegar nas complexidades do século XXI. Além disso, com um olhar atento à realidade recente, a obra também reflete sobre os impactos da pandemia da COVID-19 para a educação, com destaque para o uso das diferentes ferramentas tecnológicas no processo de ensino-aprendizagem e seus desafios.

Assim, percebe-se que a presente obra perpassa por variadas temáticas da educação contribuindo para melhor análise e compreensão de diferentes aspectos da educação brasileira e a busca por uma educação cada vez mais humanizada e integral.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade – 68, 77, 126, 127, 129, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158.

C

Covid-19 – 163, 164, 165, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180.

E

Educação Básica – 23, 27, 41, 51, 68, 69, 73, 87, 99, 141, 149, 151, 157, 164, 187, 188, 192, 233.

Ensino Fundamental – 23, 24, 25, 27, 29, 31, 36, 39, 41, 42, 46, 50, 51, 52, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 163, 173, 206, 209, 212, 215, 220.

G

Gestão Escolar – 25, 226, 227, 228, 229, 231, 233, 236, 241.

L

Leitura e escrita – 23, 24, 25, 29, 56.

Ludicidade – 57, 70, 71, 72, 73, 78, 82, 86, 194, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 215, 216, 220, 221, 222.

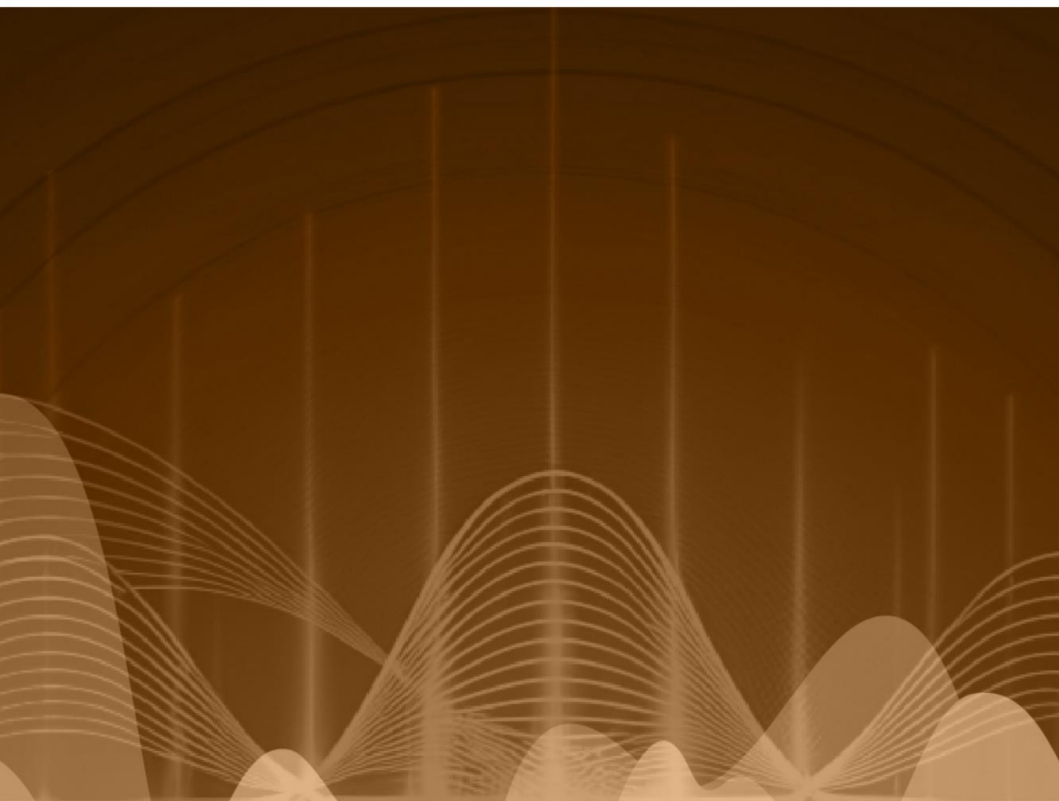
SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA: A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	23
A MÚSICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: OS BENEFÍCIOS DA MÚSICA PARA O COGNITIVO DOS ALUNOS	46
A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	68
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA	92
FAMÍLIA E ESCOLA: DIVIDINDO A RESPONSABILIDADE E UNINDO FORÇAS NA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI	118
A AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A RELEVÂNCIA DO AFETO NA PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	141
EDUCAÇÃO E SAÚDE: A COVID 19 E SUAS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS E O RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NAS ESCOLAS	163
BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM ATRAVÉS DO BRINCAR	185
LUDICIDADE E APRENDIZAGEM: A BRINCADEIRA NÃO PODE PARAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL ...	206
GESTÃO ESCOLAR E DEMOCRÁTICA: OS BENEFÍCIOS DA GESTÃO DESCENTRALIZADA NAS ESCOLAS PÚBLICAS	226

CAPÍTULO 1

AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA: A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

**Anny Karolline Taveira Costa
Esaú Patrício Fernandes Pereira**



AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA: A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Anny Karolline Taveira Costa¹ / Esaú Patrício Fernandes Pereira²

INTRODUÇÃO

O contexto atual possibilita pensar, refletir e compreender uma série de transformações sobre educação, diretrizes pedagógica e/ou metodológica, assim como, mais especificamente, os parâmetros sobre os quais a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em face da realidade apresentada por diversas pesquisas, estudos e exames nacionais, que apontam para um problema muito sério, do ponto de vista do domínio da escrita ou da leitura.

Face as formas de expressão e de produção textual (aspectos linguísticos) trabalhados na linguagem culta e, em específico, o domínio dos pressupostos necessários para a prática da leitura, no contexto da Educação Básica, os baixos níveis de aprendizagem são cada vez mais alarmantes e estão

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - FMB. E-mail: annyk323@gmail.com;

² Professor Orientador, Especialista em Docência do Ensino Superior, Esp. em Educação Especial e Inclusiva e Esp. em Psicopedagogia. E-mail: esaupereira734@educar.rn.gov.br.

demonstrados nos exames nacionais como Prova Brasil, ENEM, etc.

Nesse sentido, ao se pretender elaborar um estudo específico como este, em que se discorre sobre o tema aquisição da leitura e escrita: a importância da leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com o objetivo de esclarecer quais as principais dificuldades e potencialidades presentes na prática pedagógica docente mediante a intervenção com a escrita e/ou leitura nos primeiros anos de vida escolar do estudante.

Considerando que a Pedagogia precisa (re)pensar as suas dinâmicas e mecanismos e/ou métodos de ensino para redirecionar o processo de ensino nos primeiros anos do Ensino Fundamental I, é que essa produção se justifica, despertando novos olhares sobre um problema crônico que se alastra ao longo das décadas.

Especificamente, pretende-se ainda compreender como surgem as dificuldades no processo de ensino, evidenciar a partir de quais procedimentos metodológicos o professor pode repensar a prática para qualificar a sua intervenção durante o processo de alfabetização e demonstrar como as diretrizes e as bases da educação nacional possibilitam minimizar o problema da ausência de competência leitora ou habilidade escrita na criança nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

A partir dos fundamentos de alguns autores como Assmann (2007), Gómez (2000), Piaget (1980), e outros que

abordam a temática alfabetização, mediação docente, assim como, como Souza (2013), Vigotsky (1987), entre outros, será procedido a revisão da literatura sobre o tema a importância da leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental I. O trabalho está organizado em seis tópicos principais, sendo esta breve nota introdutória, a revisão da literatura, a metodologia, os resultados e discussões, as considerações finais e as referências utilizadas no estudo para qualificar a base conceitual, fundamental para qualificar o estudo.

REVISÃO DE LITERATURA

No contexto atual, o domínio das habilidades de escrita e as competências relacionadas a leitura, são possibilidades que estão atreladas a inúmeros fatores que antes, considere-se, algumas décadas, sequer existiam ou mesmo quando existiam não eram condições elementares para fazer parte do processo de ensino-aprendizagem, utilizados no cotidiano das práticas ludopedagógicas escolares.

Ao abordar o tema desse estudo, aquisição da leitura e escrita: a importância da leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental, tem-se a noção clara de que é preciso compreender o processo de aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, a dinâmica de funcionamento e articulação da gestão escolar atual, além da reformulação dos processos

relacionados com o sistema de educação e a legislação pertinente que estabelece as diretrizes e pressupostos fundamentais a partir da BNCC. Segundo Kato apud Britto (2005, p. 07):

A função da escola é introduzir a criança no mundo da escrita, tornando-a um cidadão funcionalmente letrado, isto é, um sujeito capaz de fazer uso da linguagem escrita para sua necessidade individual de crescer cognitivamente e para atender as várias demandas de uma sociedade que prestigia esse tipo de linguagem como instrumentos de comunicação.

Começar por compreender a criança, como sujeito histórico que vivencia sua realidade ou como indivíduo de direitos e de demandas que chega à escola e precisa ser alfabetizado; possibilita com que o professor reveja os conceitos e concepções que foram trabalhados durante a formação acadêmica, no sentido de pensar uma proposta capaz de minorar os impactos negativos da ausência de um compromisso coletivo sobre a escrita e a leitura.

Por outro lado, serve ainda para que o professor analise suas convicções e direcione seu olhar sobre a dinâmica da escola atual, compreenda que a clientela tem a disposição para trabalhar uma proposta capaz de valorizar o aprendiz, na condição singular e elabore tal proposição, conforme orienta a BNCC e empregue esforços para promover um ensino inclusivo e

comprometido com a qualidade da formação, centrada na escrita e na leitura.

Sobre isso, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017, p. 35), discorre que:

[...] seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Certamente começa nessa etapa um processo de transição para o domínio da escrita e da leitura que viabiliza o desenvolvimento das habilidades/competências nos primeiros anos do Ensino Fundamental I, pois a partir daí, o processo de alfabetização ganha melhor direcionamento, considerando essas orientações explícitas pela BNCC, articulada com a proposta pedagógica institucional a partir das quais, o professor elabora a sua intervenção.

De acordo com o Parecer nº 022/98 do Conselho Nacional de Educação - CNE e da Câmara de Educação Básica - CEB, (Brasil, 1998, p. 6):

As crianças pequenas são seres portadores de todas as melhores potencialidades da espécie:

- inteligentes, curiosas, animadas, brincalhonas, em busca de relacionamentos gratificantes, pois descobertas, entendimento, afeto, amor, brincadeira, bom humor e segurança trazem bem estar e felicidade;
- tagarelas, desvendando todos os sentidos e significados das múltiplas linguagens de comunicação, por onde a vida se explica;
- inquietas, pois tudo deve ser descoberto e compreendido, num mundo que é sempre novo a cada manhã;
- encantadas, fascinadas, solidárias e cooperativas desde que o contexto a seu redor, e principalmente, nós adultos/educadores, saibamos responder, provocar e apoiar o encantamento, a fascinação, que levam ao conhecimento, à generosidade e à participação.

Tal análise e descrição serve para nortear o processo de concepção e/ou construção do PPP da unidade escolar, com vias para um melhor direcionamento sobre as possibilidades com as quais o professor precisa trabalhar e valorizar na criança aprendente, tendo em vista que, como sujeito social, esta chega a escola impregnada de vivências e/ou experiências culturais da família e da comunidade, que precisam ser utilizadas para potencializar as habilidades de escrita/produção e as competências relacionadas a leitura.

Melhorando a escrita e a leitura sem pensar nas dificuldades

A pretensão desse estudo, ao buscar estabelecer os links entre a realidade da criança aprendente em fase de alfabetização

e as possibilidades do ambiente escolar, implica conceber as melhores ideias sobre a aquisição da leitura e da escrita. Para isso, ao longo da formação acadêmica e da prática pedagógica, o pedagogo jamais pode deixar de promover na sua carreira, as condições necessárias para qualificar a prática docente e para potencializar a capacidade/habilidade de escrita e de leitura na criança no contexto da cultura digital, dada a importância desses processos nos anos iniciais do Ensino Fundamental I.

Acredita-se que pensar a competência e/ou habilidade de escrita e leitura na criança, passa por um processo complexo, porém, acima de tudo prazeroso para os envolvidos, do ponto de vista da evolução na aquisição do saber ao longo de uma jornada de produção e/ou leitura. Para o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998, p. 151):

Diz-se que um ambiente é alfabetizador quando promove um conjunto de situações de usos reais de leitura e escrita nas quais as crianças tem a oportunidade de participar. Se os adultos com quem as crianças convivem utilizam a escrita no seu cotidiano e oferecem a elas a oportunidade de presenciar e participar de diversos atos de leitura e de escrita, elas podem, desde cedo, pensar sobre a língua e seus usos, construindo ideias sobre como se lê e como se escreve.

Entende-se que o primeiro processo envolvido, diz respeito a comunicação entre quem ensina e quem aprende.

Assim, Rey (1995), pensa esse processo articulado com a formação da personalidade que implica no desenvolvimento do estudante de maneira mais ampla. Sobre isso, Vigotsky (1987), concebe o processo de desenvolvimento a partir do pensamento, ou seja, da cognição no indivíduo aprendente, sobre a qual o professor age no cotidiano escolar.

Nesse sentido, Brasil (1998, p. 152), pressupõe que:

O professor, de acordo com seus projetos e objetivos, pode escolher com que gêneros vai trabalhar de forma mais contínua e sistemática, para que as crianças os conheçam bem. Por exemplo, conhecer o que é uma receita culinária, seu aspecto gráfico, formato em lista, combinação de palavras e números que indicam a quantidade dos ingredientes etc., assim como as características de uma poesia, histórias em quadrinhos, notícias de jornal etc.

No dia a dia no chão da sala de aula, o professor vai agindo e interagindo com a criança para criar o clima mais adequado para que ocorra o processo de aquisição da escrita e da leitura, o que implica, em tese, saber identificar os principais problemas relacionados ao processo de aprendizagem da criança ou mesmo a prática pedagógica empregada.

Potencializando a habilidade da escrita e a competência leitora no aprendiz

A BNCC apresenta uma abordagem sobre a temática em um sentido mais amplo, considerando que não se refere somente ao texto escrito, mas também a imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros digitais (Brasil, 2017).

Nessa perspectiva, entende-se que é necessário refletir sobre a prática da escrita e da leitura numa dimensão mais contextualizada, pois é preciso fomentar na formação da criança o despertar da curiosidade e da inferência, face ao saber sistematizado, a partir da intervenção docente que busca o desenvolvimento psicomotor, afetivo, emocional e cognitivo-intelectivo. Traçar linhas mais suaves e específicas sobre a aquisição da leitura e da escrita, considerando a importância da leitura e da escrita no processo de formação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, implica, acima de tudo, observar o processo evolutivo da criança relacionado a cognição para dimensionar a capacidade de escrita/leitura no contexto da intertextualidade e da cultura digital, a qual está presente na vida da criança, numa perspectiva dual, ou seja, o link entre realidade e imaginação, contexto concreto e virtualidade.

Para isso, depreende-se que, se faz necessário e basilar, planejar alguns procedimentos metodológicos e intervenções que possibilitem a criança compreender a diversidade textual e os diferentes contextos em que se situam, por exemplo, o meio físico e virtual, a realidade do cotidiano socioeducacional e a realidade aumentada ou virtual, as práticas socioculturais e as práticas digitais, além de outras situações advindas com as Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs). Segundo Rodrigues (2005, p. 4):

[...] atividade própria de incentivo à imaginação e o trânsito entre o fictício e o real. Ao preparar uma história para ser contada, tomamos a experiência do narrador e de cada personagem como nossa e ampliamos nossa experiência vivencial por meio da narrativa do autor. Os fatos, as 15 cenas e os contextos são do plano imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem a ficção e se materializam na vida real.

Field (2012, p. 123), entende que "uma boa história combina o explícito com o tácito, a informação com a emoção". Para Busatto (2006, p. 25), é fundamental "a contação de história ou narração oral ao sujeito que conta e ao sujeito que ouve um contato com outras dimensões de seu ser e de sua realidade que os cerca". Segundo Brasil (1998, p. 158):

Em relação às práticas de leitura, é possível observar se as crianças pedem que o professor leia; se procuram livros de histórias ou outros textos no acervo; se consideram as ilustrações ou outros indícios para antecipar o conteúdo dos textos; se realizam comentários sobre o que “leram” ou escutaram; se compartilham com os outros o efeito que a leitura produziu; se recomendam a seus companheiros a leitura que as interessou.

Entende-se que as atividades de escrita e de leitura, são próprias do ambiente de sala de aula e para superar as dificuldades inerentes ao processo de formar a criança durante a fase de alfabetização, por sinal, uma das mais complexas e árduas da ação de ensinar, destacam-se, conforme alguns autores e teóricos que estudam o problema; se faz necessário, inclusive, tornar a sala de aula um ambiente agradável, estimulante e propício para ambas as práticas, e entre tantas situações possíveis a contação de história é uma delas. Para Ferreira (2021, p. 26):

Histórias vão além da arte. Alcançam patamares ainda ditos como insolúveis numa camada mais profunda e subliminar. Na maioria das vezes só nos damos conta da influência da contação de histórias depois. Estamos tão absorvidos pela narrativa/contação que não percebemos. O fato é que histórias são usadas para educar, treinar, divertir e comunicar. Há muito escrito sobre o uso da narração de histórias na área da saúde (incluindo saúde mental) e contextos de educação em saúde, trazer mudanças

positivas para os pacientes, e promover as melhores práticas para profissionais.

Ao ler para a criança, o professor estimula, orienta e potencializa o domínio da língua falada, até porque, na visão Abramovich (1997, p. 16), "[...] escutá-las é o início da aprendizagem para ser leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo". A leitura pronunciada pelo professor deve vir acompanhada da intenção e das orientações que levarão a criança a compreender o que se lere, a partir daí iniciar o processo de escrita no qual se aborda os aspectos referentes ao que se ouviu, para gerar sentido, significado e representatividade, quanto a linguagem.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração desse trabalho constam da revisão de literatura a partir da pesquisa bibliográfica, com o intuito de dar suporte ao objetivo proposto, pois esta realiza o levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de websites. (Fonseca, 2002, p. 32). Para Menezes (2001, p. 20), a pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema.

Quanto a abordagem qualitativa, Goldenberg (1997, p. 34), enfatiza que os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Os fundamentos científicos estão elencados em autores como Assmann (2007), Gómez (2000), Piaget (1980), e outros que abordam a temática alfabetização e Souza (2013), Vigotsky (1987), entre outros, que discorrem sobre o processo de alfabetização. Assim, possibilita-se com que as análises e percepções sejam tomadas como base na revisão da literatura, contribuindo com o debate em nível acadêmico, possibilitando minimizar e/ou superar os impactos negativos referentes ao problema enfatizado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que a proposição desse estudo, passa pela necessidade de se buscar compreender como surgem as dificuldades no processo de ensino, é pertinente se pensar em propostas já estabelecidas e que apresentam constatações eficientes, tendo em vista que as experiências que qualificam o êxito das ações pedagógicas possibilitam uma orientação substancial na medida que a escola precisa nortear a sua proposta pedagógica institucional.

A unidade escolar, enquanto espaço social, trabalha para viabilizar o processo inclusivo do aluno que se inicia na inserção, se aperfeiçoa no pertencimento e se consubstancia na manutenção do aprendente como agente de sua própria aprendizagem, norteadada pela proposta pedagógica e direcionada pelo professor. Daí, a criança que chega à escola inicia um processo de adaptação a partir das interações com o meio e vai aprendendo com o professor nas atividades ludopedagógicas cotidianas que direcionam a promoção das habilidades de escrita e as competências de leitura. Para Mateus *et al.* (2014, p. 54):

As histórias representam indicadores efetivos para situações desafiadoras assim como fortalecem vínculos sociais, educativos afetivos. Por tanto, se faz necessário que os professores utilizem essa ferramenta para o desenvolvimento da criança despertando pequenos leitores e estimulando para o mundo da imaginação.

Diante desse olhar, ressalte-se que durante as ações educacionais, geralmente, mais efetiva durante a fase em que a criança vivencia a passagem entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I, dos 5 anos até os 10 anos, quanto mais e melhor a escola viabiliza oportunidades de contato com a literatura, mais estimula a criança no processo normal de aprendizagem e/ou desenvolvimento. Sobre isso, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (Brasil, 1998, p. 158), ressalta que:

Em relação às práticas de oralidade pode-se observar também se as crianças ampliaram seu vocabulário, incorporando novas expressões e utilizando de expressões de cortesia; se percebem quando o professor está lendo ou falando e se reconhecem o tipo de linguagem escrita ou falada.

Para isso, trabalhar com códigos e linguagens, os conceitos e os valores, se torna essencial para estabelecer uma cultura de contextualização a partir de um repertório cultural e linguístico, em que ambos se inserem, professor como ensinante e criança como aprendente, pois as práticas culturais e as relações sociointeracionistas são capazes de estimular e favorecer o domínio pleno da língua materna, que se expressam na escrita e na leitura plena.

De acordo com Soares (2002, p. 6):

É obrigação da escola, dar amplo e irrestrito acesso ao mundo da leitura, e isto inclui a leitura informativa, mas também a leitura literária: a leitura para fins pragmáticos, mas também a leitura de fruição: a leitura que situações da vida real exigem, mas também a leitura que nos permita escapar por alguns momentos da vida real.

Do reencantamento, passando pela cultura, espectro central que caracteriza um povo, ao meio como elemento chave do processo de ensino-aprendizagem; pensar uma educação que transforma na perspectiva da aquisição da leitura e da escrita,

implica uma tomada de decisão do professor, no sentido de elaborar uma proposta que pense os sujeitos aprendentes, mas acima de tudo, que promova uma relação propositiva entre ação-reflexão-ação. Sobre isso, é importante citar Marafigo (2012, p.10) quando compreende que:

Toda a aprendizagem é o processo sistemático da aquisição do conhecimento do ser humano se dá socialmente, com as interações que estabelece com o outro e os significados que isso lhe faz sentir. Portanto, a recuperação ou o nascimento do ato da leitura nas escolas será possível se o educador demonstra boa relação com os textos. Se o educador não for um bom leitor e o aluno não perceber o prazer na leitura por parte desse adulto, serão grandes as chances de ele não ser um bom professor, refletindo nos pequenos leitores. A criança se desenvolve com a experiência sócio-histórica dos adultos e do mundo por eles criado.

Depreende-se que a qualidade da intervenção possibilita rumos proativos e propositivos do aprendente, pois quando há uma orientação muito bem definida sobre os processos relacionadas as habilidades de produzir texto e escrever, ou mesmo quando há as competências em se fazer a leitura; atuar como interventor e articular desse processo, possibilita ao professor ser agente da mudança de paradigmas que garantem um processo de ensino-aprendizagem, com enfoque na criança aprendente.

Destaca-se que, para isso, um excelente repertório de obras da nossa literatura, se torna fundamental, pois, para selecionar qualitativamente o referencial teórico necessário, é importante compreender as percepções apontadas por autores como Assmann (2007), ao abordar a visão de reencantamento da educação, baseando-se no aprendente, o que implica a articulação do saber com a vivência cotidiana da criança.

Sobre isso, é importante citar alguns autores da área da Pedagogia que tecem seus pensamentos e críticas sobre o processo de aquisição da leitura, face a intertextualidade e a prática de ensino que exige habilidade e/ou competência, com enfoque no que preceitua a BNCC, tendo em vista que esse público, já nos primeiros anos do Ensino Fundamental, precisa dominar a leitura para diferentes práticas sociais, principalmente, na era digital.

Ao valorizar o nosso repertório cultural, Gómez (2000), ressalta que a reconstrução da cultura na sala de aula deve valorizar os fatores que fomentam, norteiam e caracterizam a cultura, como saber universal de um povo e, nesse sentido, cabe ao docente saber preparar os fundamentos de suas práticas, baseados em pressupostos que estão relacionados a formação cultural da criança no contexto em que vivencia.

Piaget (1980), pensa o sujeito aprendente na condição psíquica e educacional e pelo nível de interação com o meio, estruturando o pensamento crítico-reflexivo, através do

conhecimento mediado pelo professor, o que implica uma percepção mais ampla sobre as condições e relações psicoafetivas e emocionais da criança no meio.

O pensamento de Saussure (2006), diferencia a linguagem, língua e fala, destacando a caracterização destas em cada momento e espaço sócio-histórico, implicando uma observação detalhada sobre os sujeitos aí inseridos e relacionados, o que nos possibilita compreender que estas são resultados das interações sociais existentes.

Para Marafigo (2012), a Literatura Infantil como instrumento que favorece a construção do conhecimento no aluno, possibilita com que o professor possa intervir de modo mais dinâmico e gratificante. Nesse caso, potencializar a prática ludopedagógica, significa compreender como acontece o cotidiano da criança, estimulando a sua interação com o meio e favorecendo o contato com uma variedade de obras da literatura que valorizem os contextos e realidades. Segundo Souza (2013), os materiais escritos oferecidos aos alunos devem fazer sentido e a produção deve fazer parte de um contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa discussão aponta algumas contribuições importantes e significativas sobre as possibilidades que se fazem presentes no fazer pedagógico docente, na perspectiva de se

formalizar uma dinâmica de trabalho em que o processo de aquisição da leitura e da escrita no estudante do Ensino Fundamental I, acontece de forma proativa no dia a dia escolar.

Diante das diferentes abordagens, compreender qual o papel da escrita e da leitura no processo de desenvolvimento cognitivo da criança aprendente, possibilita um redirecionamento estratégico na prática pedagógica, capaz de melhorar os índices de alfabetização, pois a criança, naturalmente, já é um ser aprendente em construção. Daí, estimular a prática da produção textual em que a escrita acontece a partir de um processo de imersão na leitura, é condição basilar para o domínio das competências atinentes.

As constantes transformações do processo de ensino-aprendizagem, principalmente aquelas ocorridas na correlação com as inovações tecnológicas e comunicacionais, provocam uma permanente reformulação no processo de ensino-aprendizagem, possibilitando com que o aprendiz da criança, que está diretamente interconectado com as novas relações e/ou interações humanas, seja suficiente para melhorar os índices de aprendizagem nessa etapa da Educação Básica.

Com isso, o nível do debate acadêmico demonstra a viabilidade em como melhorar as habilidades e competências de escrita e da leitura na criança, valorizando o seu próprio repertório cultural, estimulando novos aprendizados a partir do contato com a literatura, assim como, através do norteamento das

atividades que levam a criança a criar, imaginar e registrar suas percepções, desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, quando as habilidades de escrita e as competências de leitura, afloram.

Assim, diante da representatividade dessa abordagem, o presente trabalho imprime suas contribuições, tanto para a comunidade acadêmica, ao tornar possível um novo elemento para as pesquisas científicas, assim como, para a escola que recebe as informações, passíveis de reanálise para serem adotadas, pedagogicamente, no cotidiano. Essa discussão refaz as percepções desta autora, ao possibilitar novos olhares sobre o fazer pedagógico docente a partir da valorização dos saberes e experiências da criança no contexto sociofamiliar. Por fim, como um registro histórico referente a produção acadêmica sobre a temática, não pretende exaurir o debate, mas contribui para que novos estudos revisem as concepções dos autores e promovam novas discussões e contribuições para a formação docente na área da Pedagogia.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB, nº 022/98** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. v.3, Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Letramento e alfabetização: implicações para a educação infantil. *In*: GOULART, Ana Lucia de Faria; MELLO, Suely Amaral. **O mundo da escrita no universo da pequena infância**. Campinas: Autores Associados, 2005.

BUSATO, Cléo. **A Arte de Contar Histórias no século XXI**. Petrópolis, RJ: 2006.

FERREIRA, Denize Leite. A arte de contar e ler histórias na Educação Infantil. **Revista Científica FESA**, v.1, n.7, p.25-43, 2021.

FIELD, S. **Screenwriter season: about stories**. Penguin, 5.ed. 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, Apostila. 2002 GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GÓMEZ, A. I. P. A aprendizagem escolar: da didática operatória à reconstrução da cultura na sala de aula. *In*: SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MARAFIGO, Elisângela Carboni. **A importância da literatura infantil na formação de uma sociedade de leitores**. São Joaquim/PR, 2012.

MATEUS, A. N. B.; SILVA, A. F.; PEREIRA, E. C.; SOUZA, J. N. F.; ROCHA, L. G. M.; OLIVEIRA, M. P. C. **A importância da contação de história como prática educativa na educação infantil.** v.5, n.1, Belo Horizonte/MG: 2014.

PIAGET, J. **Psicologia e Epistemologia.** Rio de Janeiro: Forense, 1980.

REY, F. G. **Comunicación, Personalidad y Desarrollo.** Havana: Pueblo Educacional, 1995. RODRIGUES, E. B. T. **Cultura, arte e contação de história.** Goiânia, 2005.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Lingüística Geral.** 27. ed., São Paulo: Cultrix, 2006.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** São Paulo: Contexto, 2002.

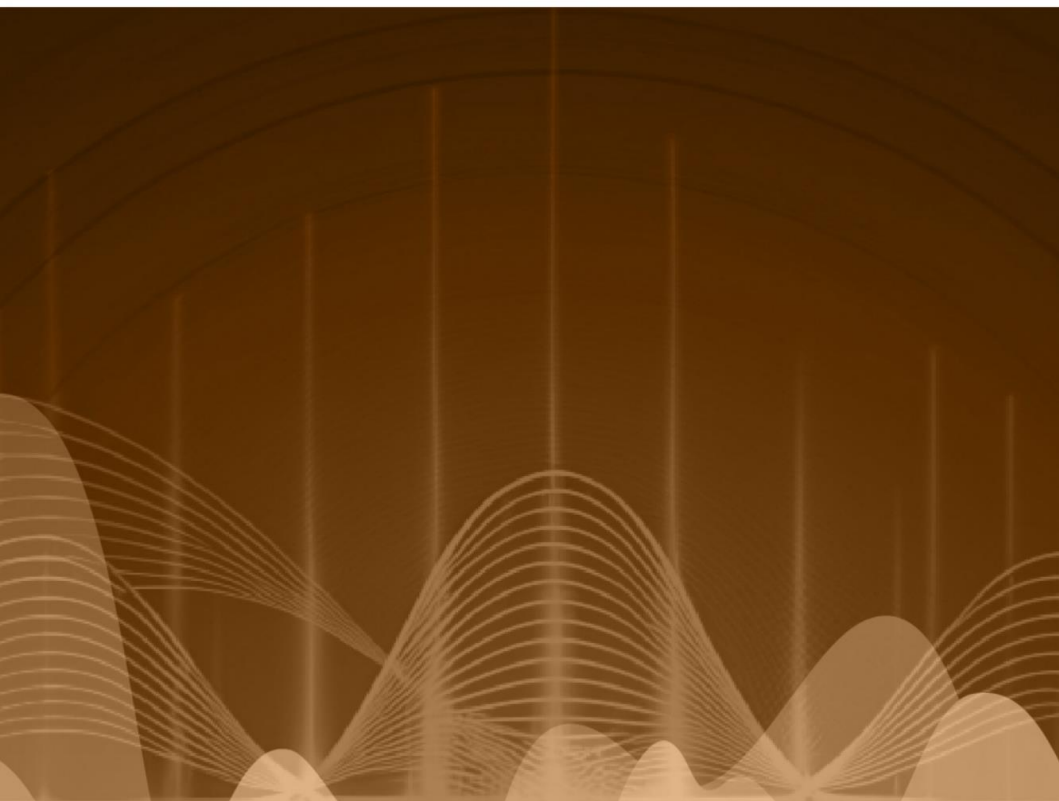
SOUZA, Maraia Dovaneide. **A leitura no processo de escrita na fase da alfabetização.** TrêsLagoas/MS, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

CAPÍTULO 2

A MÚSICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: OS BENEFÍCIOS DA MÚSICA PARA O COGNITIVO DOS ALUNOS

**Ellouzyzy Marry Silva Paulino
Esaú Patrício Fernandes Pereira**



A MÚSICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: OS BENEFÍCIOS DA MÚSICA PARA O COGNITIVO DOS ALUNOS

Ellouyzy Marry Silva Paulino³ / Esaú Patrício Fernandes Pereira⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda questões pertinentes a relação entre ensino aprendizagem e música, tendo por objetivo analisar o papel deste último nos anos iniciais do ensino fundamental como ferramenta para o cognitivo dos alunos, em que se torna evidente que a criança já está inserida em um mundo de sons mesmo antes de seu nascimento e, no seio familiar, é embalada por cantigas de ninar e outros sons que farão dela um ser cultural que produzirá os sons onde quer que vá.

A música está presente nas diferentes fases do desenvolvimento da criança e abrange a expressão afetiva, contribuindo para os desenvolvimentos cognitivo, social e psicomotor. A arte musical é, portanto, uma linguagem de expressão que precisa fazer parte das atividades diárias das

³ Graduanda em Pedagogia. mayzaraab@gmail.com

⁴ Professor Orientador, Especialista em Docência do Ensino Superior, Esp. em Educação Especial e Inclusiva e Esp. em Psicopedagogia. E-mail: esaupereira734@educar.rn.gov.br.

escolas nos espaços de aprendizagem, proporcionando, aos estudantes, o conhecimento e a valorização da própria cultura e da cultura que os rodeia.

Todavia, embora a música possua características que sejam universais na maioria das culturas, a mesma ainda não possui o destaque que merecem, e se tornam mais frequentes a sua utilização em atividades como lanche, formar filas e entre outros aspectos.

É relevante considerar que não que essas atividades introdutórias não sejam importantes, mas a música, por se tratar de uma linguagem oral, pode ser explorada de outras formas, para que além do desenvolvimento dessa linguagem, o sujeito desenvolva também a linguagem escrita. A estrutura abordada por este artigo foi a seguinte. Introdução, revisão da literatura onde destacamos os teóricos que discutem sobre a musicalidade, apresentamos a metodologia sobre uma pesquisa bibliografia qualitativa, apresentamos as considerações finais destacando a importância da música no processo do desenvolvimento cognitivo e por fim as referências bibliográficas que foram utilizadas no decorrer da pesquisa.

REVISÃO DE LITERATURA

O som e sua construção social

A música em si é um fazer artístico que diferencia os seres humanos dos animais, principalmente em seu contexto. É evidente que os animais também produzem sons, no entanto, não tem um interesse em utilizá-lo para transmitir sentimentos ou comunicar algo único que ele vivenciou. “A música é uma forma de arte que tem como material básico o próprio uso do som.” (Penna, 2014, p. 20) Para a autora, o fazer musical é utilizado pelo homem em um contexto especial e histórico com diferentes finalidades e objetivos dependendo do contexto ao qual a música está inserida.

A música é uma atividade essencialmente humana, intencional, de criação de significados, ou seja, o homem utiliza a música como uma expressão dos mais variados sentimentos, buscando dar sentido há tempos e espaços, além de sentimentos e formas expressivas de momentos únicos. A autora Penna (2014) considera a música como uma arte universal que, como a linguagem, é culturalmente construída por uma sociedade, diferente em cada cultura e com suas peculiaridades.

No Brasil, por exemplo, convivemos com vários tipos de músicas que variam da erudita à popular. Tendo em vista a formação da sociedade brasileira e os diversos grupos que a

compõem, uma música se torna significativa por fazer parte de nossa cultura, ao mesmo tempo que pode nos causar estranhamento quando não faz parte de nossas experiências sonoras, levando-nos a não considerarmos como músicas aquelas que são ouvidas por nossos vizinhos, amigos, alunos e até mesmo de outros países. Dessa forma, Penna (2014, p. 24) afirma que:

[...] a música não é uma linguagem universal. É, sem dúvida, um fenômeno universal, mas como linguagem é culturalmente construída. Se a música fosse uma linguagem universal, seria sempre significativa para qualquer pessoa – independente da cultura, e, desse modo, a estranheza em relação à música do outro não existiria.

O que nos importa neste momento é que certamente a música é uma manifestação artística e cultural que está presente em todas as culturas por todo o mundo, utilizada para manifestar alegria, tristeza, dentre outros sentimentos, além disso, é utilizada para comemorar ou festejar, sendo algo de extrema importância para a sociedade em sua totalidade.

A música no contexto escolar

De forma a buscar uma melhor definição do que se propõe este trabalho, a música é uma linguagem que expressa e que pode ser construtora do saber e do conhecimento no que tange aos

anos iniciais do ensino fundamental, apresento aqui o conceito de Corrêa (2016, p. 39) que dialoga com os demais autores citados, quando diz que:

A música se constitui num conjunto organizado de sons que é ciência porque se firmou e se transforma, através dos tempos, pela observação e experimentação científicas, arte porque, através da criatividade, busca a beleza; linguagem porque tem como finalidade a comunicação e expressão de ideias, sentimentos e sensações.

Ao ser um instrumento cultural, a música se faz presente em diversos momentos da humanidade, enquanto criança a mesma têm acesso a música antes mesmo de nascer e com isso já lida com tradições musicais advindas do seu meio cultural. A música, assim como outras manifestações culturais, não foi constituída na escola, mas, inevitavelmente, permeia o universo escolar. Penna, em seu livro: Música (s) e seu ensino (2014, p. 27) afirma que:

[...] A função do ensino de música na escola é justamente ampliar o universo musical do aluno, dando-lhe acesso a maior diversidade possível de manifestações musicais, pois a música, em suas mais variadas formas, é um patrimônio cultural capaz de enriquecer a vida de cada um, ampliando sua experiência expressiva e significativa. Cabe, portanto, pensar a música na escola dentro de um

processo de democratização no acesso à arte e à cultura.

A democratização do ensino da música nas escolas iniciou-se a partir da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB) de 1996, quando o ensino de arte passou a ser uma das dez áreas de conhecimento que compõem o currículo da Educação Básica. Vale aqui explicitar que a Educação Básica no Brasil compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio (Lopardo, 2018, p. 19).

Embora ainda não tenha sido amplamente implantada em todas as escolas, tanto públicas como privadas, devido a entraves do próprio sistema de políticas públicas do país, é possível afirmar, segundo Lopardo (2018, p. 23), que a música na escola é um projeto inovador capaz de provocar mudanças no convívio das pessoas que refletem na forma como as pessoas vivenciam a música, se expressam e interagem com ela.

Para Penna (2014), Corrêa (2016), Lopardo (2016) e Brasil (1996), a musicalização contribui para o desenvolvimento dos seguintes aspectos: socialização, alfabetização, inteligência, capacidade criadora, expressão, coordenação motora e tato, além da percepção sonora, localização espacial, raciocínio lógico e matemático e, também, o desenvolvimento do senso estético. Lopardo (2018 p. 11) ressalta a importância da música na educação:

A música ocupa, na educação, um lugar de grande importância como fator cultural, como fonte de prazer estético e como capacidade de domínio dos seus elementos constitutivos: o som, o ritmo, a melodia e a harmonia. É o setor da educação que estimula de maneira especial, o impulso vital e as mais importantes atividades psíquicas humanas: a inteligência, a vontade, a imaginação criadora e, principalmente, a sensibilidade e o amor. Nisto está sua peculiaridade, pois reúne harmoniosamente conhecimentos, sensibilidade e ação.

Para o autor, a música é um meio eficiente de sensibilizar crianças e jovens, capaz de influenciar as suas vidas em todos os aspectos, proporcionando-lhes alegria, ordem, disciplina e entusiasmo, elementos indispensáveis ao sucesso escolar.

A música nos anos iniciais do ensino fundamental

Por conta das diversas interpretações que a LDB 9394/96 possibilita para o termo “ensino de arte”, a música acaba não fazendo parte da grade curricular. Diversos autores salientam que ela raramente faz parte do currículo das escolas regulares brasileiras. Conforme os autores como Gardner e Brécia relataram em suas obras a importância da música na sala de aula, não só no aspecto lúdico, mas também no aprendizado e na leitura crítica da mesma e seu conjunto.

A música sempre deve estar interligada a outros tipos de arte, como, por exemplo, a pintura, escultura, teatro e dança. A educação musical deve ser inter e multidisciplinar, assim como as técnicas pedagógicas, adaptadas a cada realidade, sem esquecer-se do conteúdo humano e social da música. A música é uma das ferramentas mais potentes para estimular os circuitos do cérebro. Além disso, contribui para o desenvolvimento da linguagem e da comunicação. A música compõe o cotidiano do ser humano por sermos envolvidos emocionalmente pela letra e melodia. Segundo (Gardner, 1994, p. 18), “Inteligência é a habilidade para resolver problemas ou criar produtos que sejam significativos em um ou mais ambientes culturais.”

Quando se pensa em música nas escolas regulares, uma questão crucial é a formação dos professores. Em relação ao professor generalista, de acordo com as Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia, este deve estar apto a ensinar as artes, dentre as diversas áreas (Brasil, 2006). A música pode ainda ser usada apenas como uma ferramenta lúdica, se levada em consideração, à hipótese de que o aprendizado ocorre como resultado de um processo sem tensão ou ansiedade. Pode-se afirmar ainda, que a música contribui para aumentar a qualidade da relação entre professor e aluno (inteligência interpessoal).

As atividades de musicalização também favorecem a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais. Pelo seu caráter lúdico e de livre expressão, não apresentam pressões

nem cobranças de resultados, são uma forma de aliviar e relaxar a criança, contribuindo para o envolvimento social, despertando noções de respeito e consideração pelo outro, e abrindo espaço para outras aprendizagens.

Não significa que a música se torne o único recurso de aprendizagem, e sim que possui grande importância na facilitação no processo de ensino aprendizagem propiciando a estrutura cognitiva do aluno através de procedimentos metodológicos utilizando-se da música que possui baixo custo e que pode ser utilizada em qualquer situação em que a escola e seus docentes se encontrem.

Mas a música no contexto escolar encontra-se bastante limitada, mas se o objetivo desta educação atual é utilizar a música como recurso didático, sendo necessário criar subsídios para que a linguagem musical faça parte da vida escolar e social do discente a partir dessa educação para que a mesma educação contribua para a sua desenvoltura integral e social do mesmo.

Conforme Barreto (2000, p. 45):

Ligar a música e o movimento, utilizando a dança ou a expressão corporal, pode contribuir para que algumas crianças, em situação difícil na escola, possam se adaptar (inibição psicomotora, debilidade psicomotora, instabilidade psicomotora, etc.). Por isso é tão importante a escola se tornar um ambiente alegre, favorável ao desenvolvimento.

De acordo com Bréscia (2003), a música é uma linguagem:

Quadro 1 - Linguagens Musicais

METODOLOGIA	HARMONIA	RITMO
Certa sequência de notas organizadas sobre uma estrutura que encerra um sentido musical.	Combinação de notas musicais, para produzir acordes logo para produzir progressões de acordes.	Organização do tempo segundo a periodicidade dos sons.

Fonte: Brescia (2003).

A música é importante para a integração das crianças na vida escolar e pode-se afirmar que a música na escola estimula o bom convívio social, a harmonia, o desenvolvimento da fala, da respiração, da autoestima e do próprio desenvolvimento cognitivo da criança. Com base nesses princípios, a pesquisa foi motivada pela constatação de que a música na escola proporciona muitos benefícios, num processo pelo qual a criança permanece ativa para dominar sua realidade e chegar à produção do seu conhecimento, o que permitirá que ela própria construa sua identidade.

Os benefícios da música para o cognitivo dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental

Dentro dos anos iniciais do ensino fundamental, a música surge como um meio para absorção do conhecimento para as crianças, executando atividades que medie esse instrumento de ensino com outros tipos de metodologia, como, teatro, dança e contos de histórias, que podem auxiliar muito no desenvolvimento dessas habilidades, além de ser algo prazeroso e cultural ao mesmo tempo.

Por isso, as atividades como cantar com gestos, dançar, bater palmas, pés são experiências importantes para criança, pois elas permitem que se desenvolva o senso rítmico, a coordenação motora, fatores importantes também para o processo e aquisição de leitura e escrita (Piaget, 1996, p. 34).

As crianças costumam assimilar conceitos musicais pelo intermédio de uma atividade recreativa, que a instiguem e motivem, nos mais variados tópicos: gestual, oral, corporal, auditiva e na criatividade, como vemos a reflexão de Piaget (1996) que corrobora com o que foi explicitado anteriormente.

[...] A música, além de suas próprias atribuições, sociabiliza e sensibiliza o indivíduo, desenvolve o seu poder de

concentração e raciocínio, tão importante em todas as fases de nossas vidas. Auxilia, ainda, na coordenação neuromotora e na parte fonoaudiológica da criança. A criança que escuta bem, fala bem (Piaget, 1996, p. 34).

A música está associada a ludicidade, com as crianças a mesma ocorre por via de brincadeiras, histórias e canções que cantamos, portando, deve-se trabalhar de maneira a estimular nas mesmas, a sensibilidade e a empatia, algo essencial nessa etapa da vida. O pesquisador Muszkat (2012) afirma que a educação musical favorece a ativação dos neurônios, que são um grupo de células que parecem estar relacionadas com os comportamentos empáticos, sociais e os imitativos.

Tais neurônios são essenciais para a cognição social humana, formada por um conjunto de processos cognitivos e emocionais responsáveis pelas funções de empatia, ressonância afetiva e compreensão de ambiguidades na linguagem verbal e não verbal. De acordo com Muszkat (2012), a música tem potencial para reorganizar e redimensionar o cérebro.

Hoje sabemos que um neurônio compete com outro pelo próprio mundo, pela experiência, pela novidade. Essa visão é a que chamamos “neografinismo neuronal”, em busca da experiência. Sabemos que a música ajuda nessa reorganização, aumenta a competência de várias áreas do cérebro emocional, do cérebro motor e do cérebro sensorial de uma maneira ímpar. Esse é um espaço muito importante para discutirmos, para falarmos

da “música na escola”, pois isso quer dizer “cérebro em formação”. O cérebro da criança está em formação. As redes múltiplas que estão se criando, estão aumentando suas conexões, estão em busca de novos caminhos e podem levar a conexões que tornam uma criança mais fluida, competente, criativa para lidar com os desafios da vida (Muszkat, 2012, p. 73).

Com relação à influência da música na formação cerebral da criança, Muszkat (2012) afirma ainda que a exposição precoce à música, além de ser um método facilitador para o surgimento de talentos e reações espontâneas ocultas, contribui para a construção de um cérebro biologicamente mais conectado, fluido, emocionalmente competente e criativo.

A criança nos anos iniciais do ensino fundamental precisa de atividades que estimulam o desenvolvimento criativo, motor, cognitivo e a convivência, que trabalhe a linguagem da música, onde quando bem executada pode compreender todos esses conceitos através do uso da musicalidade, porém, para que ocorrer com um maior aproveitamento deve ser realizado juntamente com as outras metodologias.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se constitui em uma pesquisa exploratória tendo como base o que afirma Carlos Gil (2010, p. 45) que segundo o autor visa proporcionar maior familiaridade com o problema,

aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Com isso a presente pesquisa foi realizada com base no levantamento bibliográfico com enfoque qualitativo de pesquisa. Na opinião de Santos (2000, p. 31) “a bibliografia constitui-se numa preciosa fonte de informações, com dados já organizados e analisados. [...] a pesquisa com base em uma bibliografia deve encabeçar qualquer processo de busca científica que se inicie”.

O presente trabalho teve o seu desenvolvimento através de um estudo de cunho qualitativo e exploratório, em que os instrumentos de coleta de dados perfazem a pesquisa bibliográfica, com o objetivo de investigar as principais contribuições da música como instrumento de aprendizagem. Para Bardin (2011), o uso da metodologia de pesquisa respaldada na pesquisa bibliográfica de conteúdo designa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

A Pesquisa qualitativa pode ser definida como um processo de investigação direcionada para os aspectos qualitativos do objeto a ser pesquisado, sendo caracterizada pela

[59]

subjetividade. Assim, destaca-se a capacidade de identificação e análise de dados que não podem ser mensurados numericamente.

A pesquisa qualitativa é necessária quando se pretende aprofundar os conhecimentos, pesquisar não somente os resultados, mas a aplicação da pesquisa. Para (Bardin, 2011), as pesquisas qualitativas podem ser definidas como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumentos matemáticos na análise dos dados. Já a pesquisa exploratória é, portanto, definida por Gil (2010) como a modalidade que:

traz como propósito primeiro, proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com o objetivo de torná-lo mais explícito e contribuir na construção de hipóteses. Seu planejamento tem a tendência a flexibilidade, uma vez que interessa considerar uma variedade de aspectos relativos ao fato ou fenômeno em estudo. É possível afirmar que a maior parte das pesquisas realizadas com propósitos acadêmicos, pelo menos no início, possui o caráter de pesquisa exploratória, pois neste momento dificilmente o pesquisador tem uma definição clara e objetiva do seu objeto de estudo.

Procurou-se também, em uma perspectiva histórico-crítica, o esclarecimento das contribuições dos principais autores e estudiosos da educação, acerca do tema pesquisado. Assim,

através da metodologia utilizada, que evidenciou caminhos, propôs indagações e reflexões, delineou-se a investigação, ofertando subsídios para responder à pergunta da pesquisa e revelar se as hipóteses são verdadeiras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através de situações vivenciadas em sala de aula percebemos que as atividades com música despertam o interesse, facilitando o desenvolvimento integral do aluno no processo ensino-aprendizado. Infelizmente, são muitos os fatores que contribuem para o surgimento do desinteresse nas crianças e consequentemente para o fracasso escolar.

A música é uma linguagem expressiva e as canções são veículos de emoções e sentimentos. Integrar esse instrumento ao processo pedagógico é possibilitar à criança reconhecer o seu próprio sentir. Desse modo, um projeto educativo que considere o aluno como um ser integral: físico, cognitivo, emocional e social, pode e deve explorar as múltiplas possibilidades da musicalização como instrumento de apoio pedagógico na escola, mas especificamente no processo ensino-aprendizagem.

A pretensão desta pesquisa foi encontrar alternativas que venham despertar o interesse das crianças, desenvolvendo aprendizagens significativas por meio da utilização de músicas nos anos iniciais no ensino fundamental. Neste sentido, este

projeto de pesquisa partiu do seguinte problema: a utilização da música como recurso pedagógico no primeiro ciclo do Ensino Fundamental auxilia no desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e físico dos educandos dos alunos.

Com base nos dados do estudo e da pesquisa realizada, podemos compreender que a música nos anos iniciais do ensino fundamental contribui para o desenvolvimento psicossocial e cognitivo da criança no processo da aprendizagem. A música faz parte do processo de construção do conhecimento e critica, ela desperta e desenvolve o gosto musical da criança, favorecendo para sua capacidade de construção, linguagem, coletividade e expressão.

A educação musical, proporciona a vivência da linguagem musical como um dos meios de representação do saber construído pela interação intelectual e efetiva da criança com o meio ambiente. Essa situação facilitará a formação do sentimento de cidadania, o enriquecimento de nossa cultura popular e, principalmente, a compreensão, por parte do aluno, da importância de sua participação e do seu papel na sociedade.

O período preparatório à alfabetização beneficia-se do ensino da linguagem musical quando as atividades propostas contribuem para o desenvolvimento da coordenação motora, da imitação de sons e gestos, da atenção e percepção, da memorização, do raciocínio, da inteligência, da linguagem e da expressão corporal. Essas funções envolvem aspectos

psicológicos, que constituem as diversas maneiras de adquirir conhecimentos, ou seja, são as operações mentais que usamos para aprender, para raciocinar. A simples atividade de cantar uma música proporciona a criança o treinamento de uma série de aptidões importantes.

Nessa perspectiva, o presente trabalho visou acrescentar experiências através do trabalho com música por ser uma linguagem excelente para o desenvolvimento de todos os aspectos já citados acima e por ser um poderoso meio de integração social e de aquisição de novas aprendizagens. Portanto, este trabalho se debruçou com a construção de uma prática pedagógica que por meio da música possibilite o desenvolvimento global dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo tencionou analisar o desafio de buscar respostas que esclarecesse a necessidade e intervenção da música no contexto educacional, para solucionar as dificuldades de aprendizagem e de ensino que atualmente assombra a educação no Brasil, nos anos iniciais do ensino fundamental, onde o ensino deve ser trabalhado de forma significativa e profunda fugindo da superficialidade.

A escolha pelo tema ligado a música se deu pelo gosto que tenho por música e pelo conhecimento da importância dela na formação da criança, que tive durante o curso. Durante a pesquisa, e durante o período de estágio nos anos iniciais do ensino fundamental pude perceber que os anos iniciais do ensino fundamental é, ainda muito ligado apenas às artes visuais e pragmáticas, deixando de lado os demais conteúdos metodológicos que é possível trabalhar nessa etapa da educação.

Esse estudo que, inicialmente, procurou identificar a importância da música que é trabalhado com as crianças, analisando assim a formação e o conhecimento que elas podem construir com o uso da música, onde revelou que a música tem muita importância para as crianças. No entanto, apontou também para a responsabilidade dos professores em buscar novos conhecimentos a fim de atender a necessidade dos alunos, expressa nos documentos norteadores da educação e nos autores aqui envolvidos e pesquisados.

Conclui-se que, através do uso da música em sala de aula, seja diária ou semanalmente, é possível ampliar as possibilidades de socialização, conhecimento, interação e de criação. Pois as canções trazem muito mais que belas melodias, trazem ensinamentos. Ensinamentos esses que contribuem para o envolvimento com os acontecimentos do cotidiano que auxiliam no crescimento da criança, futuro adulto, transformando-o num

ser sociável, conhecedor dos seus direitos e deveres, sabendo valorizar e respeitar a diversidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Sidirley de Jesus. **Psicomotricidade: educação e reeducação**. 2. ed. Blumenau: Acadêmica, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n.1, de 15 de maio de 2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**, 2006.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf.

Acesso em: 05 de dezembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília.

BRÉSCIA, Vera Lúcio Pessagno. **Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.

CORRÊA, Maristela Saponara. **A musicalização na Escola: guia teórico e prático**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPARDO, Carla Eugenia. **A música na escola: tempos, espaços e dimensões**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2018.

MUSZKAT, M. Música, neurociência e desenvolvimento humano. In: JORDÃO, Gisele et al. **A Música na Escola**. São Paulo: Allucci e Associados Comunicações, 2012, p. 67-69. Disponível em: http://www.amusicanaescola.com.br/pdf/Mauro_Muszkat.pdf
Acesso em: 7 de dezembro de 2023.

PENNA, Maura. **Música (s) e seu ensino**. 2. ed. Ver. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

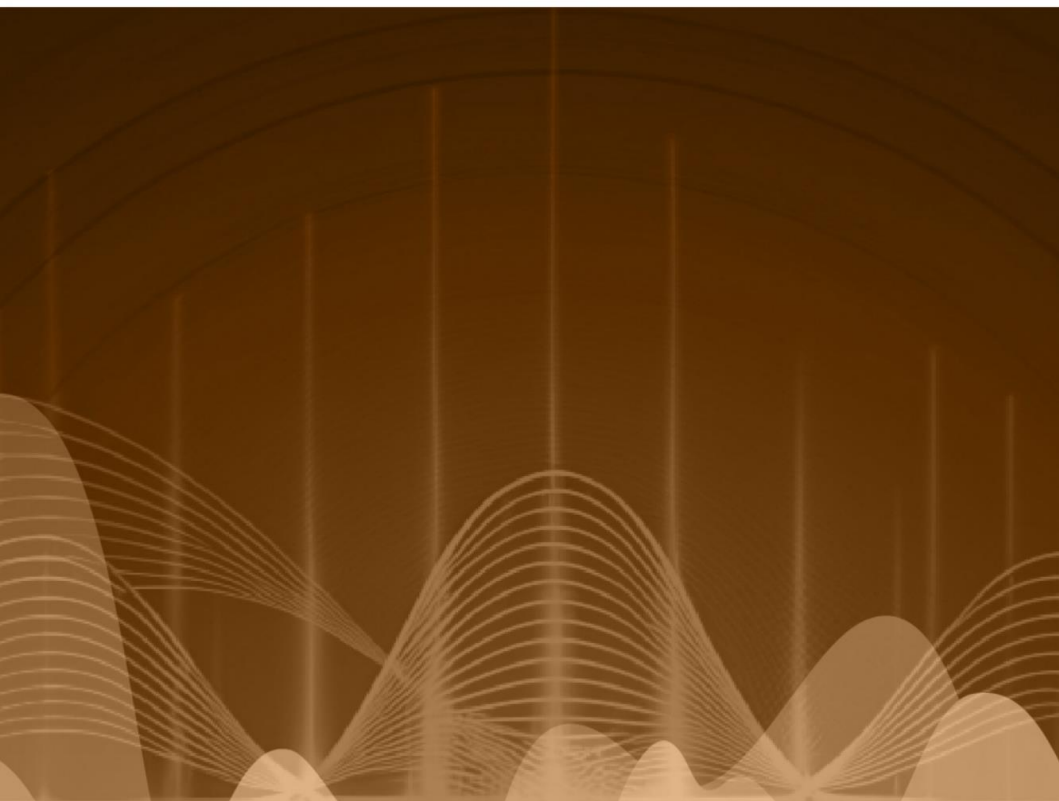
Revista mais educação+ Vol. 3, n. 1 (mar. 2020) -. São Caetano do Sul: Editora Centro Educacional Sem Fronteiras, 2020.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.

CAPÍTULO 3

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Fernanda Carolyne de Pontes Viana
Esaú Patrício Fernandes Pereira**



A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Fernanda Carolyne de Pontes Viana⁵ / Esaú Patrício Fernandes Pereira⁶

INTRODUÇÃO

Na organização do sistema nacional, a Educação Infantil se revela como uma fase na vida da criança em que acontece muitas transformações no corpo, na mente, na emoção, na afetividade e, acima de tudo, no intelecto, a partir do qual se norteia o desenvolvimento pleno, pois a condição de ser aprendiz vai se aperfeiçoando conforme vai sendo disponibilizados os saberes e experiências ludopedagógicas.

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil apresenta uma série de especificidades com as quais o professor trabalha, além de uma infinidade de possibilidades que surgem no fazer pedagógico docente diária e nas interações que acontecem na sala de aula no cotidiano escolar.

⁵ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité

⁶ Professor Orientador, Especialista em Docência do Ensino Superior, Esp. em Educação Especial e Inclusiva e Esp. em Psicopedagogia. E-mail: esaupereira734@educar.rn.gov.br.

Num contexto mais recente, a educação vem passando por diversas transformações e/ou reformulações, seja no seu perfil, nas diretrizes ou ainda nas concepções que a estruturam conceitualmente. Sobre isso, é importante destacar o papel que esta etapa da Educação Básica implementa na formação da criança quando inserida numa cultura de experiências inovadoras e lúdicas, especialmente, quando se pensa sobre o tema a importância do brincar na Educação Infantil, no sentido de compreender o quanto essa prática é fundamental para o processo de desenvolvimento integral.

Ao se pensar na inovação da prática pedagógica docente, atrelada as mudanças na educação nacional como um processo articulado, deve-se repensar o papel da prática pedagógica docente na promoção de novas intervenções a partir de práticas ludopedagógicas capazes de estimular a criança aprendente.

Diante dessa perspectiva, ressalte-se que, discorrer sobre o tema a importância do brincar na Educação Infantil, se justifica porque, de forma criativa e articulada com as novas demandas apresentadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), possibilita construir as bases para se repensar a proposta pedagógica escolar e a prática pedagógica docente, buscando proporcionar na criança a satisfação e o prazer em aprender brincando, tendo como foco as práticas lúdicas diversas e disponíveis no dia a dia da família, da comunidade e da escola.

De forma geral, a produção desse estudo tem como objetivo nortear a construção de uma proposta pedagógica escolar, centrada nas atividades lúdicas que geram satisfação e prazer pelo aprender brincando, favorecendo o pertencimento e a ludicidade na prática docente.

Quando aos objetivos específicos, de forma articulada, pretende-se ainda compreender as contribuições que a BNCC possibilita para a prática docente a partir das atividades com situações lúdicas diversas, repensar o fazer pedagógico para contemplar situações lúdicas desafiadoras que favorecem a interação da criança com o saber, promover uma cultura de valorização das práticas lúdicas presentes na relação familiar e social da criança, favorecendo o prazer de se relacionar e a satisfação em aprender brincando.

É importante partir da percepção de que a importância do ato de brincar é inerente ao processo de desenvolvimento da criança e se faz presente nos primeiros contatos com os brinquedos, nas mais variadas brincadeiras, em jogos e atividades lúdicas diversas que estão disponíveis em cada ambiente familiar ou social, enfim.

Sobre isso, compreende-se que essa condição é fundamental para valorizar ações que promovam e estimulem as experiências com o saber adquirido na família, a partir do qual o professor vai reinventar a criança na escola para adquirir novas experiências.

Para embasar essa discussão, utiliza-se as concepções e análises emitidas por autores como Domingos (2016), Macêdo (2013), Huizinga (2010), Kishimoto (2008), e outros, buscando concretizar a revisão da literatura em questão para possibilitar novos entendimentos.

O trabalho está organizado em cinco tópicos principais, abordando, inicialmente a temática geral presente nesta introdução, a revisão da literatura, a metodologia do estudo, os resultados e discussões apontados por autores específicos da temática, as considerações finais e as referências que fundamentam o debate em nível acadêmico-científico.

Assim, objetivamente, não se pretende exaurir o debate sobre o tema, expressando breves contribuições para a escola, ao nortear a percepção pedagógica, para a sociedade, ao viabilizar novas leituras e análises no campo da educação, para a comunidade acadêmica, no sentido de contribuir para que novos debates possam acontecer, revisando a literatura geral da temática e despertando novos olhares e análises crítico-reflexivas, além desta autora, a qual admite concepções inovadoras e aprimora os conceitos sobre o fazer pedagógico docente na perspectiva da ludicidade.

REVISÃO DE LITERATURA

Brincar: conceitos e perspectivas

A escola tem evoluído, geralmente, no porte e na dimensão enquanto espaço social, ou seja, os projetos que são selecionados, geralmente são maiores, amplos e melhor estruturados, porém, persiste um problema comum: a formação docente para trabalhar o fator lúdico na criança, através do brincar ou do cuidar, se confundem e muitos professores ainda tem dúvidas sobre o que é ludicidade na relação da criança com a escola e o que é cuidar no trato da criança com a vivência socioeducacional.

Com isso, durante anos e até décadas, as escolas e os professores passam por inúmeros problemas, no que se refere ao aspecto lúdico inserido no cotidiano das atividades escolares, seja nas condições que a escola não proporciona ou favorece, seja no excesso quanto aos equipamentos adequados, porém não acontece a diversidade das práticas lúdicas para potencializar o desenvolvimento e/ou aprendizado na criança.

Para melhor compreender essa dubiedade apresentada em forma de problema, destacam-se novos olhares sobre o aprimoramento das práticas pedagógicas, no sentido de possibilitar uma dinâmica de ensino-aprendizagem, prazerosa e

estimulante na vida da criança ao longo do percurso formador na Educação Infantil.

Discorrer sobre a importância do brincar na Educação Infantil, exige pensar os fundamentos da Educação Básica, assim como, as concepções e reflexões de autores como Domingos (2016), Macêdo (2013), Huizinga (2010), Kishimoto (2008), e outros que abordam a ludicidade, o brincar, as brincadeiras e os jogos, no contexto dos estudos e produções acadêmico-científicas.

Por outro lado, é preciso também buscar compreender os referenciais como Brasil (1998), tendo em vista que são esses normativos, pressupostos e diretrizes que orientam e/ou norteiam a prática pedagógica no sentido da valorização do lúdico, tão essencial para a promoção do saber na criança.

Ao se discorrer sobre esse tema, enfatiza-se como e o quanto há uma relação lúdica e prazerosa da criança com o saber, a qual exige do docente e formador, o prazer em buscar compreender os fundamentos a partir dos quais se pensa e se reflete o brincar como prática lúdica e pedagógica que deve favorecer o ensino na primeira etapa da Educação Básica. Sobre isso, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Brasil (1998, p. 23), enfatiza que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal,

de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Sobre isso, Domingos (2016, p. 8), entende que "a brincadeira é a principal atividade da criança. E a brincadeira faz de conta, faz com que as crianças usem de sua criatividade, imaginando-se no mundo dos adultos, reformulando as situações de forma espontânea". Com isso, sendo esta uma atividade fundamental e que faz parte do meio no cotidiano familiar e social, é preciso considerar que esta não pode está ausente da intervenção pedagógica no cotidiano.

Conforme exposto em Brasil (1998), o brincar é um espaço no qual se pode observar a coordenação das experiências prévias da criança e aquilo que os objetos manipulados sugerem ou provocam no momento presente. Pela repetição daquilo que já conhecem, utilizam a ativação da memória, atualizam seus conhecimentos prévios ampliando-os e transformando-os por meio da criação de uma situação imaginária.

Macêdo (2013), cita que muitos professores dirigem os momentos lúdicos a fim de alcançarem determinados objetivos. Desse modo, não permitem às crianças explorarem e criarem sua própria maneira de brincar. Assim, as crianças acabam brincando, não pelo prazer e a alegria que o ato lúdico lhes dá, mas para alcançar e cumprir os objetivos e as regras estabelecidas. Para Huizinga (2010, p. 6):

Encontramos o jogo na cultura, como elemento dado existente antes da própria cultura, acompanhando-a e marcando desde as mais distantes origens até a fase de civilização em que nos encontramos. Em toda a parte, encontramos presente o jogo, como uma qualidade de ação bem determinada e distinta da vida comum.

Com isso, diante do significado dessa abordagem, é preciso compreender que a prática lúdica e a intervenção pedagógica, o que se pode denominar de ação/intervenção ludopedagógica, possibilita novas direções no fazer pedagógico docente e exige repensar a educação como um processo articulado com todas as práticas sociais e culturais e, se tem a escola como um espaço de transformações, principalmente, no aprender, na perspectiva valorizar o lúdico como ação prazerosa da criança com o brincar para estimular o desenvolvimento integral.

Como brincar? para quê brincar? quando brincar?

Segundo Sampaio *et al.* (2012), o brincar é um potente veículo de aprendizagem experiencial, visto que permite, através do lúdico, vivenciar a aprendizagem como processo social. Ao valorizar o aprendizado da criança a partir de suas interações com o meio e com as demais, no ambiente escolar, se relaciona a

aprendizagem a uma construção social e não apenas escolar, o que, para Padilha (2016, p. 10):

[...] uma forma de permear essa visão retrógrada de aprendizagem como mera transmissão de conhecimentos programáticos, ela vai além, permite que a criança aprenda novas regras, novas formas de se conhecer, novos meios de conhecer o ambiente em que vive, nova forma de se relacionar com o outro, novas amizades, entre outras novas descobertas, constituindo-se assim, uma nova aprendizagem.

O brincar tem sido tema de investigação para diversas áreas do conhecimento. Psicologia, Letras, Pedagogia, Antropologia, Histórias, etc. mesmo que seja pouco difundida na prática. Apesar da vasta pesquisa sobre o tema, o brincar ainda causa muitas surpresas às pessoas que não compreendem este ato como um rico fenômeno com sérios benefícios para a rotina de um ser humano (Sampaio *et al.*, 2012).

Considerando que os espaços e os recursos ludopedagógicos para brincar, são cada vez mais modernos, estimulantes e diversos, para o professor da Educação Infantil, saber como brincar deve ser uma das principais preocupações que envolve pensar o desenvolvimento da criança sem esquecer da sua relação com o meio e com a cultura educacional.

O brincar proporciona às crianças diversas contribuições nos mais variados aspectos. É na brincadeira que a criança

desenvolve os sentidos, adquire habilidades para usar as mãos e o corpo, reconhece objetos e suas características, forma, tamanho, textura, som e cor (Brasil, 2006).

Brincando, a criança entra em contato com o ambiente, relaciona-se com o outro, desenvolve o físico, a mente, a autoestima, a afetividade, torna-se ativa e curiosa. O brincar é imprescindível para o desenvolvimento do sujeito de forma integral, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, pois a brincadeira é essencial a sua vida (Brasil, 2006). Para Kishimoto (2010, p. 1):

O brincar é uma ação livre, que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pela criança; dá prazer, não exige como condição um produto final; relaxa, envolve, ensina regras, linguagens, desenvolve habilidades e introduz a criança no mundo imaginário. [...] Todo o período da educação infantil é importante para a introdução das brincadeiras.

Como toda ação livre, observa-se que o brincar está presente, desde o momento em que a criança acorda até o momento que é necessário para fazê-la dormir, ou seja, até para dormir as mães se utilizam de mecanismos lúdicos como chocalhos, mordedores ou afins, para entreter a criança e assim ela se sentir mais calma, inclusive, nos momentos lúdicos.

Nesse sentido, depreende-se que o trabalho psicopedagógico pode adquirir caráter preventivo, clínico,

terapêutico ou de treinamento, o que amplia sua área de atuação (Beyer, 2003). Essa intervenção, quando bem direcionada na sala de aula ou no ambiente escolar, tende a ser significativo para proporcionar bem-estar e conforto a criança.

No cotidiano da escola, o professor precisar saber dosar situações/momentos em que a criança precisar brincar, tanto para sossegar quando para aprender. Para isso, ao se perguntar como brincar, entende-se que, na perspectiva da criança, não há uma linha de raciocínio lógica, até mesmo porque, o brincar é espontâneo, conforme entendimento de muitos autores da área, como aqueles orientados pelo psicopedagogo que estrutura e norteia uma proposta pedagógica para favorecer a ludicidade na perspectiva da aquisição do saber.

Este profissional utiliza-se de métodos, técnicas e testes próprios da sua área. Uma importante ferramenta para a atuação psicopedagógica são as brincadeiras, os brinquedos, jogos e atividades lúdicas de forma geral. É fácil de visualizar a relação entre a psicopedagogia, a brincadeira e a aprendizagem, pois a primeira estuda os aspectos inerentes da última, utilizando como ferramenta as brincadeiras e as atividades lúdicas (Padilha, 2016). Para Maurício, Cordeiro e Escarião (2016, p. 125):

A criança age prioritariamente de forma lúdica e sobre essas relações entre o brincar, jogar e educar pode relatar que esses atos proporcionam a aprendizagem, a maneira de

assimilar e de acomodar com o novo conhecimento, bem como o desenvolvimento.

Por esse motivo, a proposta docente deve contemplar as situações lúdicas cotidianas para promover o prazer na criança para a convivência ludopedagógica, na perspectiva de nortear o aprendizado psicomotriz, afetivo, emocional e cognitivo. Assim, além dos jogos já conhecidos da criança, no dia a dia, durante as atividades de recreação, é importante colocar a criança em contato com a natureza, com o material concreto do seu conhecimento, agindo e interagindo com os demais no campo e com material concreto, para estimular o prazer de aprender.

De fato, a brincadeira acontece para, antes de tudo, colocar a criança em contato com situações ludopedagógicas diversas, que esteja ou não familiarizada com tais situações de aprendizagem, mas acima de tudo, que essas brincadeiras, que os brinquedos utilizados ou que as atividades lúdicas, sejam capazes de potencializar o seu aprendizado.

Possibilitar com que a criança atue com esses recursos, é fundamental para melhorar e estimular a relação da criança no cotidiano escolar. Assim, não há um recorte temporal específico no qual o professor possa trabalhar mais ou melhor. A qualquer tempo ou a qualquer hora, é o momento de inserir a criança nas atividades que estimulam o pensamento, que potencializam as condições da força física, que qualificam a cognição e ainda, que fazem observar regras ou refletir sobre determinadas situações.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, utiliza-se a pesquisa bibliográfica a partir do olhar de Silva e Menezes (2001, p. 20), ao considerar que está se constitui um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos, significa busca estabelecer as ideias e parâmetros a partir dos quais se reflete sobre uma realidade e/ou contexto.

Esse processo, implica no levantamento qualitativo de referenciais teóricos publicados por meios escritos e eletrônicos, entre tantos, cita-se os livros, artigos científicos, páginas de websites (Fonseca, 2002).

Fachin (2005, p. 15), compreende que o conhecimento científico se "caracteriza pela presença do acolhimento metódico e sistemático dos fatos da realidade sensível. Por meio da classificação, da comparação, da aplicação dos métodos, da análise e síntese [...]". Quanto a abordagem qualitativa, Guerra (2014, p. 11) enfatiza que "objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda [...]".

A fundamentação teórica está organizada a partir das ideias de Domingos (2016), Macêdo (2013), Huizinga (2010), Kishimoto (2008), e referenciais como Brasil (2017), entre outros, referências fundamentais para a reflexão e/ou elaboração de uma proposta em que a criança é pensada na sua integralidade e

inserida na implementação de ações lúdicas e prazerosas que valorizam o ato de brincar como mecanismo facilitador do saber e do desenvolvimento integral.

Com isso, possibilita-se com que as concepções e/ou percepções sejam tomadas como base para proceder a revisão da literatura de forma consciente, contribuindo com o debate em nível acadêmico-científico a respeito da temática apresentada, possibilitando compreender e demonstrar os instrumentos com os quais se busca minimizar ou superar os efeitos da problemática no aluno, potencializando o saber e o desenvolvimento integral, a partir de práticas lúdicas diversas, atinentes a vivência e experiência individuais e/ou coletivas com o brincar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com isso, pensa-se a produção de um trabalho de conclusão de curso, cuja fundamentação teórica busca credenciar as propostas e experiências com os diversos usos das práticas lúdicas na escola, favorecendo a efetividade de uma prática diferenciada, que visem o pleno desenvolvimento da criança, uma melhor interação com o meio em que vive, satisfazendo um desejo íntimo, uma vontade própria de aprender, de se relacionar e de manter contato, de forma prazerosa, com as mais variadas situações lúdicas.

Quanto ao papel da ludicidade na prática docente, a princípio, é preciso observar a correlação entre esta e a prática docente no âmbito da escola, no sentido de complemento, articulação e potencialidades, pois é a partir da prática pedagógica cotidiana que a criança vai melhorando a sua relação com os mais variados recursos lúdicos, favorecendo o seu pertencer e, igualmente, o aprendizado. Com isso, Caputti e Bozzo (2007, p. 1), ressaltam que:

A educação infantil deve respeitar a criança como um todo e assim promover o seu desenvolvimento integral e é por isso que não se deve levar à padronização de hábitos que não são mais utilizados pelos professores. Os professores devem resgatar atividades de brincar de maneira global, utilizando com um antecedente da aprendizagem que virá como a alfabetização. Utilizando muitas vezes os jogos e brincadeiras, os professores poderão estimular às crianças para uma aprendizagem muito mais fácil.

Sobre isso, entende-se que, paulatinamente, o professor deve ir inserindo a criança em atividades já conhecidas e que fazem parte do cotidiano da criança no ambiente familiar, para articular novas situações desafiadoras que acontecem com atividades lúdicas em jogos e brincadeiras, onde há regras e condutas responsáveis e não simplesmente a espontaneidade.

Nesse sentido, Santos (1997 p. 14), destaca que a formação lúdica deve proporcionar ao futuro educador conhecer-se como

pessoa, saber de suas possibilidades e limitações, desbloquear suas resistências e ter uma visão clara sobre a importância do jogo e do brinquedo para a vida da criança, jovem e do adulto. Assim, para Caputti e Bozzo (2007, p. 1):

O brincar é uma atividade normal do ser humano. Ao brincar a criança fica tão envolvida com que está fazendo que coloca na ação seu sentimento e emoção. A atividade artística, assim como o brincar, é um integrador entre os aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais. Por isso, parte-se do pressuposto de que brincando a criança ordena o mundo a sua volta, assimilando experiências, informações e sobre tudo incorporando atividades e valores.

Como o brincar faz parte e está presente em todas as fases na vida da criança, saber estimular a sua interação no dia a dia da sala de aula, possibilita com que ela aprimore o seu olhar sobre o meio, sobre o grupo de parceiros que atuam durante o brincar, desenvolvendo a coordenação motora, melhorando o nível de percepção sobre os diferentes papéis dessas atividades, melhorando ainda o seu aprendizado sobre regras, além de qualificar a escrita e a leitura, quando solicitado.

Sobre o papel da situação/atividade lúdica, Seber (1995, p. 53), entende que:

A criança se empenha durante o brincar da mesma maneira que se esforça para aprender

a andar, a falar, a se desinibir, a comer. Esse esforço é tão intenso que, às vezes, ela fica concentrada na atividade e em escuta quando alguém a chama. Essa mobilização presente nas condutas, lúdicas, por si só, deveria servir-nos como indicativo a respeito da importância que elas têm para as próprias crianças.

Nesse caso, quanto mais viabilizar situações e atividades ludopedagógicas em que a criança possa investigar, atuar, interagir e fazer suas próprias inferências; mais possibilidades há de que esta se desenvolva, afetiva, emocional, cognitiva e integralmente, conforme se espera que a escola e o professor sejam capazes de qualificar uma proposta com essa finalidade.

O professor tem que partir da realidade dos alunos, ver suas necessidades, buscar alternativas de interação. Ocorre que, na fase de mudança, está tomada de consciência é importante, até que venha a se incorporar com um novo hábito (Vasconcellos, 1995, p. 74). Articulado nessa ideia, Caputti e Bozzo (2007, p. 2), cita:

Nenhum fato vivenciado pode ser ligado sem a construção de um quadro lógico onde a criança relaciona, mede ou enumera esse fato, colocando-o em relação com o seu conhecimento. Quando se introduz uma brincadeira, a criança passa por uma fase de adaptação e reconhecimento, sendo interessante que ela o faça livremente, explorando todas as suas possibilidades, pois o brincar implica ação.

Entende-se que, é importante o papel que o professor exerce como articulador de uma ideia que, geralmente, tende a ser inovadora, mesmo que a brincadeira seja antiga, porém as ideias e os objetivos trabalhados pelo professor, possibilitam reformular os conceitos e demonstrar novas possibilidades. Assim, Kishimoto (2008, p. 26), cita que “o desenvolvimento da criança determina as experiências possíveis, mas não produz por si só a cultura lúdica. Esta se origina das interações sociais [...]”.

Para Craidy e Kaercher (2001, p. 103),

[...] a criança expressa-se pelo ato lúdico e é através desse ato que a infância carrega consigo as brincadeiras. Elas perpetuam e renovam a cultura infantil, desenvolvendo formas de convivência social, modificando-se e recebendo novos conteúdos, a fim de se renovar a cada geração. É pelo brincar e repetir a brincadeira que a criança saboreia a vitória da aquisição de um novo saber fazer, incorporando-o a cada novo brincar [...].

Assim, as ideias aqui expressas pelos seus autores, vão ao encontro de iniciativas inovadoras que buscam transformar e/ou potencializar o aprendizado lúdico na vida da criança, valorizando a importância do ato de brincar para o pleno e integral desenvolvimento da criança, através de uma prática docente instigante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a escola atual não é mais aquela de algumas décadas passadas e que as práticas pedagógicas já são pensadas na perspectiva das tecnologias digitais, da comunicação e da ludicidade; pensar a importância do brincar na Educação Infantil contribui para traçar novos planos e novas metas para uma educação inovadora que demanda afeto, emoção e pertencimento, ou seja, tudo deve ser instruído para proporcionar bem-estar a criança.

Para isso, ao discorrer sobre essa temática, admite-se que o percurso de formação do aprendente passa por muitas transformações no pensar, no agir e no refletir, tendo em vista que em cada momento da história algo acontece para promover no aprendente a reformulação de suas percepções sobre uma realidade ou sobre um determinado saber o qual fora disponibilizado, principalmente, no ambiente da escola, pelo formador/professor que pensa a criança a partir do que contempla a BNCC: habilidades e/ou competências.

Os diferentes olhares dos autores destacam o tempo e o espaço em que convive e interage a criança com as ações lúdicas diversas, brincando, interagindo, convivendo e experienciando situações ludopedagógicas que estimulam o gosto e o prazer pelo aprender, favorece o aperfeiçoamento de habilidades e

competências inatas ou desenvolvidas a partir das intervenções do professor.

Conforme o contexto no qual se inserem, professor e criança, é fundamental se buscar compreender o quão relevante é refletir sobre a importância do brincar na Educação Infantil, pois entende-se que é nessa etapa da Educação Básica e nessa fase do desenvolvimento psicomotor, afetivo, emocional e cognitivo da criança, que tudo passa a acontecer e de forma prazerosa. Desde a relação com as demais crianças, na qual se articula as mais variadas situações lúdicas e estimulantes, até o convívio com um espaço rico em oportunidades lúdicas.

Constata-se que, o diálogo estabelecido com diferentes teóricos, possibilitou para esta autora e formanda em Pedagogia, o melhor entendimento sobre o papel e importância do brincar para o processo de desenvolvimento da criança, o que, em tese, espera-se que esta seja uma de tantas oportunidades que tornará possível, uma formação articulada com as transformações para gerar impactos positivos no fazer pedagógico docente cotidiano. Fica o aprendizado, sem a pretensão de exaurir o debate, contribuindo para novas revisões na literatura em questão.

REFERÊNCIAS

BEYER, M.A. **Psicopedagogia: ação e parceria**. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. v.1. Brasília/DF: 2006.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. v. 1. Brasília/DF: MEC/SEF/COEDI, 1998.

CAPUTTI, A.P.C.; BOZZO, F.E.F. **O papel do professor nos jogos e brincadeiras com as crianças de 5 anos**. UNISALESIANO, 2007.

CRAIDY, Maria Carmem; KAERCHER; Gládis Elise. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

DOMINGOS, Allanda Harêta Lopes da Silva. **A importância da brincadeira de faz de conta na Educação Infantil**. Monografia apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN: UFRN, 2016.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GUERRA, E. L. A. **Manual de pesquisa qualitativa**. Anima Educação. Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2014.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. Tradução: João Paulo Monteiro. 6 Ed., São Paulo, Perspectiva, 2010.

KISHIMOTO, T.M. Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil. **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em movimento – Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file>. Acesso em: 19 fev. 2024.

KISHIMOTO, T.M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage learning, 2008.

MACÊDO, Macilene Silva. O ato de brincar inserido na prática do professor de Educação Infantil. **Portal Pedagogia ao Pé da Letra**, 2013.

MAURICIO, J. A.; CORDEIRO, T. P. L.; ESCARIÃO, A.D. O brincar na Educação Infantil: Implicações para o processo de desenvolvimento e aprendizagem. *In: Caminhos e reflexões psicopedagógicas e interdisciplinares para aprender a aprender*. Orgs: PALITOT, M. D.; SEABRA, M. A. B.; PIRES, T. S. J.; SILVA, H. M. L. João Pessoa: Editora Ideia, 2016.

PADILHA, Biancca de Souza. **O olhar da criança pequena sobre o brincar**. João Pessoa: UFPB, 2016. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicopedagogia UFPB/CE.

SAMPAIO, L. O. L.; SILVEIRA, M. C. A. A.; DIAS, P. R. F.; OLIVEIRA, S. L. M. G. O lúdico como base fundamental para a vida da criança e para a vida adulta. *In: Pensamento, linguagem e ludicidade na Educação Infantil*. Orgs: BEZERRA, L.T.S; OLIVEIRA, M.L.G. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

SANTOS, Santa Marli Pires. **O lúdico na formação do educador**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

SEBER, M. G. **Psicologia da Pré-escola: uma visão construtivista**. São Paulo: Moderna, 1995.

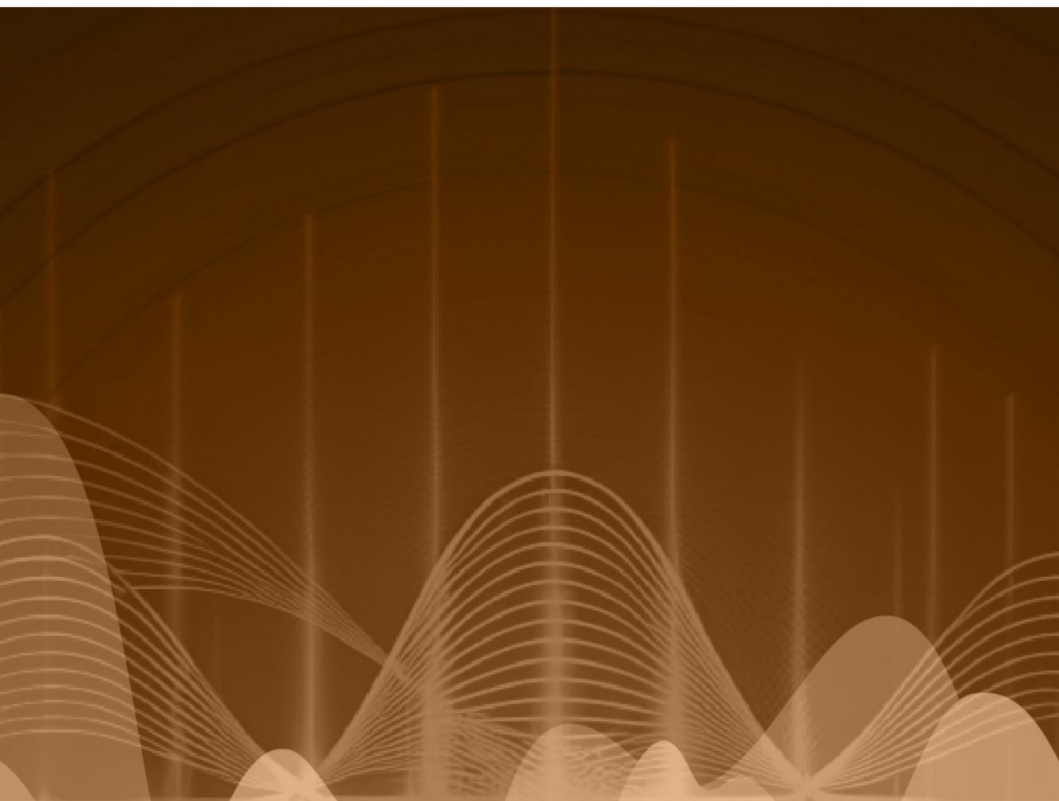
SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

CAPÍTULO 4

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA

**Gislaine Soares dos Santos
Esaú Patrício Fernandes Pereira**



A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA

Gislaine Soares dos Santos⁷ / Esaú Patrício Fernandes Pereira⁸

INTRODUÇÃO

A escola moderna, atual e interconectada com a comunidade ao seu entorno, como prioridade, deve estar sempre em constante movimento articulado com o seu público, enquanto instituição social e meio propício ao desenvolvimento do aprendente, na perspectiva de valorizar os saberes dos atores que a comportam e, a partir daí, articular novas práticas culturais e incrementar as que já existem, contempladas no seu Projeto Político Pedagógico (PPP), como documento norteador de toda uma sistemática educacional.

Nesse sentido, a partir de um olhar holístico sobre essas articulações, é importante ressaltar que esse trabalho objetiva, ao abordar a temática, valorizar o papel da família e da escola no desenvolvimento integral da criança, como espaço social que permeia os saberes e favorece as experiências educacionais a partir de todo um legado cultural e educacional.

⁷ Graduada em Pedagogia da Faculdade do Maciço de Baturité - FMB. E-mail: gislayny2018@gmail.com

⁸ Professor Orientador, Especialista em Docência do Ensino Superior, Esp. em Educação Especial e Inclusiva e Esp. em Psicopedagogia. E-mail: esaupereira734@educar.rn.gov.br.

Como propósito acadêmico, busca ainda, enquanto objetivos específicos, estimular a articulação da família com a escola, em todas as suas instâncias, como forma de instruir a prática docente a partir das experiências vivenciadas, instruir a família para o acompanhamento das interações da criança com o ambiente escolar na relação interpessoal com as demais crianças e orientar quanto aos momentos vivenciais ludopedagógicos em que os pais possam participar de situações de aprendizagem da criança na escola.

No que concerne a problemática desse trabalho, a mesma diz respeito a relação/interação ou, diga-se de passagem, a ausência desta família-escola como ponto de partida para estabelecer vínculos construtivos e produtivos no que concerne ao processo de desenvolvimento da criança, pois quando essa relação se faz presente, torna-se mais propositivo o ensino cotidiano.

Diante da relevância dessa abordagem, essa produção se justifica ao possibilitar repensar todo um contexto de relações e interações pessoais e institucionais que ocorrem no processo de ensino-aprendizagem, considerando que o professor, na sua condição de ser pensante/ensinante, busca articular as melhores práticas e procedimentos pedagógicos para viabilizar a experiência do saber lúdico, criativo e crítico-reflexivo na criança.

Quanto aos fundamentos teórico-metodológicos, esse estudo está fundamentado a partir das contribuições de autores como, Monteiro e Goulard (2023), Jungles (2022), Costa *et al.* (2019), Santos e Toniisso (2014), Barbosa (2009), entre outros, os quais expressam suas opiniões e percepções sobre a temática, contribuindo para que a comunidade acadêmica possa produzir trabalhos importantes, revisando a literatura para instruir novas pesquisas.

Esse trabalho está organizado em cinco tópicos principais: a introdutória, a revisão da literatura, a metodologia, os resultados e discussões e as considerações finais, além das referências, o que, em tese, tal fundamentação não pretende exaurir o debate sobre a temática, porém serve de aporte para que novos estudos se tornem viáveis, com o objetivo de revisar a literatura para encontrar novas possibilidades relacionadas à relação família-escola.

REVISÃO DE LITERATURA

Nessa preliminar, pensar a importância da família na escola implica, acima de tudo, compreender os diferentes papéis nessa dinâmica para estabelecer as metas, objetivos e conhecimentos necessários ao estímulo, orientação e desenvolvimento da criança na perspectiva do desenvolvimento integral, ou seja, contando com a participação da família nessa

articulação funcional e procedimental que resulta no saber cognitivo e socioemocional.

Quanto ao papel da família nessa articulação/interação, a Constituição da República Federativa (Brasil, 1988, p. 148), em seu Artigo 227, já preconizava que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração e opressão.

Com isso, ao pensar nesse processo educativo da criança que se inicia na família, passa pela escola e, todos os dias, é retomado pela família na sua forma de criar, de manter e de suprir as necessidades diversas do aprendente, tendo em vista que é a base de tudo, é quem sustem todas as demandas psicossociais, emocionais, afetivas e fisiológicas, o apoio da escola nessa fase da vida educacional, se revela como fundamental para estruturar os laços afetivos entre os sujeitos ativos dessa relação, assim como, para cumprir o que a lei obriga.

Quanto as ações e/ou atividades do dia a dia, seja na família ou na escola e suas transformações, Barbosa (2009, p. 16), compreende que:

A família, por exemplo, foi uma das instâncias de socialização que sofreu grandes mudanças nos modos de ser concebida ao longo dos três últimos séculos no ocidente. A princípio, a família nuclear foi considerada o modelo adequado para avaliar, compreender e pesquisar as famílias.

Porém, quando se percebe essa relação, ao longo dos primeiros anos, essencialmente, a família insere a criança na escola e, se inicia aí um processo formativo longo que vai até a adolescência do indivíduo, implicando uma série de tomadas de decisões coletivas e compartilhadas que vão norteando a formação plena da criança, impelindo-a para uma determinada configuração de sujeito social, que geralmente, favorece o seu desenvolvimento.

Nesse caso, também é função da escola pensar a família com as suas mutações e/ou revoluções. Mas, acima de tudo, é a família que vai se moldar as proposições da escola, tendo em vista que, a família muda, a escola continua como a mesma instituição social de antes, porém apenas com transformações suaves que implica, objetivamente, a construção de um PPP, que repense a família na sua dinâmica sócio-histórica e cultural.

Nesse sentido, quanto ao papel de formar cognitivamente e educacionalmente, Brasil (2013, p. 15), enfatiza que:

A educação de crianças pequenas em estabelecimentos educacionais integrantes do sistema de ensino assim como a

concebemos hoje é uma construção histórica para a qual contribuíram incontáveis pensadores, educadores e pesquisadores de vários campos do conhecimento, como a psicologia do desenvolvimento, a biologia, a medicina, a pedagogia, a sociologia, a antropologia, as artes, a neurociência, estadistas, políticos e dirigentes de organizações governamentais e não governamentais.

Enquanto espaço social, a escola acolhe a criança, a insere nos processos formativos e interacionais, possibilitando a mesma uma conexão permanente de vivências e experiências, capazes de moldar a formação do caráter e das qualidades profissionais, a partir das relações que estabelece, igualmente, com as diferentes áreas do saber.

Evidentemente, ao abordar a os diversos e diferentes papéis, da família e da escola, nesse processo de formação, é fundamental se pensar numa proposta que contemple o olhar de Costa *et al.* (2019), em que sugerem:

A organização do espaço escolar é fundamental para o trabalho pedagógico, e se relaciona diretamente com a aprendizagem dos alunos e com a proposta pedagógica do professor e da instituição escolar, conforme estudado por Vygotsky. Um ambiente físico adequado e planejado propicia à criança uma ecologia cultural de aprendizagem adequada à construção de metas.

Com isso, possibilita-se a promoção de um processo educacional formador, articulado com as demandas atuais, contextualizado com as exigências tecnológicas, culturais e midiáticas, que possibilite pensar a formação da criança a partir das contribuições que a família disponibiliza no dia a dia do fazer pedagógico do professor, daí a importância de se manter, mecanismos e ações institucionais, que favoreçam essa relação e/ou interação da família com a escola e, principalmente, com o professor.

De modo geral, importante destacar que, ambas as instituições se complementam nas suas responsabilidades de criar e formar, de acolher e fazer pertencer, de instruir para educar e de educar com vista a instrução, mas acima de tudo, é nessa relação que se estrutura o pensamento, a capacidade técnica, as habilidades inerentes a motricidade, assim como, as ideologias e implicações das reflexões críticas do indivíduo, enquanto agente social.

Família-escola: relação emancipadora, porém crítica

Essa relação acontece desde os primórdios da humanidade. Família e escola, sempre se articularam, se interconectaram, se dependeram e, acima de tudo, se estruturaram juntas para promover uma sociedade cada vez melhor, a partir das condições psíquicas, emocionais e intelectivas, que

fomentam o desenvolvimento cognitivo, profissional e biopsicológico, do ser humano, enquanto aprendente.

Com isso, se faz necessário que essa abordagem, sobre a temática família e escola, se torne uma referência no âmbito acadêmico-científico, possibilitando uma discussão basilar sobre toda uma prática que deve ser estabelecida pela escola, inicialmente, e compreendida e praticada pela família, no seu papel de articuladora e estimuladora do saber na criança.

Com o vislumbre das mais significativas competências e habilidades que essa relação permite, o debate científico em nível acadêmico, representa um aporte de conceitos, valores e significados, a partir de referências teóricas já delimitadas, possibilitando com que, nos tempos atuais, a efetivação de uma educação transformadora, emancipadora e, acima de tudo, potencializadora do saber da criança que se insere na Educação Básica, se torne fundamental nessa fase da vida, favorecendo a construção do saber familiar e socialmente adquirido, para se tornar um adulto em potencial, no trabalho e nas interações humanas.

Diante das perspectivas que afloram com as inflexões ora apontadas, pensa-se a formação e/ou a reformulação de saberes e experiências que ocorrem no cotidiano das relações interpessoais e institucionais (nesse caso, entre a família e a escola), num olhar holístico sobre o contexto escolar atual que

exige experiências práticas no fazer pedagógico, diante das condições em que ocorre o desenvolvimento da criança.

É preciso ressaltar que a prática pedagógica docente atual busca pensar o indivíduo no seu espaço, com os seus saberes e experiências, não separando o sujeito do seu espaço e de suas vivências, assim como, contempla todas as experiências vivenciadas e adquiridas ao longo da vida, favorecendo com que o professor se torne um agente estimulador do aprendizado e do desejo por aprender sempre mais e melhor, implicando uma relação amistosa com a família para, de posse de todos os conhecimentos necessários, pensar a formação da criança, plena e integralmente.

Nessa perspectiva, no que concerne ao domínio de competências e habilidades fundamentais para pensar e compreender a criança na sua dimensão afetiva e interacional, pois desde os primeiros dias de vidas estabelece os mecanismos e costumes que facilitam o saber diário desde a mais inconsciente relação ou contato sociocultural a partir da vivência e/ou experiência na base familiar, a condição emancipadora da escola, se revela no seu acolhimento do indivíduo, desde os primeiros anos de vida.

Ao encontro do que está documentado em diversos estudos internacionais, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/1996, preconiza ser tarefa da escola e dos professores promover a interação com as famílias, desenvolvendo estratégias

específicas para tal. Entretanto, percebe-se que a falta de diretrizes específicas para a implementação de programas de parceria acaba tornando as regulamentações genéricas, deixando para cada instituição de ensino definir e adotar as estratégias de articulação escola-família que mais lhe pareçam adequadas (Resende; Silva, 2016).

O pensamento sistêmico nos leva a compreender que a relação entre pais e professores também retrata e remete às suas situações de vida e condições sociais e profissionais, influenciando as crianças nas suas passagens por esses microssistemas - família e escola (Orell; Pihlaja, 2020). Essa consideração exposta pelos autores demonstra o quanto a escola precisa compreender a criança no seu processo de desenvolvimento.

Segundo Monteiro e Goulard (2023, p. 2):

A prática pedagógica não poderia ser esvaziada de reflexão. Uma educação emancipadora, mesmo levando em conta todos os fatores que a condicionam, teria a capacidade de modificar a sociedade, visto ser um elemento da estrutura social. É claro que isto não se daria no vazio, pois cada educador, independentemente de sua área específica de conhecimento e atuação, deveria se apropriar de certas concepções filosóficas que orientem a sua prática, devendo aprofundar seus conhecimentos sobre as concepções pedagógicas.

Diante dessa compreensão, é importante ressaltar que, quanto mais alinhadas estiverem a família e a escola, mais integrado e congruente será o processo educacional para todos os atores envolvidos, principalmente para os estudantes (Pushor, 2010). Essa ideia considera diferentes fatores agregados ao processo formativo, os quais são importantes para formar, plena e integralmente, a criança como sujeito em construção, social e culturalmente.

Implementando uma cultura de boas relações diárias

Sobre a temática, é preciso trazer ao discurso algumas análises crítico-reflexivas sobre a qualidade das relações estabelecidas entre família e escola, na perspectiva de uma cultura de confiança, parceria, compartilhamento e valorização dos saberes da criança, como indivíduo que se insere no cerne desse propósito e que precisa de orientação para desenvolver suas potencialidades.

Assim, considerando que a família exerce um papel importante e representativo no processo de interação com o ambiente escolar, pois é quem acredita e insere a criança a partir do momento em que a legislação permite e, quando sente que a criança está apta para se relacionar nesse processo; é importante ressaltar que mesmo assim, muita coisa precisa ser repensada

para se promover um ensino de qualidade a partir de uma relação/interação qualificada e muito bem definida.

A parceria entre família e escola pode ser definida a partir das interações colaborativas que ocorrem direta ou indiretamente para promover o desenvolvimento social, emocional, físico e intelectual de crianças e jovens, envolvendo, para isso, toda a comunidade escolar - estudantes, famílias, e profissionais da educação (Epstein, 2009).

Depreende-se que, para que essa parceria ocorra, prioritariamente, a escola deve estar preparada para receber a família, como instituição parceira de todo um processo articulado de formação, a família deve ter plena consciência de que o seu papel é cuidar para inserir na sociedade e no mundo da educação, enquanto o papel da escola é educar para promover na criança as habilidades e competências que a BNCC preconiza, formando para a vida, instruindo para o discernimento nas relações e interações no meio social, além de sistematizar o saber para o mundo do trabalho, já na vida adulta.

Quanto a esse processo de relações multilaterais, trata-se de uma parceria que coloca os interesses do estudante como objetivo central, embora professores também relatem vantagens dessa prática em seu dia a dia profissional, percebendo maior valorização de seu trabalho, maior cumplicidade para com os pais e com a escola, além de melhorias no clima institucional (Deslandes, 2019).

A escola aparece como uma instituição que além de cuidar e ensinar sobre a cultura vigente da sociedade, proporcionou à criança a oportunidade de conviver meio a um ambiente de socialização, onde se aprende sobre a cultura mediante a interação com outras crianças (Paschoal; Machado, 2009).

Esses dois processos estão estritamente intercalados e interdependentes, na perspectiva de uma escola que inova na sua prática, repensar sua metodologia de ensino e valoriza o plano de ensino, com enfoque para as transformações tecnológicas, culturais e educacionais, as quais demandam do professor, novas habilidades e compromissos com a formação da criança.

No quesito responsabilidade compartilhada, Brito e Freitas (2012, p. 13), concluem que “o que se observa é a necessidade de caminharem juntas responsabilizando-se mutuamente pela formação dos alunos e, para isso, é necessário que se tenha clareza do que cabe a cada uma das instituições, e tal esclarecimento, só a escola poderá fazer”.

Vida familiar e vida escolar perpassam por caminhos concomitantes. É quase impossível separar aluno/filho, por isto, quanto maior o fortalecimento dessa relação família/escola, tanto melhor será o desempenho escolar desses filhos/alunos. Nesse sentido, é importante que família e escola saibam aproveitar os benefícios desse estreitamento de relações, pois isto irá resultar em princípios facilitadores da aprendizagem e formação social da criança (Souza, 2009, p. 18).

É importante que, no estabelecimento de condutas e práticas que visam a manutenção de relações amistosas, se faz necessário conceber novos olhares sobre as diferentes realidades vivenciadas pelas crianças, na perspectiva de se promover uma cultura de equidade. Nesse sentido, cabe às duas instituições proporcionarem um ambiente saudável e de boas relações que auxilie o indivíduo no seu pleno desenvolvimento, pois, como aponta Santos e Tonisso (2014), essa relação “[...] tende a fazer com que o aprendizado da criança seja positivo”.

Santos e Toniisso (2014, p. 133), esclarece ainda que:

[...] escola e família devem estabelecer relações de colaboração, em que a família possa agir como potencializadora do trabalho realizado pela escola, de forma a incentivar, acompanhar e auxiliar a criança em seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que a escola realize uma prática pedagógica que contribua na formação do ser crítico-reflexivo, e que valorize a participação ativa dos pais no processo educativo, contribuindo assim, para a construção de uma sociedade transformada.

Para isso, desde a elaboração do PPP e dos demais documentos norteadores da dinâmica institucional, a escola deve implementar e manter uma cultura de articulação e relações diretas com as famílias, não só para reclamar dos problemas das crianças/filhos, mas para ouvir e deliberar sobre contribuições

importantes a respeito do ambiente, do processo de ensino e das práticas adotadas, no contexto administrativo e pedagógico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos, é uma pesquisa bibliográfica, com seleção qualitativa de referenciais e autores, no intuito de se qualificar o debate em nível acadêmico-científico, a partir do embasamento adotado, possibilitando a revisão da literatura. Sobre esse tipo de abordagem, Fachin (2005, p. 15), compreende que o conhecimento científico se "caracteriza pela presença do acolhimento metódico e sistemático dos fatos da realidade sensível. Por meio da classificação, da comparação, da aplicação dos métodos, da análise e síntese [...]".

Para isso, ao refletir sobre o tema a importância da família na escola, é feita a seleção qualitativa dos trabalhos e/ou autores, necessários para se proceder a análise sistemática das ideias propostas por trabalhos já publicados e que abordam essa temática. Quanto a abordagem qualitativa, Guerra (2014, p. 11), enfatiza que está "objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda [...]".

Para Goldenberg (1997, p. 34), "[...] os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer

julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa”.

Para fundamentar o presente debate, utiliza-se concepções e pontos de vista de diferentes teóricos como Monteiro e Goulard (2023), Jungles (2022), Costa et al. (2019), Santos e Toniisso (2014), Barbosa (2009), além de referenciais como Brasil (2017) e outros, que contribuem para repensar essa proposta a partir da qual se pensa o ensino a partir das muitas contribuições que a família pode e deve conceber e executar, no dia a dia escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A relação família-escola está acima de todos os interesses particulares no contexto da histórica relação institucionais entre ambas. Por isso, ao discorrer sobre a importância da família nesse espaço social, se faz necessário pensar o quão relevante é promover uma cultura de relações efetivas, proativas e propositivas, do ponto de vista da formação integral da criança, desde os primeiros anos de vida escolar, pois os agentes adultos que se intercalam nesse relacionamento, devem ser/estar comprometidos e responsáveis por tão articulação.

Segundo Jungles (2022, p. 20):

Por muito tempo, acreditou-se que a presença física da família na escola era o grande sinalizador de uma efetiva colaboração, tendo em vista que o comparecimento em reuniões ou em atendimentos previamente agendados era o corolário de uma família implicada e participativa. Hoje em dia, no entanto, entende-se que o engajamento parental remete a diferentes ações - muitas delas não visíveis - conduzidas pelas famílias e que dão suporte ao processo educacional de crianças e jovens, criando ambientes favoráveis à aprendizagem.

Muitos movimentos foram idealizados a partir das ideias de que, a presença física no ambiente da escola, se revelaria como algo propositivo, o que, até hoje, ainda não se comprovou, eficaz. Diante dessa realidade, admite-se que a presença física não é suficiente para promover uma cultura de articulação na relação família-escola, mas o compromisso de ambas as instituições, na formação direta da criança. Para Jungles (2022, p. 20):

Tais ações compreendem o suporte emocional e instrumental dispensado pelos pais às crianças e aos adolescentes, bem como interações e comunicações saudáveis entre eles. Podemos dividir as formas de participação dos pais entre aquelas que podem ser exercidas em casa e aquelas que são predominantemente exercidas no espaço escolar.

Essas ideias vão de encontro com as transformações que acontecem no cenário educacional atual: escolas em que as

famílias não participam da elaboração dos documentos norteadores; se refletem em ambientes hostis e descompromissados com esse ideal. Do contrário, tais atitudes, embora não tão evidentes para os gestores e professores, reverberam positivamente na aprendizagem e têm impactos diretos nos resultados acadêmicos dos estudantes - mais efetivas, por vezes, do que as típicas situações de envolvimento presencial da família na escola (Pushor, 2010).

Considerando o propósito de ambas as instituições, Jungles (2022, p. 21), cita que:

Na escola, a participação dos pais contribui para que conheçam as melhores formas de auxiliar seus filhos nas atividades de aprendizagem, a partir do desenvolvimento de uma relação construtiva com os professores, que os oriente a dar conta de sua parte nessa tarefa. É nesse âmbito que a presença física no espaço escolar gera impactos positivos, pois permite uma aproximação face a face, o que colabora para a construção de vínculos entre pais, gestores, professores e funcionários, gerando impactos positivos e sentimentos de confiança e corresponsabilidade para com o desenvolvimento dos estudantes, da escola e da sua comunidade.

De fato, o objetivo fundamental da parceria família-escola é melhorar o desempenho e as conquistas acadêmicas e socioemocionais de crianças e jovens (Pushor, 2010). Para Jungles

(2022, p. 24), "quando os educadores e gestores trabalham em prol do engajamento, eles investem no benefício recíproco que isso traz, para família e escola e, sobretudo, para os alunos, considerando, futuramente, sua inserção na sociedade".

Essa articulação deve ser uma prioridade constante, pois somente acontece uma boa relação, somente se formaliza uma cultura de participação e responsabilidade de ambas, no processo formativo da criança, quando esse compromisso é selado com ações práticas, demonstrações efetivas e dinâmicas conscientes de que, sem a articulação de ambas, a formação da criança se torna falha. Segundo Bego (2016, p. 5):

A escola, na condição de instituição histórica e socialmente construída pela cultura humana consolidou-se na contemporaneidade como espaço autorizado para o ensino formal de um corpus de conhecimentos e elementos culturais socialmente legitimados ao longo do tempo.

É com esse cabedal de informações, dados e experiências práticas, que a escola vai moldando a formação da criança, na sua integralidade e na sua completude, ou seja, somente o espaço da escola é capaz de estimular as relações e/ou interações humanas, promovendo a verdadeira articulação entre vivências e saberes. De acordo os estudos de Souza (2009, p. 17):

[...] escola precisa ser pensada como um caminho entre a família e a sociedade, pois tanto a família quanto a sociedade voltam seus olhares exigentes sobre ela. A escola é para a sociedade uma extensão da família, porque é através dela que a sociedade consegue influência para desenvolver e formar cidadãos críticos e conscientes. As responsabilidades da escola hoje vão além de simples transmissora de conhecimento científico. Sua função é muito mais ampla e profunda. Tem como tarefa árdua, educar a criança para que ela tenha uma vida plena e realizada, além de formar o profissional, contribuindo assim para melhoria da sociedade em questão.

No que diz respeito à educação de crianças, é evidente que família e escola devem romper com a cultura de delegar a sua responsabilidade com o aluno uma para a outra, e começar a pensar uma relação dialógica entre essas duas instituições, a fim de que através da responsabilidade compartilhada a educação se torne área de todos (Brito; Freitas, 2012).

Com isso, estimular a articulação da família com a escola, instruir a família para o acompanhamento das interações da criança e proporcionar momentos vivenciais ludopedagógicos em que os pais possam participar de situações de aprendizagem da criança na escola, é fundamental para estruturar e executar uma cultura de vivências e experiências que tornam a criança um ser aprendente em constante reformulação, das ideias e dos saberes que essa articulação possibilita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, compreender a criança na sua formação plena implica pensar o papel da família como base social, cultural e educacional, capaz de moldar o saber e potencializar o desenvolvimento integral, pois é no espaço social da escola que muitas transformações acontecem no cotidiano.

Com isso, é importante pensar a relação família-escola, na perspectiva de se condicionar uma prática pedagógica embasada em pensadores que apresentam ideias inovadoras, tendo em vista os diferentes arranjos familiares que existem no contexto atual, assim como, as mudanças ocorridas na formação das propostas escolares a partir da BNCC.

Nesse sentido, estabelecido as bases conceituais e procedimentais que se revelam na articulação da família com a escola; refletir sobre a importância da família na escola, demonstra uma preocupação com a qualidade da educação, das relações interpessoais e, acima de tudo, quanto ao nível da ação de cuidar e de educar na perspectiva das relações estabelecidas entre escola, família e professor, no sentido da promoção do desenvolvimento integral da criança.

Como recurso científico, a produção dessa produção acadêmica contribui para o aperfeiçoamento das descrições e reflexões desta autora sobre a temática, servindo ainda de aporte para que novos estudos possam prioritariamente, rever os

conceitos e os prismas ora trabalhados, para revisar as ideias e apresentar novas contribuições.

Tal debate contribui ainda para a escola, enquanto espaço de formação continuada, no sentido de possibilitar o encontro de saberes científicos que devem ser criticizados, em todos os sentidos e significados, no ambiente da escola e quando da elaboração e/ou revisão dos seus documentos norteadores, na perspectiva de uma nova prática administrativa que reflitam numa formação mais contextualizada e integrada aos saberes e práticas modernas.

Por fim, demonstra-se o quanto é importante os diferentes papéis nesse processo de articulação, visando uma formação plena e integral da criança, mas, acima de tudo, promovendo um ensino de qualidade e tornando a escola uma referência pedagógica na transformação das bases da educação contemporânea.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Práticas cotidianas na educação infantil - bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Ministério da Educação. Brasília, 2009.

BEGO, A. Políticas públicas e formação de professores sob a perspectiva da racionalidade comunicativa: da ingerência tecnocrata à construção da autonomia profissional. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 3-24, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **A educação infantil nos países do MERCOSUL: análise comparativa da legislação**. Brasília: MEC/SEB, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília, 1988.

BRITO, K. L. S; FREITAS, V. O. Escola e Família: responsabilidade compartilhada. *In: VI Colóquio Internacional Educação e contemporaneidade*. 20 a 22 de setembro de 2012.

COSTA, Laís Renó Stábile. *Et al.* O papel do professor na aprendizagem da criança: uma discussão a partir das compreensões de Vygotsky e Piaget. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 01, Vol. 07, pp. 18-26 Janeiro de 2019.

DESLANDES, Rollande. A framework for school-family collaboration integrating some relevant factors and processes. *Aula Abierta, Oviedo*, v. 48, n. 1, p. 11-18, jan./mar. 2019.

EPSTEIN, Joyce. L. **School, Family and Community Partnerships: your handbook for action**. California: Corwin Press, 2009.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de pesquisa qualitativa**. Anima Educação, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2014.

JUNGLES, Lisiane Alvim Saraiva. **Parceria família-escola: benefícios desafios e proposta de ação**. Brasília: 2022.

MONTEIRO, José Walber Ferreira; GOULARD, Débora Cristina. **Educação emancipadora e a luta contra a barbárie** (a formação no altar de sacrifícios). São Paulo: UNIFESP, 2023.

ORELL, Miina; PIHLAJA, Päivi. Cooperation between Home and School in the Finnish Core Curriculum 2014. **Nordic Studies in Education**, v. 40, n. 2, p. 107– 128, 2020.

PASCHOAL, J. D. MACHADO, M. C. G. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, p.78-95, mar.2009.

PUSHOR, Debbie. Are Schools Doing Enough to Learn About Families? *In*: MARSH, Monica M.; TURNER-VORBECK, Tammy. **(Mis)Understanding Families**. New York: Teachers College Press, 2010.

RESENDE, Tânia de F.; SILVA, Gisele, F. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, p. 30-58, jan./mar. 2016.

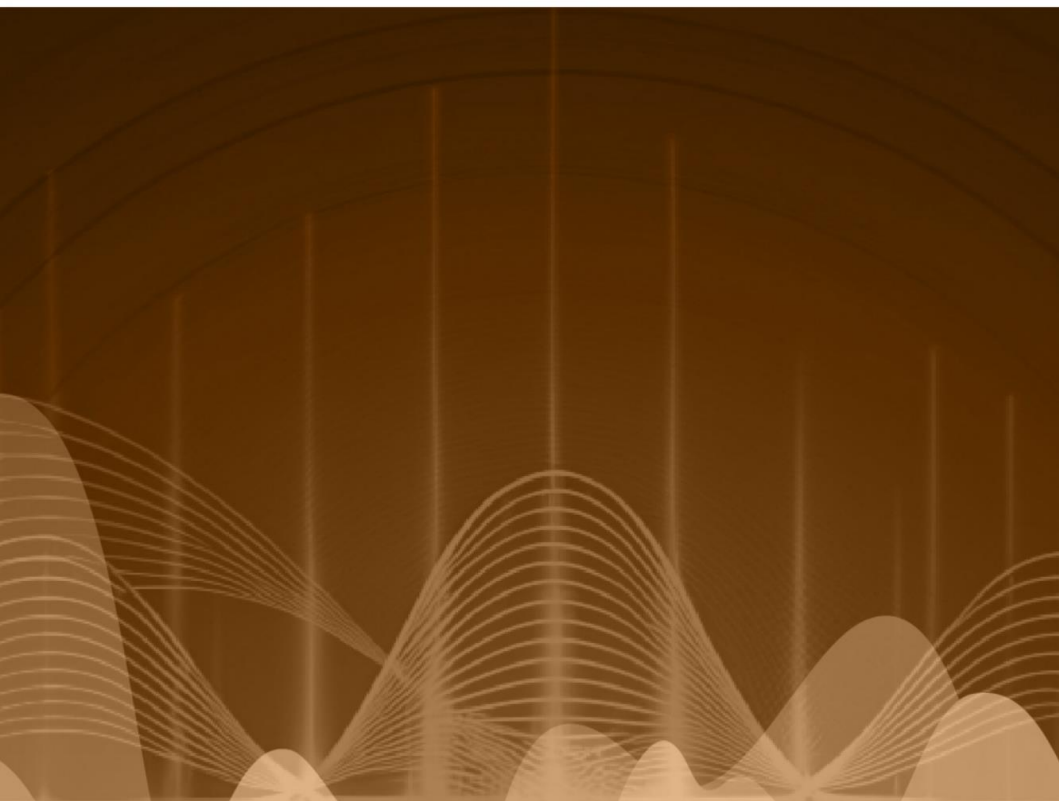
SANTOS, L. R. S; TONISSO, J. P. A importância da relação família-escola. **Cadernos de Educação: ensino e sociedade**, Bebedouro-SP, 2014.

SOUZA, Maria Ester do Prado. **Família/Escola: a importância** dessa relação no desempenho escolar. Santo Antônio da Platina, 2009.

CAPÍTULO 5

FAMÍLIA E ESCOLA: DIVIDINDO A RESPONSABILIDADE E UNINDO FORÇAS NA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI

**Jamila Fernanda de Souza Silva
Esaú Patrício Fernandes Pereira**



FAMÍLIA E ESCOLA: DIVIDINDO A RESPONSABILIDADE E UNINDO FORÇAS NA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI

Jamila Fernanda de Souza Silva⁹ / Esaú Patrício Fernandes

Pereira¹⁰

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda questões pertinentes a relação entre escola e família em pleno século XXI, têm por objetivo analisar o papel da família na educação dos filhos e os aspectos que impactam a construção dos valores para o desenvolvimento do educando, visando a construção da relação entre escola e família. A relevância desse tema se dá conforme a crescente fragilização dos laços conjugais e os novos modelos de família, tudo isso entrelaçado a todos os problemas de viver em meio a globalização.

O cenário atual evidencia uma estrutura familiar que está cada vez mais complexa, decorrentes das transformações que ocorreram ao longo da história. Estas mudanças interferem

⁹ Graduada em Pedagogia. jamilafernanda2001@gmail.com

¹⁰ Professor Orientador, Especialista em Docência do Ensino Superior, Esp. em Educação Especial e Inclusiva e Esp. em Psicopedagogia. E-mail: esaupereira734@educar.rn.gov.br.

diretamente no cotidiano familiar e na dinâmica escolar, de forma que a família tem transferido para a escola algumas tarefas educativas que deveriam ser de suas competências.

A elaboração desse artigo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica com base em leituras de material já publicado, como livros, revistas, artigos científicos, legislações e documentos de autores que abordam o tema, tais como: Libânio (2000), Minayo (2014), Parolin (2007), Tiba (2002) e entre outros.

Neste sentido, o presente trabalho visa compreender os fatores que levam a ausência da família no ambiente escolar e com isso, tecer reflexões acerca da necessidade que a escola tem de buscar a relação família e escola.

Ademais, destacando e confrontando opiniões de autores a fim de proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e contribuindo para a construção de hipóteses. Com isso a estrutura apresentada por este projeto foi a seguinte: Introdução, revisão de literatura com embasamentos nas teorias fixados por teóricos renomados, seguindo com a metodologia que teve como embasamento uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, os resultados e discussão abordamos que a família é de fundamental importância no convívio da escola, nas considerações finais abordei a importância desse tema, tão relevante para ser discutido em instituições escolares, finalizando com as referências bibliográficas utilizadas em nossa pesquisa.

REVISÃO DE LITERATURA

A família é uma instituição que contribui efetivamente com a educação e com o desenvolvimento de qualquer indivíduo, sendo naturalmente evidenciada como parte fundamental/essencial do sucesso ou fracasso escolar. Com isso, os membros e integrantes da família, como os pais e responsáveis, devem construir uma parceria com a escola e devem fazer parte de qualquer trabalho educativo visando a colaboração entre instituição e indivíduo, tendo como foco a formação de um cidadão crítico, pensante, cultural e social.

A família, em meio a suas prioridades, deve ser a maior responsável pela educação de seus membros e gerações, devido estar sempre em contato com a criança em casa/lar durante toda a fase de formação e desenvolvimento da personalidade, além de constituir membro integrante e essencial da história da criança, fazendo parte da mesma até a vida adulta do indivíduo, em outras palavras, escolas e professores podem mudar, mas a família naturalmente tende a permanecer a mesma, assim é necessário compreender as ações e relações entre a família e a escola.

A relação entre família e escola

Há muitos anos e em diversos trabalhos, se questiona sobre o descuido no que diz respeito ao envolvimento da família

no meio educacional e sua influência ou impacto. Sem dúvida, a iniciativa de tal envolvimento torna-se uma tarefa árdua, devido às inseguranças e incertezas, além da ausência de esclarecimentos sobre o processo educacional do qual a criança está envolvida.

Não dizemos mais que a escola é a mola das transformações sociais. Não é sozinha. As tarefas de construção de uma democracia econômica e política pertencem a várias esferas de atuação da sociedade, e a escola é apenas uma delas. Mas a escola tem um papel insubstituível quando se trata de preparação das novas gerações para enfrentamento das exigências postas pela sociedade moderna ou pós-industrial, como dizem outros. Por sua vez, o fortalecimento das lutas sociais, a conquista da cidadania, depende de ampliar, cada vez mais, o número de pessoas que possam participar das decisões primordiais que dizem respeito aos seus interesses (Libaneo, 2000, p. 9).

De acordo com Parolin (2007, p. 14), a família está precisando da parceria da escola, sozinha não dará conta da educação e socialização dos filhos. Para Chalita (2001, p. 120), a responsabilidade de educar, começa pela família com a participação da escola e de toda a sociedade, é da família a contribuição na formação do caráter e a perpetuação dos valores éticos e morais.

Segundo o pensador do assunto, Tiba (2002) a junção entre a família e a escola é de grande valia para um excelente resultado no desenvolvimento “moral, intelectual e na formação do indivíduo”. Ele continua dizendo que estas “instituições, assim como toda instituição, têm passado por profundas transformações ao longo da história”.

Mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas ocorridas em função da globalização acabam por interferir na estrutura e na dinâmica escolar, de forma que a família, em devidas circunstâncias, vem transferindo para a escola a tarefa de educar que deveria ser sua prioridade, por vezes cobrando da escola e dos professores um posicionamento que deveria ser da família.

Conhecer os processos que permeiam os dois contextos e suas inter-relações possibilitaria uma visão mais dinâmica do processo educacional e, certamente, intervenções mais precisas e efetivas, e uma ampla discussão de modelos de articulação entre esses dois agentes educacionais, considerando as condições brasileiras (Polonia; Dessen, 2005, p. 310).

Tiba (2002, p. 183) destaca ainda “que se a parceria entre família e escola for formada desde os primeiros passos da criança, todos terão muito a lucrar”. É possível compreendemos com essas palavras que a relação entre família e escola deve gerar mais lucros do que perdas, porém é evidente que não são poucas

as dúvidas que permeiam essa relação, Família e Escola, porque as famílias, a comunidade de modo geral, imaginam que só se aprende na escola, pensamento este, bastante errôneo, pois tanto a escola quanto a família são ambientes de aprendizagem e lugares de constituição do sujeito, à forma de entender e ler o mundo.

Zagury (2008, p. 213) afirma ainda que a escola e a família são os responsáveis por transformar nossos filhos em homens de bem, em cidadãos, pessoas maravilhosas, honestas, íntegras, saudáveis física, intelectual e psiquicamente, de quem todos nós “orgulharemos no futuro”. Com base nisso temos que a escola e a família possuem uma estrutura intrínseca e devem ter uma relação única de colaboração.

Torna-se evidente que a instituição escolar não pode viver sem a familiar e vice-versa, porque uma depende da outra para atingir seu maior objetivo. Tal objetivo compreende em tornar o educando/filho em um aprendiz reflexivo para ter um futuro mais digno e assim formar uma sociedade mais justa para se viver. Pensando nessa relação da família com a escola é que buscamos nessa pesquisa levantar um estudo acerca com base em vários teóricos tais como: Zagury (2008), Tiba (2002) e outros, que tratam da parceria entre família e escola, esclarecendo a diferença de papéis dessas duas instituições e as consequências dessa relação no processo ensino e aprendizagem.

A família e o desempenho escolar

O ambiente familiar, bem como suas relações com o aprendizado escolar, este por sua vez revela-se um campo pouco explorado, porém muito importante para a instrução e aprendizagem das crianças. Como vimos, a legislação estabelece que a família deva desempenhar papel educacional e não incumbir apenas à escola a função de educar, art. 227 – Constituição Federal.

Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, p.02)

Nesse sentido, podemos afirmar que a família é de suma importância na formação de qualquer indivíduo, culturalmente, socialmente, como cidadão e como ser humano, visto que, todo mundo faz parte da mais velha das instituições que é a família. Porém, ao tratarmos da família relacionando-a com a escola, faz-se necessário um estudo sobre o panorama familiar atual, não esquecendo que a família através dos tempos vem passando por um profundo processo de transformação.

É evidente que a família, enquanto instituição, exerce grande influência sobre seus membros em todos os setores de suas vidas, inclusive no ensino. E as crianças levarão para a escola exatamente essas experiências vivenciadas em seu contexto familiar. A família é o primeiro e principal contexto de socialização dos seres humanos, é um entorno constante na vida das pessoas; mesmo que ao longo do ciclo vital se cruze com outros contextos como a escola e o trabalho.

A integração do ambiente escolar e familiar não é uma tarefa fácil e não deve ser encarada de forma amadora ou ‘idealística’. Urge que dados empíricos sejam gerados, permitindo a identificação de fatores que facilitam ou dificultam esta interação (Polonia; Dessen, 2005, p. 310).

É possível compreender que a família não é um simples “fenômeno natural”, mas pelo contrário, é uma instituição social que varia no tempo e apresenta formas e finalidades diferentes dependendo do grupo social em que esteja, podemos ainda conotar que a instituição família é uma relação única e que acontece de forma natural.

As mudanças pelas quais a sociedade tem passado atualmente em decorrência de aceleradas informações, os grandes avanços tecnológicos e tantos outros fatores já mencionados no decorrer deste estudo, tem repercutido na estrutura da família e conseqüentemente da escola.

Portanto, faz-se necessário também voltar nossa atenção para a escola que, apesar das mudanças, continua exercendo a função de transmitir conhecimentos científicos. Vida familiar e vida escolar perpassam por caminhos concomitantes. É quase impossível separar a ideia de aluno/filho, por isto, quanto maior o fortalecimento dessa relação família e escola, tanto melhor será o desempenho escolar desses filhos/alunos. Nesse sentido, é importante que família e escola saibam aproveitar os benefícios desse estreitamento de relações, pois isto irá resultar em princípios facilitadores da aprendizagem e formação social da criança.

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo (Parolin, 2003, p. 99).

Em vista disso, podemos destacar a necessidade da união entre Família e Escola, visto que, apesar de cada uma apresentar valores e objetivos próprios no que se refere à educação de uma criança, necessita uma da outra e, quanto maior for a diferença, maior será a necessidade de relacionar-se. Vale ressaltar que a família pode apresentar-se como um ambiente de afetividade e

de segurança, mas também de medos, ambivalência, rejeições, preconceitos e de até violência.

Diretamente ligada a emoção, a afetividade consegue determinar o modo com que as pessoas visualizam o mundo e também a forma com que se manifestam dentro dele. Todos os fatos e acontecimentos que houve na vida de uma pessoa traz recordações e experiências por toda sua história, dessa forma, a presença de afeto determina a forma com que o indivíduo se desenvolverá. Determinando, assim também a autoestima das pessoas a partir da infância, pois quando uma criança recebe afeto dos outros consegue crescer e desenvolver-se com segurança e determinação (Sarnoski, 2014, p. 20).

Sendo assim, se faz necessário que a escola e professores conheçam os alunos e as famílias com as quais lidam, pois as características e particularidades refletem o cenário em que cada família e, conseqüentemente, do educando estão inseridos. Essas diferenças e necessidades ficaram evidentes durante as entrevistas e reuniões. É válido ressaltar que tanto a família quanto a escola precisam estar abertas a mudanças e troca de aprendizagens e experiências, pois essas duas não funcionam de forma isolada e necessitam de uma ação coletiva e efetiva para a aprendizagem seja efetivada.

As contribuições da família, da escola e do relacionamento familiar no processo de aprendizagem dos alunos na contemporaneidade

Pensar e compreender a relação escola e família e suas influências atualmente requerem que as escolas e seus membros, como os professores e gestores, se empenhem em suas funções e atividades democráticas, que assegure a todas as condições de plena integração à sociedade.

A família possui um papel essencial dentro do desenvolvimento de todos os indivíduos que fazem parte da mesma, onde essa primeira deve ser a maior responsável pela educação desses membros, devido estar sempre em contato com tais indivíduos no lar durante todas as fases iniciais e progressivas de formação e desenvolvimento da personalidade. Com isso, é necessário que esta instituição seja consciente que não deve transmitir as responsabilidades para outra instituição.

Essa erosão do apoio familiar não se expressa só na falta de tempo para ajudar as crianças nos trabalhos escolares ou para acompanhar sua trajetória escolar. Num sentido mais geral e mais profundo, produziu-se uma nova dissolução entre família, pela qual as crianças chegam à escola com um núcleo básico de desenvolvimento da personalidade caracterizado seja pela debilidade dos quadros de referência, seja por quadros de referência

que diferem dos que a escola supõe e para os quais se preparou (Tedesco, 2002, p. 36).

A família que toma consciência de que não deve se ausentar da formação de seus membros, acaba por contribuir e se tornar o principal agente neste sentido, onde a incorporação de valores, cultura e diretrizes se dá a partir da formação familiar, que pode influenciar em diversas áreas que o indivíduo venha a participar, em concordância com Prado (1981), a família como principal instituição formadora social, mesmo possuindo diversos conflitos, é a única que presencia o indivíduo em toda a sua história de vida pessoal.

Quando a família não desempenha o seu papel, ou passa a ser omissa, na maioria das vezes provoca insegurança e baixa autoestima na criança, que poderá futuramente influenciar na carreira acadêmica e profissional do indivíduo, podendo criar uma nova família com as mesmas dificuldades da anterior.

A família influencia positivamente quando transmite afetividade, apoio e solidariedade e negativamente quando impõe normas através de leis, dos usos e dos costumes. É no seio familiar, que a criança aprende a socializar, dividir, compartilhar e conviver em grupo (Prado, 1981, p. 13).

Como confirma o próprio PRADO (1981, p. 15) a família não “é um simples fenômeno natural, mas pelo contrário, é uma instituição social que varia no tempo” e “apresenta formas e

finalidades diferentes dependendo do grupo social em que esteja.”

É durante o contexto familiar que a criança adquire e absorve suas primeiras experiências educativas, aprendendo a se harmonizar nos mais diferentes ambientes e contextos, independente das normas e leis que lhe são impostas, através da família, da escola ou quaisquer que possa ser a realidade vivenciada na sociedade. Para o pesquisador Rego (1996, p. 86):

A vida em sociedade pressupõe a criação e o cumprimento de regras e preceitos capazes de nortear as relações, possibilitar o diálogo, a cooperação e a troca entre membros deste grupo social. A escola, por sua vez, também precisa de regras e normas orientadoras do seu funcionamento e da convivência entre os diferentes elementos que nela atuam. Nesse sentido, as normas deixam de assumir a característica de instrumentos de castração e, passam a ser compreendidas como condição necessária ao convívio social. Neste modelo, o disciplinador é aquele que educa, oferece parâmetros e estabelece limites.

Nesse sentido, é possível afirmar que a família é uma instituição fundamental na formação de qualquer indivíduo, seja: culturalmente, socialmente, como cidadão e como ser humano, pois, qualquer elo por mais insignificante que seja, desenvolve um laço, ocasionado que um indivíduo participe de uma das mais velhas instituições que é a família, do qual se

relacionado com a instituição escolar que complementa a formação do indivíduo.

O papel da escola também é importante no desenvolvimento do indivíduo, pois ela irá se encarregar dos diversos processos e mecanismos educativos relacionados a transmissão de conhecimentos e na preparação do educando para sua inserção na sociedade e no período do qual vive. Entretanto, a escola ainda tem encontrado dificuldades em assimilar e se adequar as mudanças sociais e familiares e com isso, conseguir incorporar as novas demandas que a ela têm sido delegadas, embora isso não seja um processo recente. Neste sentido Aranha (1996, p. 52) afirma que:

A educação deve instrumentalizar o homem como um ser capaz de agir sobre o mundo e, ao mesmo tempo, compreender a ação exercida. A escola não é a transmissora de um saber acabado e definitivo, não devendo separar teoria e prática, educação e vida.

Como parte da responsabilidade da família e das instituições de ensino é necessário que as mesmas assumam e desempenhem a sua função educacional, sempre uma completando a outra, em forma de colaboração, não permitindo lacunas ou que uma venha a se contradizer a outras, assim teremos uma educação de qualidade, lembrando que a criança é

um ser ativo/crítico, que depende dessa integração para seu desenvolvimento.

Os meios de vida, de estudos, por onde circulam os aprendizes são tão importantes quanto às atividades educacionais que abrigam. Sua influência deve-se ao fato de que eles são desigualmente motivadores, diferentemente estimulantes e mais ou menos propícios a aprendizagens significativas. A cultura da instituição, da família e da sociedade é igualmente um fator de ensino (Delors, 2005, p. 196).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), capítulo IV do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer afirma em seu Art.53. Que a criança e/ou adolescente possui total direito e acesso à educação, visando o “pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (Rego, 1996, p. 86), sendo assegurando-lhes conforme evidenciado abaixo:

- I Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II Direito de ser respeitado pelos seus educadores;
- III Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias superiores;
- IV Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V Acesso à escola pública e gratuito próximo de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (ECA, 8.069, 1990).

Com isso é importante que a escola valorize e utilize os conhecimentos prévios do aluno e que a família mostre interesse no desenvolvimento dos filhos, acompanhando as tarefas e atividades propostas, os tipos de relações interpessoais e afetivas que estão sendo criadas e principalmente no desenvolvimento acadêmico no ambiente escolar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho possui como método de pesquisa para sua elaboração e cumprimento dos objetivos, o uso basicamente de três etapas que contemplam toda sua pesquisa e desenvolvimento, conforme será citado abaixo:

Iniciamos realizado uma revisão da literatura acerca da relação entre a família e escola em pleno século XXI. A pesquisa de cunho exploratório na internet, de forma a possuir um caráter qualitativo, por meio de ferramentas de busca, a fim de encontrar artigos, resumos científicos, sites, jornais, revistas eletrônicas, blogs, redes sociais, entre outros, que evidenciem a presença de trabalhos que tratem sobre a relação entre família e escola pelo Brasil.

A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2014, p. 408).

Finalizamos com uma análise do conteúdo conforme o objetivo deste projeto e validação da escrita conforme a finalidade do trabalho. Podemos dizer que seguir essas etapas foram essenciais para o cumprimento dos objetivos elencados neste trabalho, de forma que é a partir desse método de pesquisa que se pode obter resultados satisfatórios na elaboração deste e por que não da futura elaboração do artigo científico.

Por fim, o caminho escolhido para o desenvolvimento desse projeto foi o método de pesquisa exploratória que, segundo Gil (2008), tem caráter qualitativo, bibliográfico e documental, em que o objetivo é o de criar proximidade e uma visão geral a respeito do assunto em discussão.

Proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso (Gil, 2008, p.23).

Ainda conforme o autor, essa técnica é utilizada muito frequentemente quando o conteúdo em questão ainda não foi muito discutido no campo científico e torna-se difícil uma

análise e um baseamento concreto a respeito da temática (Gil, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho tem como premissa retratar a importância do relacionamento entre a família e escola e quais benefícios esta relação pode desenvolver no que diz respeito ao ensino e aprendizagem, onde docentes e estudiosos da área podem se utilizar deste trabalho para futuros estudos e desenvolvimento de debates. Escola e família são instituições distintas, porém com funções complementares no processo de ensino-aprendizagem do aluno, uma funciona com o auxílio da outra, onde neste trabalho vamos explorar este fundamento.

Não é difícil de observar que a família tem se afastado cada vez mais da escola, e esta última tem-se mantido afastada sem buscar uma interação e aproximação da relação. A partir de nossas observações e experiências no cotidiano de sala de aula durante o período de estágio, vimos que a maioria dos pais não têm vindo buscar o conhecimento do rendimento de seus filhos na escola, tão pouco participam de reuniões pedagógicas, projetos escolares, atividades práticas apresentadas pelos alunos e nos eventos da escola como: festas juninas, datas comemorativas, além de muitas dessas famílias não conhecem o professor de seus filhos a não ser pelo nome.

Percebendo a necessidade de se estudar a relação apresentada entre família e escola, optamos por investigar esta problemática que tanto vêm se discutindo no âmbito escolar, ou seja, levantar um estudo acerca dos aspectos teóricos da parceria entre família e escola.

A diferenciação da função dessas duas instituições, as consequências dessa relação no processo de ensino e aprendizagem e as possibilidades de praticar estratégias que possibilitem à família participar efetivamente da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se após a contextualização e produção deste artigo como e quanto é importante estabelecer a relação entre Família e Escola no processo educativo da criança. Tanto a família quanto a escola são referenciais que embasam o bom desempenho no âmbito escolar, portanto, quanto melhor for o relacionamento entre estas duas instituições mais positivo será esse desempenho do aluno e seu desenvolvimento.

Tornou-se nítido também que a participação da família na educação formal dos filhos precisa ser uma constante, pois devemos considerar que a vida familiar e vida escolar se complementam. Vale destacar que o desempenho escolar dos educandos será mais significativo, e eficaz a partir do bom relacionamento entre família e escola.

É evidente que se houver um trabalho conjunto entre escola e família, sendo papel de ambos encontrar os métodos mais adequados para ocorrer essa aproximação, haverá uma maior conscientização por parte das famílias, que por sua vez irão se conscientizar da relevância da sua participação na vida escolar dos filhos. Pois, quanto maior a abertura para que a família conheça o trabalho desenvolvido pela escola, maior o interesse e a participação por parte dos pais em participar da vida escolar dos filhos.

Por fim, é apenas por meio do trabalho escolar comprometido com a realidade dos alunos e da conscientização dos pais de sua importância para a educação escolar dos filhos, pode-se desenvolver uma proposta de trabalho conjunto entre escola e família, visando a beneficiar a qualidade de ensino, tanto na escola, quanto na família, assim todas as duas instituições saem ganhando e o mundo se torna um lugar com cidadãos melhores.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 de Nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília, 1997.

CHALITA, Gabriel. **Educação: A solução está no afeto.** São Paulo: Gente, 2001

DELORS, J. (org.) **Educação para o século XXI.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente.** São Paulo: Cortez, 2000.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408 p.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares.** Fortaleza, 2003

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Pais e Educadores: quem tem tempo de educar?** Porto Alegre: Mediação, 2007.

PRADO, Danda. **O que é família?** 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. **Psicologia escolar e Educação**, 2005, vol.9, n.2, p. 303-312, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>. Acesso em: 29 de Nov. 2023.

REGO, Teresa C. R. A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygotkiana. In.: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Indisciplina na escola: Alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

SARNOSKI, Eliamara Aparecida. Afetividade no processo ensino-aprendizagem. **Revista REI**. Vol. 9 – Nº 20 - Julho - Dezembro 2014. Disponível em:
https://www.caxias.ideal.com.br/wpcontent/files_mf/0591228939ab3bddbe3d293fc78a6251223_1.pdf. Acesso em 22/11/2023.

TEDESCO, J.C. **O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna**. São Paulo: Ática, 2002.

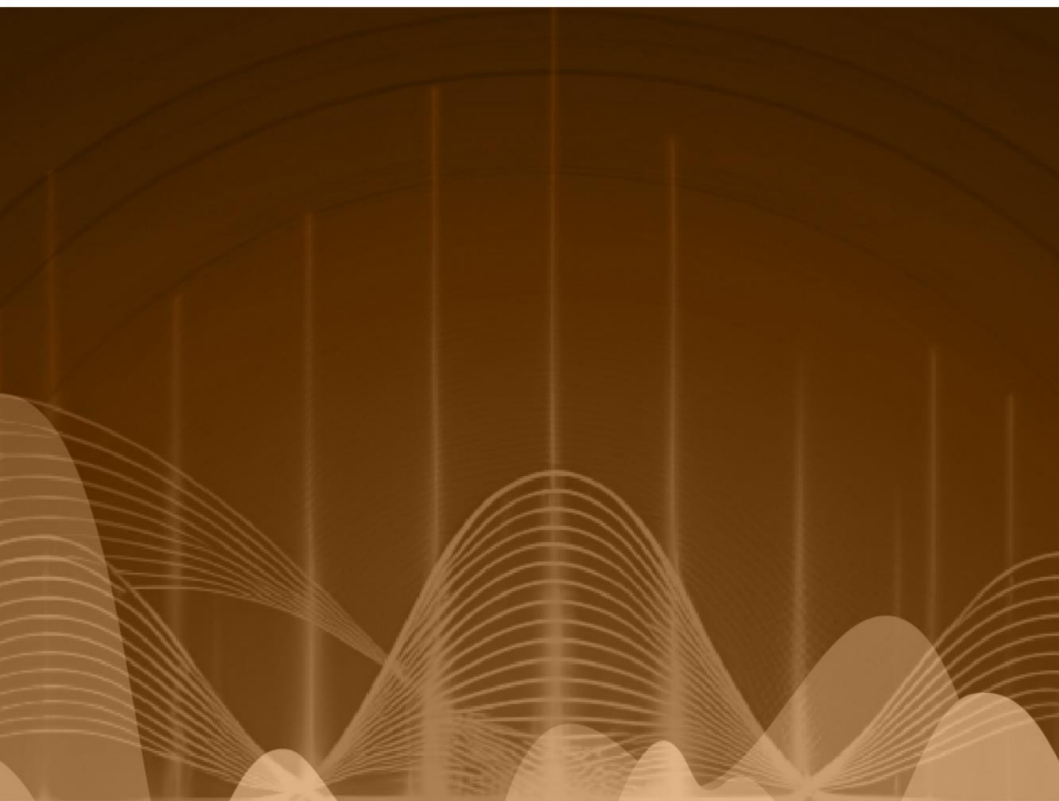
TIBA, Içami. **Quem ama educa**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

ZAGURY, Tânia. **Escola sem conflitos: parceria com os pais**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CAPÍTULO 6

A AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A RELEVÂNCIA DO AFETO NA PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**Jesiane Pereira dos Santos
Esaú Patrício Fernandes Pereira**



A AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A RELEVÂNCIA DO AFETO NA PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Jesiane Pereira dos Santos¹¹ / Esaú Patrício Fernandes Pereira¹²

INTRODUÇÃO

Ao pesquisar sobre o que concerne à educação podemos nos direcionar a vários contextos e áreas de estudo, atualmente se faz grande importância analisar sobre a área que engloba as emoções e sentimentos na área de educação e como essa afeta no ensino e na aprendizagem. A afetividade quando inserida no ambiente escolar se torna fundamental na relação professor e alunos, de forma que possibilite uma melhor adaptação a este novo meio a qual a criança é inserida, para que ela desenvolva uma aprendizagem senciante e possa se desenvolver em seu meio social de forma positiva e continuada.

Quando a afetividade se faz presente em sala de aula, a criança enxerga no professor alguém de confiança que possa lhe proteger, ajudar, e ser alguma pessoa que a ajudara no

¹¹ Graduanda em Pedagogia. jesianesant@gmail.com

¹² Professor Orientador, Especialista em Docência do Ensino Superior, Esp. em Educação Especial e Inclusiva e Esp. em Psicopedagogia. E-mail: esaupereira734@educar.rn.gov.br.

desenvolvimento e assimilação de inúmeras coisas, de forma que muitas vezes, o professor se torna alguém que será referência em toda a vida daquele aluno. É evidente que quando o docente tem em sua prática pedagógica, desenvolvida a partir da empatia, acolhimento, sensibilidade e outros sentimentos afetivos que podem garantir a confiança da criança e a vontade de estar inserida no ambiente escolar, proporcionará a ela um suporte para que diversas áreas do conhecimento sejam desenvolvidas de forma sadia.

O principal objetivo neste artigo é investigar o uso e as contribuições da afetividade na relação entre o professor e o aluno, além de sua importância para o processo de aprendizagem das crianças dentro da educação infantil. Com isso a proposta no desenvolvimento deste artigo é fazer com que haja um maior entendimento sobre o que se trata a afetividade e qual sua importância na Educação Infantil, além das possibilidades que surgem com seu uso na construção do conhecimento para a vida em sociedade, com isso pretende-se entender a influência que o professor traz consigo em relação ao aluno através de tudo o que lhe é transmitido em sala de aula com respaldo na afetividade.

Desta forma, o presente artigo científico visa relatar e apresentar um estudo sobre a Importância da Afetividade na Educação Infantil e sua aplicação no dia a dia em sala de aula, auxiliando e contribuindo para os professores e futuros professores em sua prática pedagógica no ambiente escolar.

REVISÃO DE LITERATURA

A relação entre professor e aluno

É de grande importância refletirmos no contexto da educação, onde a presença de dois seres que se desenvolvem mutualmente, e que se relacionam de forma conjunta dentro de um processo, sendo os mesmos: o que auxilia na construção da educação e o que recebe, contribui e assimila as informações educacionais. Ambos os seres estão submetidos às interações psicológicas, humorísticas e sentimentais de forma recíproca, onde muitas vezes estes seres podem sofrer modificações considerando os inúmeros fatores sociais, biológicos e culturais que estão inseridos.

Atualmente, a educação acredita que é providencial, consideramos que o educador se centre na aprendizagem da criança e em suas necessidades educativas, pensando nos contextos que envolvem o mesmo, ou seja, esteja preparado para acolhê-la, recebê-la e a respeite em sua individualidade e características únicas.

É evidente que o primeiro contato entre um professor e uma determinada criança influencia no desenvolver e em todo o efeito desta relação, tanto no que ela é para a criança, quanto no que possa vir a ser, assim definirá os caminhos que a relação terá,

não só falando em assimilação do ensino, mas também no que diz respeito a influência em sua vida em termos sociais e psíquicos.

De acordo com Saltini (2008) afirma que dentro da educação e no processo educativo o aspecto afetivo tem uma profunda influência sobre o desenvolvimento cognitivo e motor da criança, onde este fator pode acelerar ou diminuir o ritmo de desenvolvimento dos indivíduos.

Ao falarmos da inteligência e da aprendizagem precisamos nos referir também, e sempre à emoção, às ligações e inter-relações afetivas. Seria impossível entender o desenvolvimento da inteligência sem um desenvolvimento integrado e convergente cada vez maior de nossos interesses e amores por aquilo que olhamos, tocamos e que nos alimenta a curiosidade (Saltini, 2008, p. 50).

Desde o primeiro dia é possível perceber que algumas crianças não ficam confortáveis em serem deixadas na escola nos primeiros dias de aula. Alguns perdem com esse comportamento por semanas ou meses. É possível observar que no decorrer dos outros dias, algumas crianças vão se acostumando com a ideia de terem que se distanciar dos pais por algumas horas, isto inclui se afastarem do conforto de suas casas, de seus brinquedos por algum tempo, com isso eles passam a participar de uma nova realidade dentro da sala de aula.

De acordo com Piaget (1964),

O principal objetivo da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, e não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram, homens que sejam criativos, inovadores e descobridores. O segundo objetivo da educação é formar mentes que possam ser críticas, possam verificar e não aceitar tudo que lhes é oferecido (Piaget, 1964, p. 5).

É importante perceber que é necessário termos professores sensíveis e que desenvolvam uma percepção aguçada no que diz respeito às crianças, torna-se algo de grande relevância para o processo de ensino e aprendizagem. Permitir que as crianças cresçam e se desenvolvam sem a clareza de sua importância para a sociedade, ou quão são amadas e de como suas opiniões e ideias são respeitadas, pode fazer com o que estes alunos tenham seus sentimentos reprimidos, assim é importante que professor contribua para que a criança se sinta confortável, De acordo com Saltini (2008, p. 69):

O educador não pode ser aquele que fala horas a fio a seus alunos, mas aquele que estabelece uma relação e um diálogo íntimo com ele, bem como uma afetividade que busca mobilizar sua energia interna. É aquele que acredita que o aluno tem essa capacidade de gerar ideias e colocá-las ao serviço de sua própria vida.

Segundo o estudioso Saltini, (2008, p. 15): “O nascimento do pensamento é igual ao nascimento de uma criança: tudo

começa com um ato de amor. Uma semente há de ser depositada no ventre vazio. E a semente do pensamento é o sonho”.

Mesmo com o decorrer do tempo poucas são as crianças que se sentem à vontade no cotidiano escolar, embora com o auxílio do professor, esse período pode ser menos turbulento, esse tipo de atitude afeta pontualmente, no progresso da aprendizagem e em como as crianças expressam suas ideias e opiniões com maior facilidade. Segundo Saltini (2008, p. 16) reforça que:

As escolas deveriam entender mais de seres humanos e de amor do que de conteúdos e técnicas educativas. Elas têm contribuído em demasia para a construção de neuroses por não entenderem de amor, de sonhos, de fantasias, de símbolos e de sofrimento.

O autor Saltini expõe o seu pensamento, onde desenvolve que a criança durante esta fase a mesma se encontra em uma espécie de construção, onde o amor e o afeto que ela recebe a fará crescer de maneira única. Se isto não ocorrer, a criança poderá não desfrutar de todos os benefícios que ela pode ter quando nos sentimos amados e aceitos. A afetividade não se configura somente como o abraço, o beijo, ou a acolhida, mas é também o despertar para a motivação de seguir o sonho, para a busca da descoberta, para o autoconhecimento e a crítica construtiva.

O Professor e o aluno, devem se desenvolver através do relacionamento recíproco, da afetividade e do comprometimento de ambos no processo cognitivo e no avanço educacional das crianças. Essa relação que vai se construindo possui como base de prosseguimento a confiança, onde as crianças são incentivadas a construir e desenvolver seus sentimentos e acima disto, conseguir expressá-los de forma oral e escrita, sendo esta relação, que envolve o professor e aluno utilizada como meio para o desenvolvimento cognitivo e motor, promovendo aprendizado constante e solidificando o vínculo e as relações sociais.

A afetividade no ambiente escolar

É sabido que a afetividade está relacionada é direcionada as emoções na vida e no cotidiano dos seres humanos, e embora a afetividade seja alvo de discussões em todo o mundo ainda existem algumas indagações sobre esta temática. Onde se faz necessário que existam cada vez mais pesquisas e levantamento de questionamentos neste âmbito, pois esta é além de tudo um subsídio de muito valor para o processo de ensino e aprendizagem (Azevedo, 2018).

Deve-se em primeiro momento entender o que de fato é considerado afetividade e assim seguir a diante, desta forma entende-se como afetividade gesto ou característica diretamente ligada a quem oferta afeto. Mais o que é considerado afeto? Em

suma podemos definir afeto é a manifestação existente de um sentimento mútuo de um indivíduo para outro o que a exemplo ocorre nas relações principalmente realizadas na educação infantil entre professores e alunos.

No ambiente educacional é válido considerar apesar de inúmeros estudiosos que tratam do estudo da afetividade dois deles merecem destaque nesse campo epistêmico sendo eles Vygotsky e Wallon. Todavia como dito anteriormente ainda existem diversos aspectos sobre os estudos nessa área e claro que podemos enfatizar que estes não esgotam todas as resoluções de questionamentos sobre o tema mais seus estudos são significativos e bem-sucedidos em todo o mundo.

Ademais, Vygotsky trata em seus estudos que a afetividade é uma inferência da interseção advinda da relação existente entre docente e discentes, que são expostas no cotidiano em que ocorre a interação e as atividades que são desenvolvidas no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, neste ínterim tem-se que a manifestação destas interações ocorrem em todas as ocasiões do cotidiano escolar. Em contrapartida temos as pesquisas de Wallon que concebe a afetividade como as perspectivas que qualquer sujeito tem de se sensibilizar de duas formas sendo estas positivas ou negativas (Chalita, 2004).

Em virtude disto, estes dois pesquisadores renomados na área em discussão deste artigo têm em comum é o cenário de

identificação, análise e compreensão existente entre a afetividade como ferramenta didático-pedagógica e até que ponto ela poderá ser significativa no processo de ensino e aprendizagem para que este se efetive de forma positiva e seja o mais eficaz possível. Tem-se que esse movimento só será possível por meio da educação das emoções, ou ao menos pelo entendimento desta educação e as suas causalidades e consequências.

A relevância do afeto na primeira etapa da educação básica

É evidente que o professor da primeira etapa da educação básica precisa ter percepção e sensibilidade para identificar os diversos interesses das crianças, até porque com o crescimento e desenvolvimento das crianças, estes podem apresentar diferentes estímulos em cada etapa acadêmica, seja por diferirem por idade, por experiência ou por estarem mais curiosos, é notório que o papel do professor é de instigar e estimular as crianças nos atos investigativos, assim ele poderá encorajar a criança a se conhecer, a se construir e continuar evoluindo e se moldando.

A criança deseja e necessita ser amada, aceita, acolhida e ouvida para que possa despertar para a vida da curiosidade e do aprendizado. E o professor é quem prepara e organiza o microuniverso da busca e do interesse das

crianças. A postura desse profissional se manifesta na percepção e na sensibilidade aos interesses das crianças que, em cada idade, diferem em seu pensamento e modo de sentir o mundo (Krueger, 2002, p. 1).

Com isso, é necessário entender que quanto mais a criança se sentir amada, aceita, acolhida e ouvida, mas ela se atentara para a vida ao seu redor e continuará sendo estimulada pela curiosidade e elo aprendizado. Nesse contexto, entende-se o afeto é crucial nas famílias haja vista de que:

A afetividade está presente desde os primeiros meses de vida e tem um significado muito importante, pois a criança responde aos estímulos de carinho, de afeto, por isso quando se fala em educação logo se remete à afetividade, pois além de contribuir para se criar um vínculo com o professor e um ambiente facilitador da aprendizagem, contribui para que o aluno desenvolva as habilidades necessárias para viver como um bom cidadão numa sociedade (Santos; Portella; Souza, 2018, p. 3).

O professor deve ser conhecido como um meio que desempenha um papel de preponderante na construção da aprendizagem, pois é através da relação entre ele e o aluno, por meio do respeito e da confiança que se pode obter resultados positivos no ensino e aprendizagem. O vínculo afetivo entre professor e aluno pode ampliar o processo de ensino e aprendizagem das crianças.

Durante os momentos de grande dificuldade é o professor que vai orientar, auxiliar e dar suporte aos alunos, com isso é evidente que no decorrer do ano o aluno apresente alguns sentimentos como o medo, a insegurança, a dificuldade e o professor é quem estará mais próximo para atender as suas necessidades e tentar retomar um caminho seguro e tranquilo para o aluno. É nesse sentido que caminha a educação pelo afeto, na cumplicidade, no companheirismo, na partilha e na empatia.

Diante disso, Augusta (2012, p. 9) faz a seguinte colocação:

Alguém já viu criança feliz ir mal na escola? Por que existem crianças que, de uma série para outra, passam a gostar mais o menos de determinada disciplina, modificando até seu desempenho? Tudo indica que é a troca do professor, é não do conteúdo da disciplina, a responsável pela mudança. Por tanto o aprender deve estar ligado ao ato afetivo: deve ser gostoso, prazeroso.

Durante a primeira etapa da educação básica, temos que a afetividade e a inteligência, mesmo possuindo conceitos diferentes, são inseparáveis quando as relacionamos ao processo de ensino e aprendizagem.

Tanto o ganho na afetividade quanto na inteligência, podem contribuir simultaneamente para que ambas consigam evoluir juntas permanentemente. Segundo Wallon (1986, p. 90) “(...) a afetividade depende, para evoluir, de conquistas realizadas no plano da inteligência, e vice-versa”. Com isso é necessário que

a criança se sinta instigada a explorar, se utilizando da afetividade para se sentir livre para descobrir o novo. Claparède ao se referir aos atos investigativos das crianças, afirma que:

A escola não deve esperar que as crianças façam tudo o que querem, mas que elas queiram tudo o que fazem e que ajam e não sejam forçadas à ação (...) O que se deve fazer é explorar seus interesses, ligar a eles, isto é, à sua vida o que se deseja ensinar. A didática deve transformar os fins futuros a que visam os programas escolares em interesses presentes para a criança (Claparède *apud* Saltini, 2008, p. 301-2).

O docente tem um papel essencial no progresso do seu aluno e no contexto que este será inserido cultural e socialmente. O professor deve, acima de tudo, manter uma relação positiva com seus alunos para que estes não se sintam desmotivados, dificultando assim a sua aprendizagem.

A presença da afetividade na sala de aula resulta em aspectos positivos no que se refere na relação do aluno com o ensino e com a aprendizagem, auxiliando no entendimento de que os desenvolvimentos afetivos e cognitivos são indissociáveis e ocorrem de maneira contínua e mutuamente.

A afetividade consiste em uma das partes que integram as emoções humanas. Os afetos por sua vez podem interferir no comportamento humano e constitui como um aspecto de fundamental importância na vida psíquica,

pois, expressam-se nos desejos, sonhos, expectativas, palavras e gestos que cada indivíduo nutre em diversas situações cotidianas (Augusta, 2012, p. 9).

A afetividade, não é a simples demonstração de carinhos físicos, mas sim o cuidado de fornecer a preparação integral desta criança para conviver em sociedade, se tornando crítica, autônoma, responsável e consciente. Um estado de recepção sensível desenvolvido durante as aulas pelo professor torna-o capaz de interagir com a criança respeitando seus níveis de desenvolvimento, tendo consciência que cada uma tem sua potencialidade e a desenvolve de forma diferente em tempos diferentes.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada através de um levantamento bibliográfico, e de acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos distribuídos em sites pela internet. A pesquisa teve como pergunta problema: qual a importância da afetividade dentro do processo de ensino aprendizagem na educação infantil?

A pesquisa focou em verificar a Afetividade na Educação Infantil. De acordo com Boccato (2006, p. 266) “a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por

meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas.”

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (Andrade, 2010, p. 25).

A pesquisa qualitativa é aquela que parte do princípio de que um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em qual ela está acontecendo. Dessa forma, nesse tipo de pesquisa o pesquisador procura argumentos e bases buscando sustentar o fenômeno pesquisado a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas e membros que estudam o mesmo, utilizando a coleta e análise de dados, para que se compreenda a complexidade do fenômeno. Destaque-se ainda que a natureza desse tipo de pesquisa dentro do contexto escolar, do qual a pesquisa aborda o uso da afetividade, do qual revela-se mais adequada por

considerar as subjetividades, emoções e valores do professor e das crianças.

Sendo assim uma pesquisa exploratória, pois foi necessário grande busca e dedicação ao estudo de conteúdos que abordassem a questão da afetividade na educação e na formação do aluno, e sua importância para o crescimento e desenvolvimento deste aluno. Além da pesquisa em livros, a informação contida em alguns sites na área de educação também foi analisada.

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

Com isso o presente trabalho que se trata de uma revisão da literatura, realizada por meio do levantamento bibliográfico, focado em verificar a Afetividade na Educação Infantil: importância no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Boccato (2006, p. 266) “a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais

teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas.”

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através da pesquisa observamos que a afetividade e a educação é um desafio para a aprendizagem e ensino e que consistem em uma série de processos que fazem parte da educação para a vida, numa parceria entre professores, famílias e alunos, peças fundamentais para o sucesso na educação.

A afetividade é um importante auxílio para a aprendizagem, bem como a relação entre professor, a família e o aluno, onde é fundamental que isso aconteça para que exista um melhor aprendizado. O professor deve ensinar conteúdos aos alunos, mas deve ensiná-los a buscar respostas para suas indagações, e ter com eles uma relação afetiva, e para isso tem que conhecê-lo. Tradicionalmente, a família tem sido distinguida como parte essencial do sucesso ou fracasso escolar e assim verificam-se em várias pesquisas acadêmicas que deve haver o consenso entre família e escola e que isto deve fazer parte de qualquer prática educativa focando a formação de um indivíduo autônomo.

Essa união entre escola e família repousa principalmente na divisão do trabalho de educação de crianças, jovens e adultos, abrangendo expectativas recíprocas. Levando em consideração

que o ser humano aprende o tempo todo, nos mais diversos interesses que a vida lhe apresenta, o papel da família é essencial, pois é ela que determina, desde cedo, o que seus filhos precisam aprender, quais são as instituições que devem frequentar e o que é necessário saberem para tomarem as decisões que os beneficiem no futuro.

Diante disto temos que este trabalho se justifica pois é necessário entender a importância da afetividade na aprendizagem desde a primeira etapa da educação básica.

Vários fatores interferem no processo de aprendizagem da criança e a boa relação com o professor é um desses fatores. O professor tem um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo da criança e quando feita de uma forma afetiva, o resultado é uma aprendizagem significativa. Onde desta forma temos a seguinte problemática: Qual a importância da afetividade dentro do processo de ensino aprendizagem na educação infantil? Os efeitos da falta de demonstrações de afeto são claramente perceptíveis dentro de um processo de aprendizagem. Por outro lado, a observação de sua importância pode trazer diversos ganhos ao desenvolvimento integral da criança.

Compreendemos ainda que o papel do professor não está somente em ministrar aulas e deixar o fator afetivo de lado, já que é de extrema importância a relação professor e aluno sem esquecermos que o desenvolvimento integral da criança depende

de ambos os fatores. No ambiente escolar a afetividade se manifesta por parte do professor quando ele se preocupa com o seu aluno, quando ele se importa com a realidade daquela criança, quando o educador consegue ter um olhar sensível para as dificuldades que aquele aluno tem.

Debater essa temática e levá-la ao professor pedagogo é de fundamental importância para, aos poucos, dentro da vivência escolar, diluir uma prática tradicionalista de ensino rígido, principalmente na rede pública. Diante disso, seria possível estabelecer uma relação de ensino e aprendizagem lúdica, afetiva e funcional seguindo as orientações propostas pelas leis e diretrizes vigentes, e com o elemento empatia dos educadores, fazendo da Educação Infantil mais humanizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que as crianças atualmente estão indo para as escolas cada vez mais cedo, podemos afirmar que é necessário que o professor esteja interessado em conhecer mais sobre o significado que estas experiências terão no processo de desenvolvimento da criança, fazendo com que esta experiência contribua positivamente neste novo contexto de sua realidade. A educação é um ato de amor portanto é quase impossível ensinar sem afetividade.

No processo de ensino-aprendizagem, ao professor não cabe somente buscar uma transmissão de conteúdo ou conhecimento, fria, distante e formal. É um processo muito mais amplo e importante, onde entra o afeto, a proximidade, entender, conhecer e guiar os alunos para o conhecimento. Os teóricos com os quais dialogamos nesse trabalho indicam que o afeto tem um papel essencial no funcionamento da inteligência. Sem o afeto não haveria nem interesses, nem necessidades, nem motivação; em consequência, as interrogações ou problemas não poderiam ser formulados e não haveria inteligência.

O professor deve compreender que os sentimentos de respeito, aceitação, valorização de si e do outro devem mediar a relação pedagógica porque educar é sobretudo, um ato de amor, intensidade e entrega. Ademais, se faz necessário entender as características individuais de cada criança, posto que ela é diferente cognitivamente e afetuosamente em cada fase do seu desenvolvimento infantil e em cada estímulo que lhe é gerado.

Há eficiência na prática pedagógica quando o aprendizado é composto por alegria, afeto, e o prazer naquilo que se faz, seja no aprender ou no ensinar, e na Educação Infantil estes elementos se fazem necessários no cotidiano escolar, possibilitando a criança em explorar, em se expressar, considerando suas ideias e opiniões. Toda criança necessita de relações afetivas, seja no ambiente familiar ou com as pessoas que convive no ambiente escolar, pois esses vínculos afetivos

contribuirão para o seu desenvolvimento e para a construção da aprendizagem.

Conclui-se com isso que a realização desse trabalho foi muito importante para minha formação enquanto futura professora, trazendo reflexões sobre a minha práxis e sobre a forma que desejo contribuir para a educação. Portanto, a afetividade no processo de ensino e aprendizagem tem um valor interpessoal e cognitivo de grande importância, tanto para quem ensina como para quem aprende e os resultados de uma educação com experiências afetivas são perceptíveis, na prática docente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

AUGUSTA, Maria Sanches Rossini. **Pedagogia Afetiva**. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. **Educação infantil e formação de professores: para além da separação cuidar-educar**. 2. ed. Campinas: UNESP, 2018.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CHALITA, G. **Educação: A solução está no afeto**. 12. ed. São Paulo: Gente, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

KRÜGER, F. L.; CRUZ, D. M. Os jogos eletrônicos de simulação e a criança. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. 4, n. 1, p. 65-80. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2002.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SALTINI, Cláudio J. P. **Afetividade e inteligência: a emoção na educação**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2008.

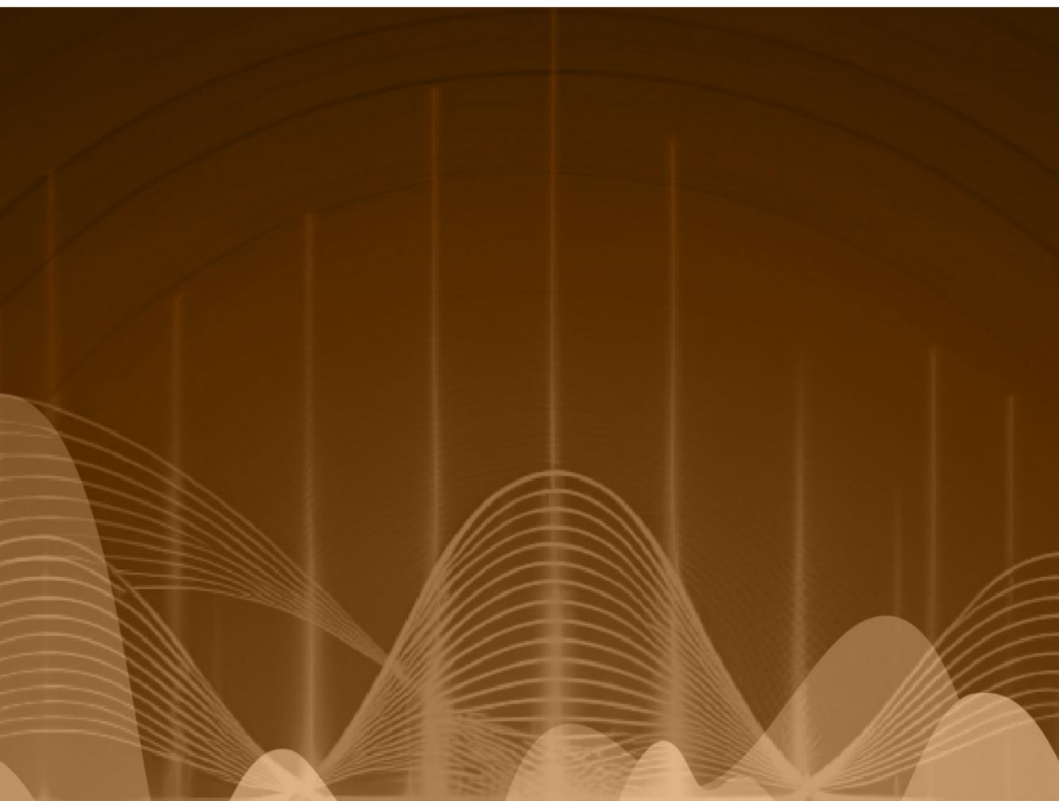
SANTOS, Gabriela Gomes dos. PORTELLA; Michele Fontenele; SOUZA, Maria Caliman. São Paulo, 2018. Disponível em: http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/c1c30caee9f82381bbc11b2b3c992405.pdf. Acesso dia 12 de dez. de 2023.

WALLON, H. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1986.

CAPÍTULO 7

EDUCAÇÃO E SAÚDE: A COVID 19 E SUAS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS E O RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NAS ESCOLAS

**José Luiz Anselmo de Souza
Esaú Patrício Fernandes Pereira
Niara Pereira dos Santos de Araújo**



EDUCAÇÃO E SAÚDE: A COVID 19 E SUAS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS E O RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NAS ESCOLAS

José Luiz Anselmo de Souza¹³ / Esaú Patrício Fernandes

Pereira¹⁴ / Niara Pereira dos Santos de Araújo¹⁵

INTRODUÇÃO

O artigo aqui apresentado trata-se do trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia/EaD da Faculdade do Maciço de Baturité – FMB, em que temos como objetivo analisar as consequências das aulas remotas durante a pandemia da COVID-19, principalmente para os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental anos iniciais.

Desta forma tem-se que na atualidade a era da comunicação, a tecnologia e as redes sociais se tornaram ferramentas de grande importância para a sociedade, usada por

¹³Graduando em Pedagogia. anselmo-luiz@hotmail.com

¹⁴Pedagogo, Esp. em Docência do Ensino Superior, Educação Especial e Inclusiva, Psicopedagogia. E-mail: esaupereira734@educar.rn.gov.br

¹⁵Graduada em História/Licenciatura e em História/Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Mestranda em Educação Profissional no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP).

crianças, jovens e adultos, e com diferentes fins, pessoal, profissional, entre outros. Com a pandemia ocasionada pela COVID-19 no início de 2020, a tecnologia e as redes sociais se tornaram ainda mais importantes, tanto para a comunicação entre as pessoas, amigos, familiares e evangelização das igrejas, quanto para o âmbito laboral, pois possibilitou o trabalho remoto para diversos setores da sociedade, incluindo a continuidade da educação básica e superior, que merece destaque por se tratar de um aspecto importante para o futuro da sociedade.

Não obstante, mesmo com o aumento crescente nessa área digital, o avanço na educação não tem sido ainda de grande relevância, pois faltam grandes investimentos e melhoria em equipamentos para suprir as necessidades educacionais, não bastando ter somente internet, mas também equipamentos adequados para o uso contínuo em sala de aula.

Assim, durante a pandemia, a educação se deparou com mais desafios do que nunca, pois os professores e alunos além de não estarem habituados ao ensino remoto, ainda precisam se reinventar com equipamentos limitados, como o celular, por exemplo, que em muitas famílias era o único recurso para ter acesso à educação no contexto pandêmico mais grave.

O presente trabalho está estruturado conforme as seguintes sessões e subseções: a introdução, que resume parte do trabalho e o apresenta. Revisão da literatura, que desenvolve alguns marcos teóricos sobre a Covid-19, seu contexto e a volta as

aulas por pandemia. A metodologia de pesquisa realizada para elucidar os resultados, discussões e revisão da literatura. Os resultados e discussões que apresentam meu ponto de vista sobre o tema. A conclusão que se trata do fechamento do trabalho e por fim os referenciais bibliográficos utilizados no decorrer do trabalho.

REVISÃO DE LITERATURA

Covid 19 e seus encadeamentos

Com a COVID-19, vieram várias complicações para toda a sociedade, fazendo com que as pessoas transformassem radicalmente duas rotinas e, em muitos casos, impossibilitando pessoas de ter uma vida cotidiana. Nesse cenário, todos os setores se viram prejudicados: a indústria, o comércio e, inclusive, a escola.

Assim, COVID-19 fez com que os profissionais da educação se reinventassem como forma de garantir o ensino educacional, principalmente pelo fato de que a educação é garantida pela Constituição como um direito de todos, para qualquer modalidade de ensino. De forma que é dever do Estado para com a educação e será efetivado mediante a garantia de:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequada às condições do educando;
- VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Brasil, 1988)

Para que esse direito fosse efetivado, foi necessário que algumas medidas passassem por mudanças, entre as quais as escolas passaram a oferecer as aulas em modalidade remota, de forma que os alunos não sofressem com maiores impactos em seu desenvolvimento cognitivo ou atrasassem seus estudos.

O governo federal, na tentativa de dar algumas respostas às inúmeras imprecisões, editou a Medida Provisória (MP) nº. 934 de 1º de abril de 2020 (Brasil, 2020c), a qual desobrigou o cumprimento dos duzentos dias letivos; todavia, manteve a obrigatoriedade das oitocentas horas anuais (Raic; Sá, 2021, p. 18).

Segundo Santana et. al (2020, p. 82) temos que “[...] em um contexto educacional que já enfrenta desafios importantes em função das transformações sociais que o mundo vivencia, ganha novas provocações em razão do cenário pandêmico”.

Os professores passaram a usar da criatividade traçando metas com o intuito de alcançar os objetivos desejados para que os alunos não ficassem sem o ano letivo escolar e recurso tecnológicos foram usados para aplicar os conteúdos educacionais de forma remota usando os meios de comunicação nas plataformas digitais.

De acordo com Libâneo (2007, p. 309), o “grande objetivo das escolas é a aprendizagem dos alunos, e a organização escolar necessária é a que leva a melhorar a qualidade dessa aprendizagem”. Nesse sentido, no novo contexto, as escolas privadas, estaduais e municipais tiveram que reinventar a prática pedagógica adquirindo nova forma de garantir a continuidade da aprendizagem para todos os alunos matriculados no ano de 2020, o planejamento, em caráter de urgência, fez com que os professores tivessem que se adequar às exigências de ensino com o intuito de garantir a educação consoante com o que prevê a legislação.

O contexto pandêmico e as implicações pedagógicas

O principal fato é que professores, alunos, bem como a escola e a família, tiveram que aceitar as novas metodologias de ensino à distância, da qual muitas vezes apresentaram bastantes dificuldades, seja culturais, financeiras ou organizacionais. Afinal, não vieram orientações da gestão federal em como proceder ao ensino e isso levou a todos procurarem meios de cada sujeito contribuir nesse processo.

Analisar o trabalho docente e suas perspectivas não é tarefa que possa ser empreendida sem considerar ser esse um trabalho como outro qualquer. E aqui não se apresenta uma desqualificação dessa relevante atividade, muito pelo contrário, mas cabe reconhecer que o trabalhador da educação é um trabalhador e não um ente iluminado apartado das condições materiais e históricas do mundo do trabalho (Reis; Silva; Meirelles, 2021, p. 233).

No contexto de ensino remoto, dois conceitos são especialmente poderosos para a aprendizagem:

Aprendizagem ativa e aprendizagem híbrida. As metodologias ativas dão ênfase ao papel protagonista do aluno, ao seu envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do processo, experimentando, desenhando, criando, com orientação do professor, a aprendizagem híbrida destaca a

flexibilidade, a mistura e compartilhamento de espaços, tempos, atividades, materiais, técnicas e tecnologias que compõem esse processo ativo. Híbrido, hoje tem uma mediação tecnológica forte: físico – digital, móvel, ubíquo, realidade física e aumentada, que trazem inúmeras possibilidades de combinações, arranjos, itinerários, atividades (Moran, 2018, p. 4).

Assim, o ensino híbrido vem somar com o ensino presencial na tentativa de melhorar o conhecimento, e para isso se faz necessário que os alunos tenham acesso às ferramentas tecnológicas com o intuito de melhorar o aprendizado. Mas são muitos os desafios que a educação tem enfrentando para um ensino de qualidade, o grande problema é que a educação não tem se preparado para o uso das ferramentas tecnológicas.

Deixando uma deficiência na aprendizagem, os alunos têm muito mais habilidade com um celular de última geração do que com os próprios livros didáticos, a facilidade com que se manuseia um *smartphone* é bem maior, deixando de lado o interesse pelo material didático, livros, cadernos e os conteúdos de atividades escritos no quadro negro em sala de aula. Sobre o uso de tecnologia em sala de aula, Almeida (2011, p. 5) afirmar que:

As tecnologias começaram a entrar nos espaços educativos trazidos pelas mãos dos alunos ou pelo seu modo de pensar e agir inerente a um representante da geração dos nativos digitais e passaram a fazer parte da cultura, tomando lugar nas práticas sociais,

ressignificando as relações educativas ainda que nem sempre estejam presentes fisicamente nas organizações educativas. Dentre os artefatos tecnológicos típicos da atual cultura digital, com os quais os alunos interagem mesmo fora dos espaços da escola, estão os jogos eletrônicos, que instigam a imersão numa estética visual da cultura digital; as ferramentas características da Web 2.0, como as mídias sociais apresentadas em diferentes interfaces; os dispositivos móveis, como celulares e computadores portáteis, que permitem o acesso aos ambientes virtuais em diferentes espaços e tempos, dentre outros.

No entanto, mesmo com a tecnologia de última geração espalhada pelo mundo inteiro, a pandemia revisitou as limitações do ensino remoto em suas variáveis formas de apresentar conteúdos de aprendizagem pela televisão, correspondência, cartas, online ou de outras formas, o ensino em uma sala de aula com o professor orientando presencialmente continua tendo um efeito bastante significativo no requisito da aprendizagem.

Neste sentido, a acelerada inclusão digital que acabou acontecendo com mestres dando aula em plataformas e alunos acessando no celular ou em outros dispositivos preparou de alguma maneira a escola para uma outra prática. É verdade que houve grandes dificuldades, dada a reduzida conectividade e os custos dos pacotes de dados para aqueles que não receberam chips de suas secretarias, mas alguma aprendizagem em meio digital ocorreu (Costin, 2021, n.p.).

Conforme novas dificuldades iam emergindo desde o início da pandemia, ficou evidente a lacuna existente nas políticas educacionais no Brasil que não tinham respaldo para orientar ou nortear as práticas educacionais diante da pandemia.

Diante desse cenário, é esperado que as escolas se depararem com novos e complexos desafios, que só poderão ser devidamente enfrentados se houver apoio de outras áreas. Ou seja, uma resposta adequada do poder público na Educação só virá com um esforço amplamente intersetorial, envolvendo, especialmente, as áreas da Saúde e da Assistência Social (Brasil, 2020, p. 7).

Entretanto as escolas cunhadas como particulares, com maiores possibilidades metodológicas e que apresentam uma realidade diferente das instituições públicas, obtiveram melhores êxitos em seus procedimentos por contarem com famílias com outros poderes aquisitivos e mais preparadas economicamente. Nesse aspecto, vale compreender que:

É preciso saber combinar as atividades presenciais que estimulam a colaboração entre alunos, bem como a valorização e a humanização da relação professor/aluno, com atividades virtuais em que o aluno estuda sozinho, utilizando-se das ferramentas digitais (Lima; Moura, 2015, p. 97).

Segundo a Organização das Nações Unidas (UNESCO, 2020) foram mais de 186 países e regiões que fecharam as escolas com o intuito de conter a disseminação do vírus da COVID-19, aproximadamente 70% dos alunos foram afetados no aprendizado, já que o calendário escolar foi interrompido devido ao fechamento das escolas, depois de quase dois anos sem as aulas presenciais a esperança de normalizar tudo e inclusive o ensino presencial seria com o avanço da vacinação. Sem dúvida a vacinação trouxe grande esperança do retorno das aulas presenciais que, em 2022, o ano letivo iniciou com 100% das aulas presenciais em todos os estados do nosso país.

Com o retorno às aulas presenciais já poderíamos entender a normalidade no seguimento escolar mesmo enfrentando alguns desafios como recomposição da aprendizagem, a evasão escolar ocorrida durante a pandemia e os problemas com a saúde mental dos profissionais da educação e dos alunos.

A COVID-19 e o retorno às aulas presenciais

O retorno às aulas presenciais movimenta por si próprio um novo olhar no processo educacional e em tudo que nele interfere ou se faz presente. Atualmente, é possível que o professor realize atividades nas quais os alunos possam utilizar das tecnologias para realizá-las, com isso permitindo que os

alunos tenham maior facilidade na aprendizagem, ampliar novos campos em seus estudos com pesquisas, fazer parte de um processo que se utilize de metodologias ativas de forma que o aluno possa fazer parte ativamente do andamento das aulas também ensinando aos demais e proporcionando momentos de aprendizagem ao professor.

É preciso saber combinar as atividades presenciais que estimulam a colaboração entre alunos, bem como a valorização e a humanização da relação professor/aluno, com atividades virtuais em que o aluno estuda sozinho, utilizando-se das ferramentas digitais (Lima; Moura, 2015, p. 97).

Para mais, as escolas tiveram que se adaptar para o retorno às aulas presenciais, de acordo com as exigências de Combate a COVID-19 da Organização Mundial da Saúde. Algumas medidas preventivas foram tomadas, como o distanciamento social, uso de máscaras, a higienização das mãos e o uso do álcool em gel na chegada dos alunos e dentro da sala de aulas, as escolas juntamente com professores tiveram que adaptar os planos de aulas procurando desenvolver atividades educacionais respeitando o distanciamento para os alunos da educação infantil e para o ensino fundamental, e é bastante desafiador manter os pequenos distantes uns dos outros e seguir a risca os protocolos preventivos.

A situação conturbada vivenciada na pandemia e no retorno as aulas, com as crianças tentando socializar, mostrou que o atual modelo de formação efetuado pelos professores ao longo dos anos não foi efetiva para contornar este tipo de situação e lidar de forma coerente com o momento de voltar as aulas. De qualquer forma é evidente que não existe um modelo, ou uma receita pronta e aplicável a todos os casos, principalmente quando esta se lidando com um caso totalmente inesperado.

Ainda assim, é possível pontuar que durante o momento de pandemia, surgiram diversos pesquisadores que se tornaram referenciais e que elaboram estudos que devem ser levados em consideração ao formular algumas formas de conduzir a educação e o aprendizado, tanto no momento de pandemia quanto no pós. Nóvoa (2014) aponta três aspectos importantes que o professor deve ter para conduzir esse momento:

Primeiro, uma organização diversificada dos espaços e dos tempos escolares. Segundo, um currículo focalizado nos alunos e em suas aprendizagens, e não apenas em listas intermináveis de conhecimentos ou competências. Terceiro, uma pedagogia com proporção fortemente colaborativa, que utilize as redes como dispositivo de comunicação e aprendizagem (Nóvoa, 2014, p. 16).

Os eventos levantados e elencados neste estudo, revelam que a educação não é mais a mesma, as aulas do modo “tradicional”, provavelmente não existem mais, criando novas dimensões que surgiram durante a pandemia e que os professores se utilizaram no pós-pandemia. É evidente que a dinâmica e a rotina escolar mudaram de maneira repentina diante da pandemia ocasionada pela COVID-19, esse acontecimento ocasionou mudanças no vínculo entre alunos, professores e, conseqüentemente, nas dinâmicas de ensino e aprendizagem e realização das atividades, trazendo uma nova forma de “fazer a educação” brasileira.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico sobre a forma como a pandemia do COVID-19 afetou a volta as aulas. Tratando-se de pesquisa bibliográfica, sabe-se que ela “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais [...]” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 183).

A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de outros trabalhos de pesquisa abordando o assunto estudo, como também por sites seguros na internet e relatos dos profissionais do

município de Tangará-RN, pelos profissionais da saúde, pelos próprios professores e equipes escolares e também pelos pais de alunos, o que possibilitou de forma clara e objetiva entender melhor os anseios vividos por todos os profissionais da educação e os alunos que foram prejudicados com o desenvolvimento das atividades pedagógicas de forma remota durante a pandemia causada pelo vírus da COVID-19.

Assim, este trabalho de pesquisa junta informações através de relatos durante a pandemia, pós-pandemia e outros estudos similares, mas especialmente dados que foram colhidos através da vivência do dia a dia dentro da microárea em que a saber é campo de trabalho do autor, com aproximadamente 150 famílias, nas UBS e em dos em escolas diferentes, possibilitando o conhecimento mais assíduo sobre o assunto debatido.

Quanto à abordagem no momento de levantamento bibliográfico, essa pesquisa focou no tipo qualitativo, em que não é necessário utilizar métodos ou procedimentos estatísticos para expor os dados necessários. Para o estudioso Gil (1999), esse tipo de abordagem possibilita o aprofundamento de questões pertinentes ao estudo que se pretende desenvolver.

Quanto à natureza empregada na pesquisa, trata-se do tipo exploratória, a qual tem como princípio desenvolver, esclarecer e compreender conceitos, buscando a formulação de problemas ou hipóteses para estudos futuros (Gil, 1999).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola enquanto instituição formadora desempenha um papel fundamental na formação do aluno preparando para viver na sociedade ensinando a se posicionar social e politicamente, ajuda a desenvolver habilidades socioemocionais e desenvolver percepção de mundo, é das escolas que sai todos os profissionais para trabalhar na sociedade, a valorização educacional é primordial. Não obstante, em pleno século 21, na era digital na qual nós vivemos, a educação enquanto instituição não tem acompanhado a tecnologia.

O conhecimento digital é de suma importância para as diferentes culturas nos dias atuais, a era digital é de grande relevância como meio de pesquisa e de levar conhecimentos e saberes como forma de compartilhar nos mais diversos cantos do planeta. No entanto, para que isso aconteça, é necessário dar um uso adequado a esses recursos, e inicialmente, possuir esses recursos.

Nesse sentido, tendo em conta as complicações na educação durante a fase mais crítica da pandemia da COVID-19, devido às limitações com equipamentos tecnológicos e ao uso adequado destes, torna-se importante analisar e debater as consequências do ensino remoto para a educação, como o êxito ou não da aprendizagem dos alunos, aprovações de alunos que

não estudaram e o desinteresse após o retorno às aulas presenciais.

O desenvolvimento educacional do ser humano não pode parar. Por essa razão, dar continuidade ao ensino escolar de forma remota durante a pandemia da COVID-19 se torna uma decisão acertada. Entretanto, essa decisão também acarreta diversos desafios e consequências.

Diante do que podemos chamar de “nova” realidade imposta pela pandemia do coronavírus, as instituições de ensino, bem como os professores, precisaram lançar mão de recursos das tecnologias digitais para dar conta de atender às demandas exigidas pelo ensino nesse novo momento pelo qual passa a educação.

Algumas instituições de ensino foram orientadas a aproveitarem em ampla escala as ferramentas de tecnologia educacional que acabaram sendo assimiladas durante as aulas remotas, para garantir os processos pedagógicos de aprendizagem para manter os alunos em uma rotina de estudo que havia sido assimilada, mesmo estando isolados e distantes do espaço físico escolar e do convívio com os colegas.

Durante a pandemia, muitos professores tiveram que aprender a ensinar novamente, pois o ensino remoto era um contexto totalmente novo para a maioria dos profissionais da educação. E esse cenário também era novo para a maioria dos alunos. Somado a isso, ensinar e aprender durante a pandemia

significa também fazer essas atividades em uma situação de alto estresse, pois além de todos os desafios educacionais, estão os desafios de alimentação, saúde física e mental, no quesito financeiro etc.

Esses e outros aspectos deixaram muitas sequelas no aprendizado das crianças e adolescente, fazendo fundamental que se analise quais são essas sequelas e como é possível enfrentá-las. É interessante que os professores se sintam mais motivados para com isso motivar seus alunos, pois, com certeza, muitos desafios estão previstos no processo de ensino e aprendizagem após o período da pandemia, sendo necessário que os professores possam estar dispostos a se adaptarem ao momento, para que com isso possam ensinar e aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de pesquisa foi realizado através de relatos colhidos de diversas fontes de pesquisa e possibilitou entender os anseios e angústias que a educação enfrentou no período da pandemia causada pelo vírus da COVID-19, desde 2020 até o início total das aulas presenciais no ano de 2022.

A luta para dar continuidade ao ano letivo escolar com aulas remotas na tentativa de os alunos não passarem tanto tempo fora das escolas sem receber conteúdos educacionais foi legítima. No entanto, com o retorno às aulas presenciais foi

possível perceber o quanto os alunos foram prejudicados sem as aulas presenciais, pois a educação como também os alunos não estavam preparados para o desenvolvimento educativo de forma remota.

O governo em suas diferentes esferas, estadual e municipal, precisa ter um olhar diferenciado para a educação com o intuito de melhorar a qualidade do ensino através das ferramentas tecnológicas preparando toda a classe gestora escolar, ampliando as salas de aulas com equipamentos digitais promovendo cursos e treinamentos no intuito de formar os professores para que eles tenham condições de promover um ensino de qualidade para os alunos pelo sistema híbrido que eles possam ter acesso a conteúdos educacionais online dentro e fora da sala de aula.

Sabemos que o uso da tecnologia hoje em dia não poder ser usado somente para jogos atrativos, filmes, vídeos e músicas, mas é de suma importância o uso contínuo das ferramentas digitais nas escolas permitindo que o conteúdo pedagógico chegue com mais facilidade aos alunos promovendo o saber e o conhecimento educacional. Assim, as escolas precisam estar bem equipadas e preparadas para um possível intrujimento no calendário escolar como aconteceu nesse período de pandemia causado pela COVID-19 no início de 2020. As escolas estando bem equipadas e preparadas com as ferramentas digitais os professores podem interagir com os alunos fazendo uso das

plataformas digitais nas aulas presenciais ou remotas quando necessário.

Por último, destaca-se que o grande atraso na aprendizagem dos alunos e os problemas sociais causados durante a pandemia precisam ser amplamente debatidos, pois apenas assim vai ser possível fechar, ou amenizar, a lacuna que surgiu nesse período.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B.; SILVA, M. G. M. Currículo, tecnologia e cultura digital: espaços e tempos de web currículo. **Revista e-Curriculum**, v. 7, n. 1, p. 1-19, abr. 2011.

BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. de M. (Orgs.) **Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial**, 1988.

BRASIL, Todos pela Educação. **O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da Covid-19**, 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/05/todos-pela-educacao.pdf> Acesso em: 29 de dez. 2023.

COSTIN, Claudia. **O desafio da volta às aulas presenciais**. 2021. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/desafios-volta-aulas-presenciais>. Acesso em 12 de jan. 2024.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Leandro Holanda Fernandes; MOURA, Flávia Ribeiro de. O professor no ensino híbrido. *In*: BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; DE MELLO TREVISANI, Fernando. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso Editora, 2015.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. *In*: BACICH, L; MORAN, J. (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

NÓVOA, António. Por que não fazemos aquilo que dizemos que é preciso fazer? *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PROFESSORES PRINCIPIANTES E INSERÇÃO PROFISSIONAL À DOCÊNCIA, 4., 2014, Curitiba. [Slide apresentado...]. Disponível em: http://es.congreprinci.com.br/wp-content/uploads/2014/03/Conferencia_Antonio_Novoa_21_02_2014_IVCongreprinci.pdf. Acesso em: 02 de jan. 2024.

RAIC; Daniele Farias Freire SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de. O retorno a um “novo normal”: a emergência de um pós-normal em educação. **Revista entreideias**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 11-37, jan./abr. 2021.

REIS, A. C.; PINTO E SILVA, E.; MARINHO MEIRELLES, C. O “novo normal” no campo da educação: da aparência à essência. **Revista Princípios**, v. 40, n. 160, p. 225 - 245, 16 jan. 2021.

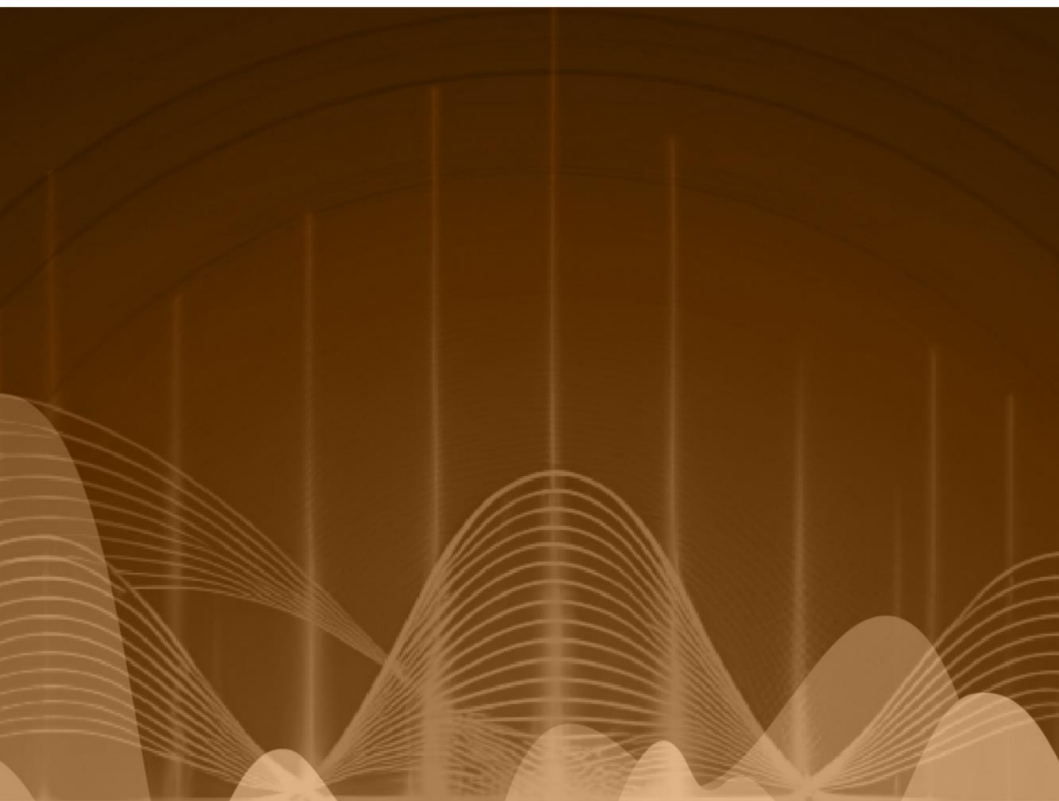
SANTANA, Camila Lima et al. Aula Em Casa: Educação, Tecnologias Digitais e Pandemia Covid-19. **Interfaces**

Científicas-Educação, v. 10, n. 1, p. 75-92, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9181>.
Acesso em: 29 de dez. 2023.

CAPÍTULO 8

BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM ATRAVÉS DO BRINCAR

**Maria Lucilene da Rocha Costa
Esaú Patricio Fernandes Pereira**



BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM ATRAVÉS DO BRINCAR

Maria Lucilene da Rocha Costa¹⁶ / Esaú Patricio Fernandes

Pereira¹⁷

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de um trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia/EaD da Faculdade do Maciço de Baturité - FMB como requisito parcial a obtenção do título de licenciatura em Pedagogia. O mesmo tem como objetivo esclarecer a importância do brincar no contexto da etapa educacional denominada Educação Infantil, mostrando que o lúdico é considerado como importante fator no processo de ensino e aprendizagem.

Com isso buscou-se em livros e artigos científicos referências de diversos autores que trazem discussões teóricas sobre o tema e sobre os diversos enfoques que o cercam e foi

¹⁶Graduanda em pedagogia.cil9en23@gmail.com

¹⁷Pedagogo, Esp. em Docência do Ensino Superior, Educação Especial e Inclusiva, Psicopedagogia. E-mail: esaupereira734@educar.rn.gov.br

utilizado como metodologia a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo que se apoiou nos principais teóricos como: Kishimoto (2007), Melo e Valle (2005), Froebel (1896), Gil (2010) e Debortoli (2008) para dar embasamento ao trabalho aqui descrito.

Desta forma está estruturado em tópicos que abordam o conceito de criança e infância, destacando-se que com o passar dos séculos a criança assume papéis diferentes devido à época e a sociedade que a insere, sendo hoje a criança um ser totalmente único e singular no centro da família.

Neste sentido a educação infantil tem como premissa o desenvolvimento pleno e integral das crianças em fase escolar que vai até os cinco anos de idade, e assim neste período esses educados desenvolvem seus sentimentos, emoções e valores que permeiam e acompanham por toda a vida adulta de convivência social. E por meio das brincadeiras que os sujeitos criam e descobrem conceitos, desenvolvem autonomia crítica e reflexiva, descobrem potencialidades e saberes além de refletir a sua própria cultura.

Ademais, é válido considerar que por meio do brincar a aprendizagem é desenvolvida de forma significativa, e desta forma os docentes que atuam nesta área principalmente tenham em mente a significação do lúdico ora, descrita, pois caso isso não ocorra esta etapa da educação dos indivíduos perderá sua característica principal, pois é através do lúdico que o docente

tem valiosas informações acerca dos seus alunos em diversos aspectos.

REVISÃO DE LITERATURA

Educação Infantil: Creche e pré-escola

A educação infantil é a primeira fase da educação básica brasileira, onde esta traz consigo um período muito importante, o da infância, desta forma o conceito de infância conforme o estudioso Sarmiento diz que:

A infância é uma construção histórica, resultado de um processo complexo de produção de representações sobre as crianças, de estruturação dos seus cotidianos e mundos de vida e, especialmente, de constituição de organizações sociais para as crianças (Sarmiento, 2004, p. 11).

Sendo assim a educação infantil diz respeito ao prosseguimento completo da criança, em seus aspectos e características físicas, psicológicas, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade no processo de desenvolvimento infantil.

Partindo desta compreensão, e sabendo que esta é a base fundamental do processo de ensino e aprendizagem da criança, se faz necessário analisar como estão sendo desenvolvidas as

práticas pedagógicas do professor da Educação Infantil na perspectiva do educar e de qual é o seu papel formador.

Vygotsky (2003) entende o papel do professor como sendo de uma importância imensa, pois seria ele que, a partir da organização dos espaços, do currículo, do conteúdo e da sala de aula, proporcionaria as experiências e atividades adequadas para que o desenvolvimento do conhecimento do aluno possa ocorrer de forma coerente e decente, dentro de uma possível relação colaborativa entre aquilo que já tem sido “acumulado e sedimentado” e as novas situações de aprendizagem propostas na escola. Contudo a atual concepção de educação infantil tem como um direito o qual por ser um direito deve ser garantido pelo estado a toda e qualquer criança.

A educação infantil atualmente é entendida como tudo que envolve qualquer forma de educação da criança, ou seja, ela na família, comunidade, sociedade e/ou cultura. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI,1998), a instituição de educação infantil é um dos espaços de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade na qual estão inseridas. A educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica, ajudando no desenvolvimento psicológico, físico e social da criança. Conforme diz a Lei de Diretrizes e Base - LDB, Lei 9394/96, Art.29:

A Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996, p. 01).

A educação infantil são é só importante por ser o primeiro nível, mas também por ser um complemento das etapas da educação brasileira em sua totalidade, pois proporciona condições para que as crianças possam conhecer e descobrir novos valores, costumes e sentimentos, através das interações sociais, e nos processos de socialização, o desenvolvimento da identidade e da autonomia. Segundo o RCNEI (1998):

O desenvolvimento da identidade e da autonomia estão intimamente relacionados com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas. Isso pode ocorrer nas instituições de educação infantil que se constituem, por excelência, em espaços de socialização, pois propiciam o contato e o confronto com adultos e crianças de várias origens socioculturais, de diferentes religiões, etnias, costumes, hábitos e valores (Brasil, 1998, p. 11).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), intitula a instituição de ensino infantil que atende

crianças de 0 a 3 anos de idade de creche e pré-escola a instituição que atende crianças de 4 a 5 anos de idade. “No art.30. A Educação Infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II- pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” (Brasil, 1996).

As crianças que frequentam creches aprendem a compartilhar o espaço, os brinquedos e até mesmo os próprios sentimentos, nesta primeira etapa a educação não está voltada para o conteúdo ou conhecimento formal, pois a educação infantil atua sobre a interação e ao brincar, se encarregando de que a criança aprenda a se relacionar com outras crianças, cria suas próprias experiências e passam a ter privacidade. De acordo com Winnicott (1982) aponta:

As experiências tanto externas como internas podem ser férteis para o adulto, mas para a criança essa riqueza encontra-se principalmente na brincadeira e na fantasia. Tal como as personalidades dos adultos se desenvolvem através de suas experiências da vida, assim as das crianças evoluem por intermédio de suas próprias brincadeiras e das invenções de brincadeiras feitas por outras crianças e por adultos (Winnicott, 1982, p. 163).

Nas creches devem conter profissionais especializados em educação infantil que disponham realizar os cuidados com as crianças em união com a escolaridade adequada, que valorizem a

criatividade da criança e usem materiais, brinquedos, livros em quantidade suficiente, variados e adequados à faixa etária dos alunos.

O ambiente escolar deve conter um espaço dinâmico, onde possam ocorrer brincadeiras; é importante que seja um lugar bastante explorado, de fácil acesso, limpo e seguro. Além disso, nas pré-escolas as atividades como pintura e música, contar histórias, oficinas de desenho, atividades que envolvem os cuidados com o corpo, são atividades indicadas e adequadas nessa etapa da escolarização da primeira infância.

A política do pré-escolar no Brasil

No decorrer dos anos juntamente com saberes pedagógicos que dizem respeito a infância e a educação infantil e desta forma foi sendo ampliado por diversas outras áreas do conhecimento, como por exemplo a pediatria que deram uma nova perspectiva sobre as práticas políticas acrescentando uma forte influência sobre os cuidados da família e sobre as práticas das instituições que são direcionadas as crianças para o desenvolvimento do papel formativo e educativo das mesmas.

Após diversos eventos e discussões os documentos que asseguram a educação de jovens começaram a ser vistos como norteadores indiscutíveis dentre eles destacamos: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069/90), Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/96) Plano Nacional de Educação (PNE) (1998), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº 022/98).

As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, A LEI 9394/1996 se tornou um marco dentro da educação infantil, pois demonstrou um avanço na concepção da própria modalidade, porque veio a definir uma educação voltada diretamente para a criança, considerando-a como sujeito social que possui direitos e que deve ser mantida pelo Estado uma vez que o nível de ensino se constitui como primeira etapa da Educação Básica. Para Oliveira (2007, p. 117):

Lei 9394/96, que estabelece a Educação Infantil como etapa inicial da educação básica, conquista histórica que tira as crianças pequenas pobres de seus confinamentos em instituições vinculados a órgãos de assistência social (Oliveira, 2007, p. 117).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em sua segunda versão, (Resolução Nº 05/2009) foram fundamentais para explicitar princípios e orientações para os sistemas de ensino, na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de propostas pedagógicas.

Os DCNEIs trazem uma concepção de criança que inspira e sugere uma nova concepção dessas práticas pedagógicas:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2010, p. 12).

Conforme ressalta os DCNEIs as crianças são sujeitos históricos que possuem sentimentos, peculiaridades e individualidades que fazem parte da mesma.

Por fim, no ano de 2015 foi realizada a inserção da Educação Infantil numa Base Nacional Comum Curricular (BNCC) onde foi debatida num processo amplo de discussão e democratização realizado em todo país por diferentes representações sociais, de classe, entidades, instituições, entre outras representações.

O brincar na Educação Infantil

Em síntese as crianças são de um modo geral ativas, utilizam as brincadeiras e os jogos para desbravar o mundo no seu dia a dia, e isso reflete diretamente no seu progresso ao longo da vida. O crescimento do aluno enquanto criança em fase escolar traz consigo o brincar um elemento crucial para que este ocorra de maneira positiva. Froebel (1986) reitera em seus estudos que o brincar é essencial para o desenvolvimento infantil, é em sua

totalidade a performance auto ativa da interna representação da interna precisão e impulso.

Nesses termos Froebel (1986) discute, o mesmo tem uma aproximação das pesquisas de Vygotsky (1988) nesta área onde ele comenta que o brincar é uma atividade pura, além de ser a mais espiritual da vida do ser humano nesta fase e ao mesmo modo típico da vida humana em sua totalidade.

De tal maneira que as brincadeiras, ou seja, o brincar pertence ao desenvolvimento e crescimento da criança, tal como é durante este período de ludicidade que acarretam as emoções, as expressões, onde em sua grande parte aprendem a lidar com regras e externam os seus sentimentos. E, portanto, não á dúvidas que é algo que deve ser considerado em todos os aspectos pois se torna essencial para que haja o progresso infantil. Além disso é um método em que os alunos enquanto crianças expõe seus problemas, medos e entre outros sentimentos.

Brincar de forma livre e prazerosa permite que a criança seja conduzida a uma esfera imaginária, um mundo de faz de conta consciente, porém capaz de reproduzir as relações que observa em seu cotidiano, vivenciando simbolicamente diferentes papéis, exercitando sua capacidade de generalizar e abstrair (Melo; Valle, 2005, p. 45).

É por meio das brincadeiras que as crianças reproduzem vivências e constroem o real e passam do imaginário para o

concreto. O estudioso Debortoli (2008) trata que ao brincar é possível reconstruir a veracidade e dos sujeitos que estão inseridos no âmbito cultural. Winnicott (1975) reforça este pensamento ao expor que é nas brincadeiras e no ato de brincar e exclusivamente no brincar que as crianças e adultos podem ser criativos e eternar a sua personalidade em sua totalidade e desta forma acaba descobrindo o seu eu.

Seguramente que ao brincar é possível desenvolver ações positivas diante da vida, é através do brincar que se torna possível realizar coisas e não somente refletir ou desejar algo mais fazer pois o brincar se torna a fazer, sendo um ambiente propício para desenvolver habilidades, proporcionar experimentações onde se envolve corpo, mente, em um tempo e um espaço. É como a vida em que temos um início um meio e um fim.

Velasco (1996) discute que através do brincar a criança passa a desenvolver diversas capacidades dentre elas o mesmo cita capacidades físicas, verbais ou até mesmo intelectuais e quando não ocorre o brincar no ambiente infantil a criança passa não realizar estímulos ou até mesmo de progredir em competências inatas e vindo a fase adulta com insegurança, medo e até mesmo agressividade, e quando brinca tem mais chances de ser um adulto equilibrado, afetuoso e consciente de suas atitudes.

Portanto, o brincar pode ser realizado tanto de forma individual quanto coletiva. Onde não se faz necessário ter de fato

regras pré-concebidas mais muitas vezes construídas no decorrer da brincadeira, onde a criança pode ter mais liberdade em propor regras, condições, escolher o de que deve ser adequado e modificado, e em muitos casos escolher os sujeitos que farão parte da brincadeira. Em suma o brincar é importante demais para ser deixado de lado.

As possibilidades da aprendizagem através do brincar

A brincadeira acompanha as crianças desde muito cedo, se tornando algo rotineiro, ou seja, um ato indispensável à saúde física, emocional e intelectual da criança. Através da brincadeira e dos jogos, as crianças desenvolvem uma linguagem única de comunicação, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima, preparando-se para ser um cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de uma sociedade equilibrada de forma cultural.

Segundo Piaget (1978), o desenvolvimento mediante as brincadeiras está ligado aos processos puramente individuais e de símbolos inerentes à estrutura mental da criança e que só por ela podem ser explicados. É através do brincar, que a criança terá condições de construir sua identidade, tornando-se um ser social e cultural, enquanto parte integrante de um grupo, ou seja, de uma comunidade, além de conhecer e reconhecer-se como agente produtor de seus atos. Conforme apresenta Bruner, (1983 *apud*

Kishimoto, 2007, p. 33), traz sua observação relevante sobre brincadeiras:

[...] brincadeiras infantis como a brincadeira de vendar os olhos com um pano estimulam a criatividade, mas na Concepção de Chomsky faz a descoberta das regras e colabora com a aquisição da linguagem. E ajuda na que se desenrola nas brincadeiras que dá significado as coisas que permite à criança decodificar objetos e aprende a falar.

Para a pesquisadora Kishimoto (2007) temos que, quando uma brincadeira é escolhida pela criança, ela pode naturalmente acabar proporcionar a diversão ou a falta deste e com isso trazer várias formas de conhecimento e poder interagir com o mundo, o autor reforça que o jogo é um meio, que favorece no desenvolvimento e na inteligência facilitando o entendimento da criança.

Já a brincadeira direcionada pelo educador, com a intenção de construir seu conhecimento e compreender o mundo em que está inserida. Tem uma grande mudança, pois ali existe um objetivo explícito onde o mesmo pretende alcançar seu objetivo, com a suposta brincadeira.

De qualquer forma o brincar faz parte da natureza humana, acredita-se que o processo de aprendizagem pode ser visto como uma grande brincadeira de caça ao tesouro. Neste sentindo, vê-se o jogo como uma ponte possível para transitar

entre o real, o imaginário que possibilite uma educação transformadora.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de uma pesquisa depende da problemática abordada, “sua natureza e situação espaço-temporal em que se encontra” (Köche, 2009). Também depende do conhecimento e natureza do pesquisador, podendo tornar uma possível busca com inúmeros tipos de pesquisa.

Em um primeiro momento, a pesquisa exploratória foi fundamental para a decisão dos assuntos abordados no projeto. Gil (2010) explica que na maioria das pesquisas acadêmicas, a pesquisa exploratória é realizada, pois em um primeiro momento o pesquisador não tem certeza do que irá buscar.

A pesquisa teve a finalidade de buscar conhecimentos de alguns autores, para aprofundar os saberes sobre a importância do brincar dentro do ambiente escolar, em específico na educação infantil. Assim a pesquisa bibliográfica foi feita com o intuito de buscar informações fundamentadas, em livros, artigos e trabalhos acadêmicos de tese e monografias.

Para desenvolvermos a nossa pesquisa, num primeiro momento foram realizadas investigações em torno da temática, estudos em livros e artigos científicos, buscas em sites relacionados ao tema e consultas em dicionário.

Köche (2009) define a pesquisa bibliográfica como “indispensável para qualquer tipo de pesquisa”, pois é nela que o pesquisador conhece e analisa as principais teorias e contribuições existentes acerca do assunto explorado.

Proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso (Gil, 2010, p. 23).

Ainda de acordo com o autor, essa técnica é utilizada muito frequentemente quando o conteúdo em questão ainda não foi muito discutido no campo científico e torna-se difícil uma análise e um baseamento concreto a respeito da temática (Gil, 2010). Para a realização do nosso estudo, utilizamos a pesquisa qualitativa que visa à construção da realidade, pesquisa na qual estimulam a utilizar diferentes conhecimentos, de diferentes pessoas e construir com essa base, os fundamentos sobre o nosso objeto de estudo (Gil, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É comum ouvirmos diversas queixas de pais, mães e educadores, falando que as crianças hoje em dia não sabem brincar como antes. Alguns afirmam que na hora do recreio, só

ocorrem brigas e machucados. Diante disto surgem alguns questionamentos: quem que para que brincar hoje com as crianças? Quem as ensina a brincar? Quais os profissionais que atuam em creches e pré-escolas tem formação na área de educação infantil?

É evidente que hoje o grande desafio dos professores da Educação Infantil é proporcionar aulas interessantes e atraentes. A educação apresenta experiências concretas na realidade brasileira que permitem uma perspectiva em que se prioriza na Educação Infantil as bases primeiras da formação para cidadania, percebendo-se a criança como ser humano pleno.

Por isso os educadores que atuam com crianças das creches e pré-escolas tem que ser um profissional com uma formação específica na área, um pedagogo ou um professor compromissado, pesquisador e reflexivo para que ele possa criar uma dinâmica de planejamento para que suas aulas sejam prazerosas, que essas crianças aprendam, socializem e interagem umas com as outras. Sendo este o motivo pelo qual, procurou-se neste trabalho, mostrar a importância da inclusão de jogos e brincadeiras como estratégias pedagógicas para o professor.

Diante disso, é evidente que como resultado, foi possível compreender que são inúmeros os benefícios causados pelo brincar dentro da educação infantil, onde alguns forma citados no corpo do texto anteriormente, de qualquer forma, é benéfico brincar para as crianças, pois os deixa mais felizes e alegres, bem

como as diverte, desenvolvendo durante esse momento habilidades físicas, ensina a respeitar as regras e ajuda na socialização, no aprendizado, na criatividade e na relação com o próximo.

Ainda assim, é importante ressaltar que mesmo possuindo grandes benefícios, o brincar na escola proporciona não pode substituir a brincadeira entre pais e filhos, pois os benefícios da troca entre pais e seus filhos geram confiança e estabilidade para que esses indivíduos se sintam preparados para interagir com novas comunidades e pessoas, a escola e seus membros, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as análises bibliográficas que foram realizadas a partir do tema principal deste artigo, foi possível concluir que desde os primeiros momentos da infância a criança se torna um ser com individualidades, única e singular, a mesma passa a aprender a brincar e a pensar, analisar e viver sua realidade, além de participar da cultura e do meio do que está inserida de forma ativa, criando, conceitos, ideias, percepções e cada vez mais se socializando através de interações e afetos.

É evidente que ao brincar e participar do lúdico, a criança se desenvolve de forma integral, passa a conhecer o mundo e o meio ao qual está inserida. Com isso, o brincar não se trata apenas

de uma questão de diversão, mas de uma forma de educar, de construir e também de socializar.

Ainda assim, para que a criança possa se desenvolver e vivenciar a brincadeira é necessário que exista a presença de um profissional, o professor, este serve como um orientador e norteador, utilizando as brincadeiras como um propulsor educativo.

O professor é fundamental neste caso, pois ele favorece e promove a interação, além de planejar e organizar os ambientes para que o brincar possa acontecer. O educador se envolve ainda de forma participativa no brincar e estimula a competitividade e as atitudes cooperativas de todo grupo, com isso o professor cria na criança a vontade de brincar e de participar, facilitando assim a aprendizagem.

Conclui-se com isso, que é necessário garantir o direito à educação evitando-se qualquer tipo de exploração infantil, além de assegurarem-se espaços físicos e recursos materiais adequados para a garantia do brincar dentro das escolas de educação infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 de Nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB 020/2009, aprovado em 11/11/2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Relator Raimundo Moacir Mendes Feitosa. 2010.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

BRUNER, J. *Child's talk: learning to use language*. Nova York: W. W. Norton & Company, 1983.

DEBORTOLI, J.A.O. Imagens contraditórias das infâncias: crianças e adultos na construção de uma cultura pública e coletiva. In. DEBORTOLI J. A. O; MARTINS M.; MARTINS, S. (Orgs.). **Infâncias na metrópole.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FROEBEL, F. The education of man. In: HARRIS, W.T.(Ed.). The international series. New York- London: D. Appleton and Company, 1896, 1897. Vol 5.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KISHIMOTO, T. M. O jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação científica. Petrópolis: Vozes, 2009.

MELO, Luciana; VALLE, Elizabeth. O brinquedo e o brincar no desenvolvimento infantil. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 23, n. 40, p. 43-48, jan./mar.2005.

PIAGET, J. **A Formação do Símbolo na Criança:** imitação, jogo e sonho, imagem e Representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. **Crianças e miúdos:** perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Asa, 2004.

VELASCO, Calcida Gonsalves. **Brincar:** o despertar psicomotor. Rio de Janeiro: Sprit, 1996.

VYGOTSKY, Liev Semionovich. **Psicologia Pedagógica.** ARTMED, Porto Alegre: 2003.

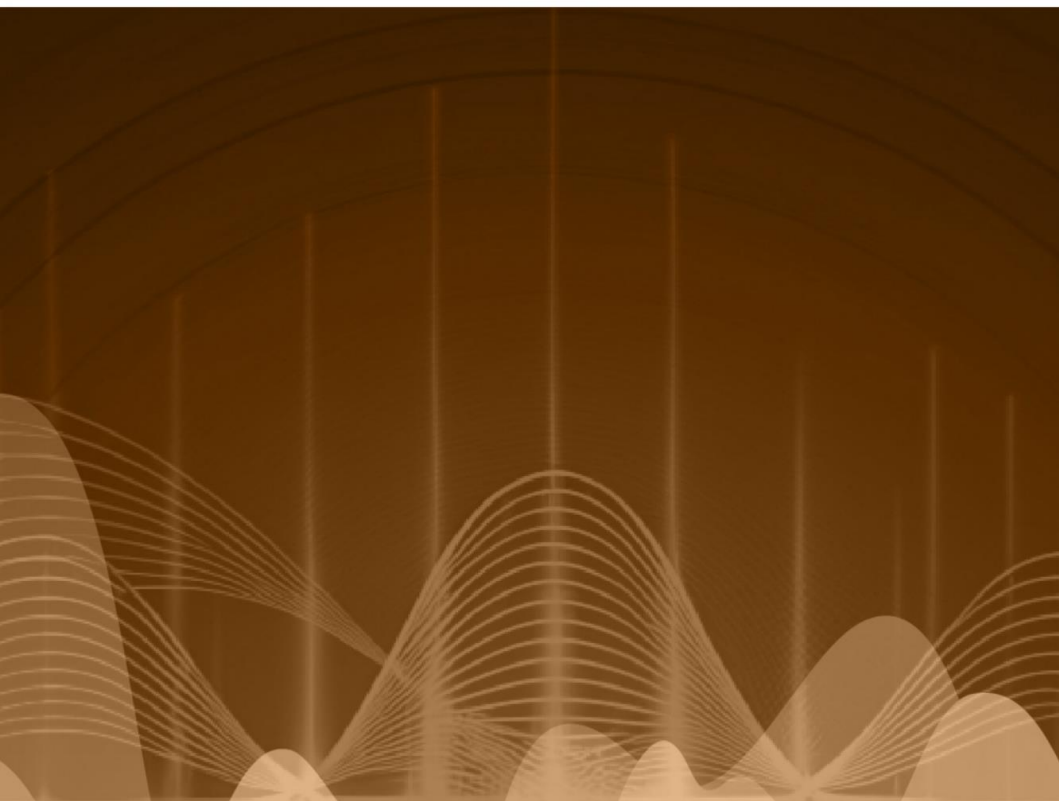
WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo.** 6 ed. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade.** s.e. Rio de Janeiro: Imago, 1975. 203p.

CAPÍTULO 9

LUDICIDADE E APRENDIZAGEM: A BRINCADEIRA NÃO PODE PARAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

**Rozeny de Araújo Feliciano
Esaú Patricio Fernandes Pereira**



LUDICIDADE E APRENDIZAGEM: A BRINCADEIRA NÃO PODE PARAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Rozeny de Araújo Feliciano¹⁸ / Esaú Patricio Fernandes¹⁹

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é averiguar de que maneira o lúdico pode ser aplicado como subsídio de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Dessa forma, esta pesquisa trata de demonstrar como a experiência das brincadeiras e do lúdico em geral pode proporcionar o aprendizado e proporcionar melhorias na prática docente.

Existe ainda no meio educacional, uma mistificação do uso do lúdico no cotidiano do ambiente escolar, onde recorre a ser visto como algo desnecessário, como isso se torna algo evidente devemos buscar formas de desmitificar esse entendimento no que concerne a utilização dos jogos lúdicos e apresentar sua relação no auxílio e na expansão do cognitivo, onde se faz necessário existir uma reflexão e estudo significativo sobre ele.

¹⁸Graduanda em Pedagogia. rozenyfeliciano2@gmail.com

¹⁹Pedagogo, Esp. em Docência do Ensino Superior, Educação Especial e Inclusiva, Psicopedagogia. E-mail: esaupereira734@educar.rn.gov.br

A brincadeira é um estímulo que, de forma indireta e direta estimula o ensino, a aprendizagem, a formação do senso crítico e a cooperação, dentre outros valores. No ambiente escolar, o lúdico é usado como uma ferramenta para desenvolver a aprendizagem significativa. Contudo, seu uso é restrito, muitas vezes, à Educação Infantil, como um facilitador emediador para a abordagem de conteúdo.

Desta forma tem-se em suma os alunos acreditam que é só brincar, eles vêm de educação infantil, acostumado no brincar, que realmente não é só brincar, pois tem-se todo um contexto de ensino e aprendizagem que perpassa e onde o discente aprende brincando.

A ludicidade é um meio de facilitar o processo de ensino-aprendizagem, pois através deste recurso o aluno é instigado a desenvolver o senso de experimentar, descobrir, elaborar, assimilar e assim contribuir para a construção intelectual da criança. O lúdico é uma ferramenta de grande valor significativo e qualitativo na aprendizagem, desse modo merece uma atenção especial por parte dos educadores que devem utilizar métodos eficazes que fortaleçam relações entre o docente e o discente.

Essa prática tem como intuito conscientizar o educador quanto ao recurso lúdico em uma versão clara dos jogos e brincadeiras para com o educando. Retratar rigorosamente sobre a direção da prática pedagógica que tenham como alusão ao lúdico. O professor tem a responsabilidade de direcionar

brincadeiras e jogos junto aos discentes, para que de fato o brincar possa cooperar de forma relevante no conhecimento do aluno. Sendo assim, o presente trabalho foi estruturado com a seguinte base: introdução, revisão de literatura, resultados e discussão, metodologia, considerações finais e referências utilizadas durante esta pesquisa.

REVISÃO DE LITERATURA

O estímulo através da brincadeira

O ensino por meio da ludicidade, especialmente nos primeiros anos, é crucial para a formação de cognições principalmente no que concerne ao aprendizado. A ação de brincar é inerente aos seres humanos, especialmente durante a infância. Estes quando se tornam adultos, muitas vezes nossas ações e comportamentos estão relacionados a situações que evidenciam e trazem à tona comportamentos e ações que foram moldadas através das atividades lúdicas. A compreensão sobre o que é ganho ou perda são lições aprendidas com esses subsídios.

No que diz respeito à estimulação do aprendizado, é crucial estabelecer novas pontes para a aquisição de conhecimento, empregando métodos que sejam de fato atrativos para o ensino das crianças.

As crianças, desde a antiguidade já brincavam com brincadeiras de construir edemolir, jogos de pular objetos e tantas outras atividades lúdicas. Ao longo da história, as atividades lúdicas foram sendo compreendidas e discernidas pela sociedade conforme a sua concepção de mundo. As famílias desenvolviam atividades lúdicas por meio das brincadeiras com suas crianças para oportunizar conhecimento, ensinando-os assim suas responsabilidades e obrigações. (Oliveira, 2010, p. 32).

Neste sentido, aparentemente o que ocorre o que concerne ao impedimento da formação eficaz e consciente da utilização dos jogos na interação com aprendizagem significativa é uma ideia preconceituosa de que o processo lúdico é apenas uma forma de distrair ou simplesmente aproveitar o tempo. Dessa forma, espera-se que o jogo seja usado de forma rápida, muitas vezes fora do contexto das práticas relevantes, sem um foco.

Diante de mudanças tão significativas no contexto social, é esperado um aperfeiçoamento nas práticas pedagógicas, inserindo a ludicidade não somente na fase da primeira infância, mas também no decorrer do Ensino Fundamental. É impossível pensar em aprendizagem sem atrelar a flexibilização entre o antigo e o novo, entre os professores e seus alunos.

O jogo é, portanto, sob as suas duas formas essenciais de exercício sensório motor e de simbolismo, uma assimilação do real à

realidade própria, fornecendo a este seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos da educação das crianças exigem todos que se forneça às crianças um material conveniente, a fim de que, jogando, elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores à inteligência infantil (Piaget, 1976, p. 160).

O que se torna relevante é que o uso de jogos em sala de aula deve estar a ser sempre sendo adequado a fatores que visam o pleno desenvolvimento dos discentes, em contextos distintos e únicos que possam ser trabalhados de acordo com os conteúdos pré-estabelecidos.

Os jogos podem ser utilizados em um trabalho mais dirigido por parte dos professores em que situações de aula, ou podem ser disponibilizados para que as crianças possam usar para brincar no horário do recreio ou em horários em que elas já tenham realizado propostas através da professora. Através dos jogos ajudamos os alunos não apenas a entender a lógica da nossa escrita e a consolidar o que eles já têm aprendido, como também a aprender a lidar com regras e participar em que atividades grupais. Enfim, conduzimos bons momentos para que os alunos aprendam brincando (ou, se quisermos pensar desse modo, brinquem aprendendo) (Morais; Albuquerque; Leal, 2005, p. 130).

No que diz respeito ao trabalho com o discente e a evolução das aulas, é possível despertar o aprendizado de regras para proporcionar e favorecer o trabalho de forma coletiva. Os movimentos lúdicos são utilizados para a difusão e ampliação dos sentidos. A ludicidade proporciona uma variação positiva que é refletida no comportamento e nas atitudes. Segundo Cebalos (2011, p. 34) Na aquisição de conhecimento, o que é mais relevante é o uso eficiente e consciente dos jogos para a ampliação do conhecimento.

A verdadeira indagação e preocupação é que a aprendizagem seja lúdica e criativa, na qual o prazer seja um constituinte da situação e da aprendizagem. O jogo tem se mantido no seu lugar devido a observação e ao favoritismo da aprendizagem. Sendo assim, apesar de o universo lúdico ser extremamente propício em relação ao espaço educativo, ele sempre foi, de certa forma, mal utilizado. Dessa forma:

(...) na pequena infância o corpo em movimento constitui a matriz básica da aprendizagem pelo fato de gestar as significações do aprender, ou seja, a criança transforma em símbolo aquilo que pode experimentar corporalmente, e seu pensamento se constrói, primeiramente sob a forma de ação, ao rolar, engatinhar, andar, correr, observar, imitar, criar, saltar, girar e brincar de faz de conta, a criança vai construindo sentidos sobre o mundo, atribuindo novos significados aos elementos da realidade e, também, definindo sua

identidade pessoal e coletiva, em um processo de produção cultural (Faria, 2016, p. 14).

É perceptível que o docente não é apenas um receptor ou um canalizador que transmissor de jogos e de brincadeiras. Mas, um agente ativo na disseminação de estímulos, como facilitados dos meios que levam aos conhecimentos.

Sendo assim, é relevante incentivar, desde a sinopse corporal, a coordenação motora ampla, a motora fina, o equilíbrio, a lateralidade e a organização do espaço temporal. Isso acontece na Educação Infantil. No entanto, é crucial que esse trabalho com o lúdico seja mantido também nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente para facilitar a transição.

Ludicidade e aprendizagem

O lúdico se apresenta como uma área de muito valiosa para a educação onde tem-se que a partir desse momento que a criança desenvolve habilidades em diversas partes e aprende com o momento de brincar. Os jogos e os brinquedos estão presentes e fizeram parte da vida do ser humano desde os tempos mais remotos.

Desta forma, para que lúdico seja parte da construção do movimento da aprendizagem significativa, se torna primordial que o docente estabeleça seus objetivos onde a brincadeira tenha um caráter além de pedagógico seja didático, promovendo o

desenvolvimento de habilidades intelectuais e motoras, além da interação social da criança com outras, criando laços afetivos e desenvolvendo novas conexões.

A importância do lúdico no espaço escolar é de caráter que promove situações e momentos de aprendizagem, sendo responsável em proporcionar diversos estímulos, num momento tão decisivo como à infância, fase em que ocorre o desenvolvimento da criança.

Apesar de amplamente discutida, o lúdico ainda se necessita de melhorias nas práticas educativas e na sua aplicação no cotidiano escolar que favoreça o ambiente, considerando sempre a melhoria nos resultados no decorrer do processo de Ensino e Aprendizagem. De acordo com isto Kishimoto (1994, p. 49) aborda que:

Por meio de uma aula lúdica, o aluno é estimulado a desenvolver sua criatividade e não a produtividade, sendo sujeito do processo pedagógico. Por meio da brincadeira o aluno desperta o desejo do saber, a vontade de participar e a alegria da conquista. Quando a criança percebe que existe uma sistematização na proposta de uma atividade dinâmica e lúdica, a brincadeira passa a ser interessante e a concentração do aluno fica maior, assimilando os conteúdos com mais facilidades e naturalidade.

Entende-se mediante este contraste que o sistema de alfabetização do aluno enquanto criança em fase escolar ainda

está sendo demarcado por aulas com pouca prática de atividades lúdicas e repetitivas. Embora tenhamos tido nas últimas décadas avanços com usos metodológicos e com as pesquisas no que diz respeito tanto a metodologias e a didática, desta forma a instituição de ensino necessita de estar atenta e sempre aberta a modificações que sejam necessárias ao desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem, principalmente no sentido de incorporar novas formas de transferir e abordar conhecimento. Para compor este pensamento Barbosa (2006, p. 121) aponta que:

O ambiente é fundamental na constituição dos sujeitos, por ser um mediador cultural tanto da gênese como da formação dos primeiros esquemas cognitivos e motores, ou seja, um elemento significativo do currículo, numa fonte de experiência e aprendizagem.

Os movimentos advindos do processo de ensino e aprendizagem atualmente, são marcados pela introdução de aulas com atividades lúdicas e cada vez mais inovadoras que venham a despertar o interesse do aluno, onde o educador vem aos poucos inserindo a sua prática educativa, sempre buscando inovações em sua maioria.

Onde na maioria dos casos, essa busca parte de seus próprios interesses profissionais, estimulados pela forma de desenvolver novos métodos de aprendizado em sala de aula.

Apesar dos avanços, ainda se fazem necessárias intervenções e melhoria de resultados no Processo de Ensino Aprendizagem. Ainda de acordo com Hoffmann (2012, p. 76):

Pode-se tomar como ponto de partida, para iniciar atividades ou projetos pedagógicos, temas que sejam significativos às crianças, em um dado momento, noções referentes à área de conhecimento, brincadeiras diversas, a exploração de materiais, visitas, etc.

É evidente que o docente deve considerar as necessidades da criança, o seu ambiente familiar e educacional, além das suas vivências cotidianas, onde a inserção do lúdico nesse processo deva ser uma atividade complementar à “atividade pedagógica” e não como passa tempo em sala de aula.

A brincadeira nos anos iniciais do ensino fundamental

Levando em consideração o fato de que toda e qualquer atividade educativa requer planejamento, tem-se que se faz necessário que o docente esteja a par das reais necessidades e particularidades do seu alunado nas mais diversas etapas de ensino, sempre buscando a melhor forma e mais condizentes atividades que proporcionem prazer em aprender e aí que se insere de forma ativa a ludicidade e as brincadeiras, sempre de encontro com os objetivos e competências que são almejados.

De acordo com Bressam *et al.* (2015, p. 71) “acredita-se na importância de uma prática educativa lúdica. Embora, ne faça necessário considerar como ponto de partida e de chegada como essas relações são visíveis na escola.”

As atividades lúdicas na escola precisam ser vistas como elementos fundamentais para o desenvolvimento infantil, contribuindo para a aprendizagem e formação das crianças no momento em que estão inseridas no contexto das atividades propostas pelo(a) professor(a), na organização da sala de aula e da escola, imersas nos conteúdos da grade curricular de forma que sejam atividades praticadas não com um intuito único de se divertir, ou de criar, ou de se movimentar, ou de aprender determinado conteúdo (Vargas; Zavelinski, 2011, p. 21).

Quando se trata de crianças intrinsecamente o que vem a mente em primeiro momento são jogos e brincadeiras e de fato são características e necessidades de toda e qualquer criança, e assim é importante que o professor enquanto educador busque se efetivar nessas práticas e inserir essas “necessidades” no cotidiano dos seus alunos.

Os estudiosos Pereira e Bonfim (2016, p. 223) trazem: “a ludicidade, além do aporte metodológico que oferece ao educador, permite benefícios pessoais como o estímulo à criatividade, à imaginação, à expressividade, à fantasia, ao

autoconhecimento e ao cuidar de si.” Indo de encontro com esse pensamento temos Silva (2015, p. 275) ao tratar que o:

Planejar o jogo pedagógico e incluí-lo na rotina semanal são estratégias necessárias para conhecer suas instruções, quais as áreas que aborda e que favorecem a aprendizagem e/ou o aprofundamento de conceitos, as habilidades e quais procedimentos poderão ser desenvolvidos por meio do jogo.

Neste sentido tem-se que ao jogar e praticar atividades lúdicas os alunos estabelecem diversas relações e emoções positivas além de aprimoramento de conceitos, onde a mesma além disso consegue traçar caminhos que em sua maioria acabam definindo em parte a sua personalidade. Bem como o processo de cumprimento de regras o que se torna benéfico para a sociedade em que estamos inseridos. Pereira e Bonfim (2016, p. 227) corroboram ao trazer a seguinte reflexão:

Na atividade lúdica, o professor assume um papel fundamental nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, pois é ele quem vai mediar a construção do conhecimento, proporcionando à criança um ambiente rico de possibilidades expressivas e criativas.

Nesta perspectiva, ao conceber as atividades lúdicas como recurso metodológico que viabiliza a aprendizagem, temos que a criança passa a ter mais prazer em aprender, além de fazer parte

do processo de ser o próprio autor da sua aprendizagem. Sendo assim, é entendido que o ambiente escolar é oportuno para as experiências e vivências do lúdico no seu dia a dia em sala de aula e quando utilizado adequadamente tem um papel de suma importância na aprendizagem dos alunos.

A partir do que foi exposto até aqui ter-se que o docente deve inserir tais atividades em seu planejamento, para que as necessidades dos alunos sejam atendidas de forma significativa e para além da creche ou pré-escola, tem que ser adotado também como recurso nos anos iniciais pois se torna indispensável essa continuidade para o pleno desenvolvimento dos alunos nesta etapa de ensino.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo em questão trata-se de uma pesquisa bibliográfica, onde considera-se como instrumento de coleta de dados pesquisas em sites, revistas, livros, artigos e outros meios disponíveis na internet, onde Segundo Ferreira (2002), pesquisas e estudos desenvolvidos nesta área se amplificaram nos últimos 20 anos e presentemente é um campo de pesquisa atuante em diversas áreas do conhecimento. Segundo Cervo e Bervian (1976, p. 69):

Qualquer tipo de pesquisa em qualquer área do conhecimento, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação em questão, quer para a fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa.

Sendo a pesquisa bibliográfica um meio fundamental para obtenção de novas informações que enriquecem o trabalho, proporcionando mais conhecimentos acerca do tema, logo este foi o primeiro passo para a pesquisa. O tipo de natureza da coleta de dados, foi o qualitativo. Sobre pesquisa qualitativa, Neves (1996, p. 1) aponta que:

Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir, daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados.

Este tipo de estudo tem ajudado na troca de conhecimento e intercâmbio entre pesquisadores e instituições a fim de otimizar a pesquisa e a pluralidade de conhecimento em vários aspectos, desta forma buscando atualização por base em novas pesquisas e trabalhos disseminados no meio educacional que enfoquem o tema abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente artigo possuiu como principal motivação e justificativa para escolha desta temática se deu devido ao reconhecimento da relevância da inserção do lúdico no âmbito escolar no ensino fundamental, desta forma a pesquisa aqui proposta possui relevância e se faz necessário abordar, investigar e tratar a importância do lúdico no ensino fundamental.

O intuito deste trabalho e investigação foi analisar a pertinência da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem nos anos iniciais e, especificamente, buscou-se identificar se o lúdico influencia diretamente no processo de ensino e aprendizagem e verificar os benefícios das atividades lúdicas para os anos iniciais.

Das possibilidades de reflexão presentes neste estudo sobre a ludicidade nos anos iniciais, concluiu-se que o lúdico tem sido trabalhado e utilizado pelos educadores também nos anos iniciais, este tipo de instrumento favorece a aprendizagem e o processo de alfabetização das crianças da instituição, além de ajudar a cumprir os objetivos propostos na área de ensino, assim as ações pedagógicas que possuem um viés lúdico são essenciais para que elas ampliem seus conhecimentos, através dos jogos, brinquedos e brincadeiras.

Com isso, constata-se que a ludicidade tem contribuído de forma satisfatória para a melhoria da aprendizagem de crianças

nos anos iniciais. De forma dinâmica e criativa é possível compreender que os educadores têm tentando conduzir suas ações lúdicas, valorizando-as, com grande relevância no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para desenvolvimento de habilidades e potencialidades, priorizando o processo de alfabetização das crianças.

A ludicidade deve ser considerada uma parte fundamental na vida das crianças, não só pelas brincadeiras e jogos, mais também pelo conhecimento que é adquirido nesse processo. Portanto, este estudo constatou que ensinar ludicamente através de jogos e brincadeiras torna a aprendizagem prazerosa e interativa, proporcionando um aprendizado de maneira agradável e estimulante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo expor acerca da relevância do lúdico nos primeiros anos de vida, evidenciando que a ludicidade é crucial para o desenvolvimento integral e humano do estudante enquanto criança, uma vez que brincar é viver e aprender. A pesquisa em questão nos leva a refletir sobre a relevância do lúdico no processo de ensino e aprendizagem, enfatizando a importância para o progresso da criança em sala de aula.

Neste sentido o brincar trabalha e melhora o senso crítico, a justiça e o saber respeitar às regras. Proporcionando momentos

de aprendizado positivos de maneira prazerosa, quando aplicado de maneira séria e adequada em sala de aula. A troca de experiências no jogo auxilia na prevenção e no diagnóstico de dificuldades de aprendizagem, bem como no seu progresso na sociedade e no ambiente escolar. É dever da instituição de ensino destacar, por meio de iniciativas, a importância do uso do jogo na aprendizagem crítica do estudante durante o processo de ensino.

Esta pesquisa é curta para refletir sobre a temática da ludicidade durante o período escolar como um meio de desenvolver a capacidade crítica e o desenvolvimento das habilidades, enfatizando que o processo lúdico é amplo e deve ser sempre considerado. O artigo então demonstrou que a ludicidade é importante para que as crianças enquanto alunos e cidadãos venham a compreender e serem sujeitos ativos na construção dos seus conhecimentos.

Logo, a ludicidade proporciona condições de ensino e aprendizado, além de proporcionar prazer, o que contribui para o crescimento como pessoa humana e melhora a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, pois ajuda a desvendar problemas, diminuindo as dificuldades e facilitando a interação entre educador e educando.

Dessa forma, introduzir o lúdico nos anos iniciais fundamental é permitir que o aluno aprenda os conteúdos curriculares de forma dinâmica, participando ativamente do processo de aprendizagem, deixando de ser apenas um

observador passivo, uma vez que estes alunos estão em processo de formação e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRESSAN, João Carlos Martins; CARNEIRO, kleber Tuxen; SILVEIRA, Viviane Teixeira. O Jogo e sua Dinâmica Lúdica: As Relações de Ensinar e Aprender nas Concepções de Professoras Atuantes Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. **Educação Física em Revista**, v. 9, n. 2, 2015.

CEBALOS, N. M.; MAZARO, R. A. **Atividade lúdica como meio de desenvolvimento infantil** (Brasil) 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **A pesquisa: noções gerais**. Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários. São Paulo, 1976.

FARIA, D.C. Psicopedagogia na Instituição educativa: a creche e a pré-escola. In: SISTO (Org.). **A atuação psicopedagógica escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da arte”. **Educação & Sociedade**. Ano XXIII, nº 79, agosto/2002. Disponível em. Acesso em 21 de novembro de 2022.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: MEDIAÇÃO, 2012.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São
[223]

Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.

PEREIRA, Lucia Helena Pena; BONFIM, Patricia Vieira. Ludicidade e Formação da Criança no Primeiro Ano do Ensino Fundamental. **Educação e Foco**, Juiz de Fora, v. 20, n. 3, p. 215-236, nov. 2015/ fev. 2016.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo**. São Paulo: Zanhar, 1976

MORAIS, S.L; ALBUQUERQUE, M.S e LEAL, L.J. **Mudanças didáticas e pedagógicas nas práticas de alfabetização: que sugerem os novos livros didáticos? que dizem/fazem os professores?** Relatório Final de Pesquisa dirigido ao CNPq. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa - Características, Usos e Possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, J. R. **O prazer de aprender brincando**. Niterói: Ática, 2010.

SILVA, Léa Stahlschmidt P. A Dimensão Lúdica na Criança e seu Espaço tempo na Escola. **Educação e Foco**, Juiz de Fora, Edição Especial, p. 261-277, fev 2015.

VARGAS, Jamily Charão; ZAVELINSKI, Angélica Lopes. Práticas Docentes no Ensino Fundamental: Reflexões Sobre o Brincar e o Estudar. **Revista Didática Sistêmica**, v. 13, n. 2, 2011.

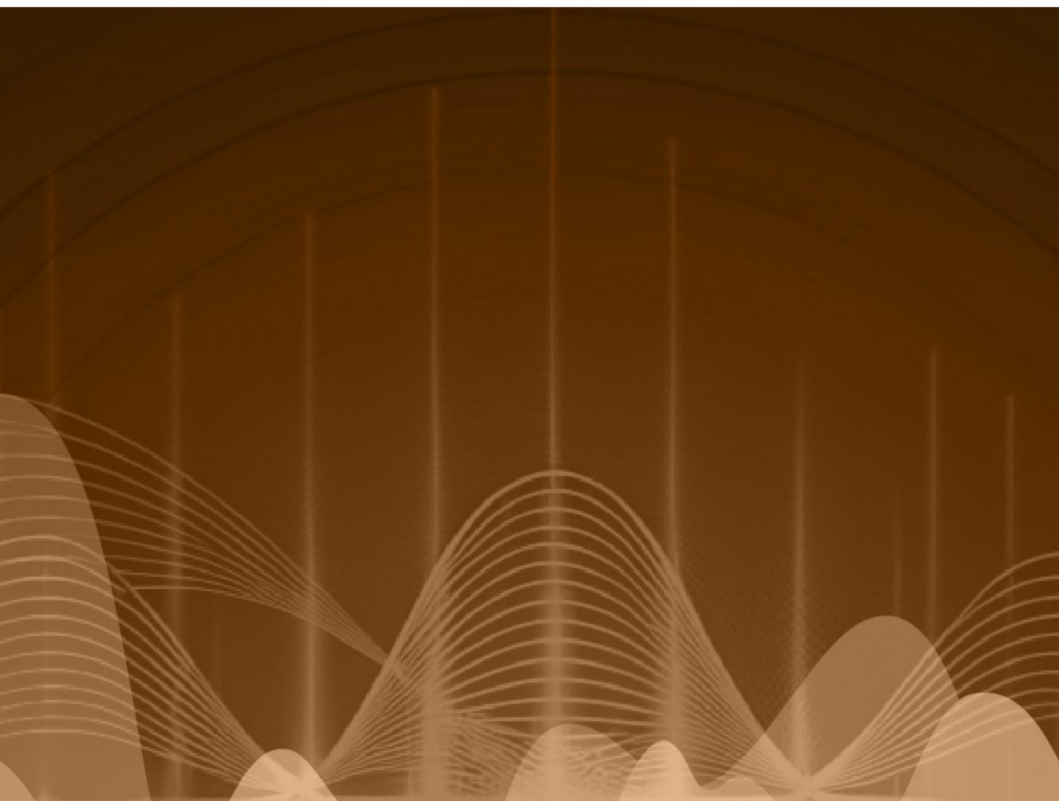
CAPÍTULO 10

GESTÃO ESCOLAR E DEMOCRÁTICA: OS BENEFÍCIOS DA GESTÃO DESCENTRALIZADA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Silvana Heloísa dos Santos Pontes

Esaú Patrício Fernandes Pereira

Niara Pereira dos Santos de Araújo



GESTÃO ESCOLAR E DEMOCRÁTICA: OS BENEFÍCIOS DA GESTÃO DESCENTRALIZADA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

**Silvana Heloísa dos Santos Pontes²⁰, Esaú Patrício Fernandes
Pereira²¹ / Niara Pereira dos Santos de Araújo²²**

INTRODUÇÃO

O artigo aqui apresentado trata-se do trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia/EaD da Faculdade do Maciço de Baturité - FMB como requisito parcial a obtenção do título de licenciatura em Pedagogia EaD, sendo esta uma oportunidade de grande valor para conviver e assim relacionar os mais diferenciados aprendizados que correlacionam a teoria e a prática, teoria esta obtida durante o curso de graduação em pedagogia da Faculdade Maciço do Baturité (FMB).

²⁰Graduanda em Pedagogia. silvanapontes708@gmail.com

²¹Pedagogo, Esp. em Docência do Ensino Superior, Educação Especial e Inclusiva, Psicopedagogia. E-mail: esaupereira734@educar.rn.gov.br

²²Graduada em História/Licenciatura e em História/Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Mestranda em Educação Profissional no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP).

O artigo aqui descrito tem como tema a gestão escolar democrática e a descentralização nas escolas públicas onde tem-se que para atuar na gestão escolar de forma ativa e tornar-se um dos protagonistas da educação pública de qualidade há que se valer de um exercício diário de equilíbrio e estudo, sem perder o foco naquilo que é fundamental, a competência em mediar os conhecimentos e colaborar para que os sujeitos sejam mais críticos e autônomos em seus pensamentos e atitudes.

É notório que uma Gestão respaldada na Democracia deriva de uma democratização de todas as instâncias que compoem a escola, de forma que garanta uma participação ativa e protagonista da comunidade na escola.

Além disso, somente intuição e boa vontade, no entanto, não formam um bom profissional da Educação, e obtive esse discernimento de modo bastante intenso durante o período de estágio, na qual atuei ativamente das mobilizações, discussões, reuniões, participações e observações. É preciso muito preparo, dedicação e competência pra transpor os diversos limites e desafios que tangencia a educação, sobretudo, a educação pública.

Nesse sentido e visando os objetivos deste trabalho, serão trabalhados os conceitos da Gestão Escolar e da Gestão Escolar Democrática, pensando nas escolas públicas e no papel que o professor possui dentro deste ambiente.

Assim este artigo está dividido capítulos, com a revisão de literatura, em seguida temos a metodologia, os resultados e discussão, as considerações finais e referências utilizados para a construção deste trabalho.

REVISÃO DE LITERATURA

Os Fundamentos da Gestão Escolar

A Gestão Democrática foi um importante marco no ensino nacional, além da Constituição Federal e da LDB, os dois Planos Nacionais de Educação, em 2001, com a Lei nº 10.172 (Brasil, 2001) e, em 2014, com a Lei nº 13.005 (Brasil, 2014a), mantendo a Gestão Democrática como o cerne das políticas educativas. Cabe destacar que o PNE definiu o princípio da Gestão Democrática na educação pública como uma diretriz no artigo 2º, VI. As metas 7 e 19 abordam o tema (Brasil, 2014), tratando da qualidade do ensino básico e mantendo como estratégia:

Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no 7 planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática (Brasil, 2014, p. 23).

No mesmo documento (PNE), a meta 19 apresenta que:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (Brasil, 2014, p. 25).

Entende-se com isso que a Gestão Escolar Democrática é de crucial importância nos espaços escolares, visando melhorar a educação, possibilitar a organização, a mobilização e a articulação que permitam os processos sociais e educacionais, voltados ao aprendizado e à comunidade escolar, democratizando a educação.

A Gestão Democrática é uma dinâmica política, em que os agentes identificam dificuldades, refletem e deliberam sobre elas, acompanham e avaliam as ações realizadas. Tudo se faz com base no diálogo e no entendimento que existem especificidades técnicas que demandam a participação de outros segmentos da comunidade, devendo ser respeitadas as decisões construídas em grupo. Em suma, a Gestão Escolar compreende o processo democrático, voltada à efetiva participação de todos e buscando desenvolver a instituição.

Conforme Lück (2007) destaca que a Gestão Escolar Democrática seria um valor mundial, apesar de nem sempre ser incorporado à práxis social global e educacional. Não há dúvidas sobre sua relevância como elemento da participação comunitária

e de formação cidadã. É de crucial importância na construção de uma sociedade com mais justiça e igualdade, sendo uma fonte de humanização. Cabe destacar que a igualdade de oportunidades ainda é um princípio liberal que não se efetivou completamente.

A Gestão Democrática

O princípio da gestão democrática inclui a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de forma a garantir qualidade para todos os alunos. O processo de gestão deve coordenar a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação nas escolas em específico.

Dirigir e coordenar o andamento dos trabalhos, o clima de trabalho, a eficácia na utilização dos recursos e meios, em função dos objetivos da escola; assegurar o processo participativo de tomada de decisões e, ao mesmo tempo, cuidar para que essas decisões se convertam em ações concretas; assegurar a execução coordenada e integral das atividades dos setores e elementos da escola, com base nas decisões tomadas coletivamente; articular as relações interpessoais na escola e entre a escola e a comunidade (incluindo especialmente os pais) (Libâneo, 2004, p. 215-216).

Indo além, é necessário discutir a importância da articulação das diretrizes e políticas educacionais públicas, e ações para implementação dessas políticas e dos projetos pedagógicos das escolas. Esse projeto deve estar compromissado

com os princípios da democracia e com um ambiente educacional autônomo, de participação e compartilhamento, com tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados, acompanhamento, avaliação e retorno de informações (Lück, 2007).

Segundo Paro (2008) apresenta a ideia de administração escolar inspirada na cooperação recíproca entre os homens e na construção não-linear. Defende que a escola precisa de um novo estilo de direção que busque o coletivo, e que seja gerida sem os constrangimentos da gerência capitalista, em decorrência do trabalho cooperativo de todos os envolvidos no processo escolar, em direção ao alcance de seus objetivos verdadeiramente educacionais.

Vasconcellos (2009) apresenta a proposta de uma direção com a responsabilidade de elo integrador e articulador dos vários segmentos, internos e externos, da escola. Nestes termos Vasconcellos (2009) dicorre que, cabe ao diretor fazer a gestão das atividades, para que o projeto da escola aconteça de forma a propiciar uma educacional funcional. Para ele, um grande perigo é o diretor se prender à tarefa de “fazer a escola funcionar”, deixando de lado seu sentido mais profundo de gestão escolar.

Entende-se com isso, que o papel de gestor e da gestão não se trata de um papel puramente burocrático-administrativo, mas sim de uma tarefa de articulação, de coordenação e intencionalidade, que, embora suponha os aspectos

administrativos, vincula essencialmente o diretor à gestão pedagógica da escola.

A gestão democrática nas escolas

A gestão democrática nas escolas, se inicia mediante a ação das políticas públicas para execução dentro das instituições de forma a ser efetiva dentro das mesmas, com isso no Brasil, a Gestão Democrática escolar se encontra atualmente amparada em vários documentos públicos legais, como a Constituição Federativa de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEM/9394/96.

É evidente que a gestão democrática possui certos princípios que fundamentam a ideia de conduzir uma instituição coletiva a partir da ideia de todos, assim é notório para que a gestão democrática se efetive requerer a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar nas interações do dia a dia, seja na contribuindo com as reflexões teóricas e filosóficas, seja no planejamento conjunto das ações de curto, médio e longo prazo.

É comum pensarmos na gestão democrática como coletiva, porem cada indivíduo desempenha um papel tanto coletivo quanto singular, essencial para assegurar que a prática educativa e pedagógica esteja alinhada com os princípios filosóficos que dão forma à instituição escolar.

A LDB menciona como um princípio, “a gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e das legislações dos sistemas de ensino” (Art. 3º, inc. VIII) pela qual ainda define a “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em Conselho de escola ou equivalente” (Art. 15, inc. I e II).

Além destes dois documentos norteadores a Gestão Escolar Democrática, também está garantida dentro do Plano de Educação Nacional (PNE), promulgado em 2001, no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), evidenciado em 2007 pelo poder executivo e no Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), promulgado em 2014.

Estes documentos apresentam a importância da gestão democrática como um dos princípios orientadores da atual educação brasileira e como esta deve ocorrer dentro das instituições públicas escolares, na tentativa de garantir não só o acesso dos estudantes à escola pública, mas também, capacitar os estudantes a quererem permanecer na escola e que tenham uma educação básica de qualidade.

[...] a gestão democrática no sistema educacional público abre possibilidades para que se construa uma escola pública de qualidade, que atenda aos interesses da maioria da população brasileira, além de representar uma possibilidade de vivência e

aprendizado da democracia, podendo, portanto, tomar um sentido diferenciado do proposto pelos fazedores de política (Marques, 2007, p. 27).

Assim a gestão democrática escolar, além de ser instaurada pelas políticas públicas, deve ser entendida como o meio de abrir a escola à participação dos sujeitos escolares e da comunidade escolar no geral, não perdendo de vista as metas educacionais e os objetivos da educação pública.

A gestão democrática permite estar em sintonia com as mudanças sociais e a realidade da comunidade escolar de cultural e social. Assim, para superar práticas pedagógicas que possam parecer ditatoriais, onde mediante isso é interessante entender de acordo com Spósito (2002) ao conceber a gestão democrática:

um instrumento de transformação das práticas escolares” [...]. Este é o seu maior desafio, pois envolverá, necessariamente, a formulação de um novo projeto pedagógico. A abertura dos portões e muros escolares deve estar acompanhada da nova proposta pedagógica que a exige. Se as escolas não estiverem predispostas a essa mudança, a gestão e a melhoria da qualidade serão expressões de qualquer conteúdo substantivo (Spósito, 2002, p. 55).

Com isso, a implementação da gestão democrática nas escolas publicas constitui-se no envolvimento crítico, coletivo e participativo da comunidade escolar (o gestor, especialistas,

alunos, pais, professores, funcionários e demais membros), tanto no fazer a gestão como na construção das demais demandas da escola, como a proposta política pedagógica e o currículo escolar respaldado na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, comprometida e afinada com a formação integral dos estudantes e a democratização do espaço público escolar.

Os benefícios da gestão descentralizada nas escolas públicas

A descentralização, assim como a flexibilização administrativa são características e fatores que naturalmente fazem parte das metodologias de planejamento que são sugeridas pelas agências internacionais de educação e pelo próprio Governo Federal na atualidade.

De qualquer forma, alguns aspectos que são apresentados nos processos de incorporação da gestão democrática estão no fato de que parecem e o são mais participativos, por contemplarem a desconcentração de certas decisões e a descentralização dos serviços, com isso, vem sendo sistematicamente adotadas nas reformas administrativas no setor educacional.

De acordo com Luck (2000), acerca da relação entre descentralização, democracia e autonomia, assegura que:

Muito embora as concepções de descentralização, democratização da gestão escolar e autonomia da escola sejam parte de um mesmo corolário, encontramos certos sistemas que buscam o desenvolvimento da democratização da gestão escolar, sem pensar na autonomia do estabelecimento de ensino e sem descentralizar poder para a mesma. Ou que pensam em construir sua autonomia, sem agir no sentido de criar mecanismos sólidos de sua democratização, em vista do que, paradoxalmente, se pode criar a autonomia do autoritarismo local. Por outro lado, ainda, observa-se o esforço de alguns sistemas de ensino, no sentido de desenvolver nas escolas os conceitos de democratização e autonomia, de modo centralizado, o que implica uma contradição paradigmática muito comum, que faz com que os esforços se anulem. Isso porque é comum a prática de se incentivar a promoção de mudanças de cima para baixo, na hierarquia funcional, de modo que a mudança pretendida é proposta para a escola, não sendo absorvida e praticada por quem a propõe. Em vista disso, sendo implantada linearmente e contrariamente ao seu espírito e propósitos estabelecidos (Luck, 2000, p. 17).

Assim sendo, a descentralização na educação se faz à medida que se compreende a importância da participação da comunidade escolar nas decisões da instituição e da autonomia garantida à essa comunidade local e, com isso, favorecendo democratização, mas, também, a gestão de recursos. Segundo Barroso (1997):

É preciso reconhecer que a descentralização tem sido praticada tendo como pano de fundo não apenas essa perspectiva de democratização da sociedade, mas também a de promover melhor gestão de processos e recursos e, ainda, como condição de aliviar os organismos centrais que se tornam sobrecarregados com o crescimento exponencial do sistema educativo e a complexidade das situações geradas, que inviabilizam o controle central (Barroso, 1997 *apud* Luck, 2000, p. 17).

A importância atribuída à autonomia educacional, entendida como descentralização administrativa e financeira na gestão da educação, em todos os níveis da Federação, na atualidade, fundamenta-se numa tentativa de reestruturação do sistema de ensino que influa nos seus objetivos, funções, atribuições e competências. Essa parece ser, todavia, a tendência dominante na gestão não só educacional, mas em todos os ramos produtivos ou de serviços no momento.

Esses princípios são conquistados de forma gradativa, quando se obedece à organização da sociedade e do Estado, do qual ambos influenciam diretamente na maneira de se conceber as políticas educacionais, refletindo diretamente na democratização escolar, cujas práticas de gestão vão se construindo e reconstruindo com maior participação da sociedade.

É evidente que o processo de descentralização no Brasil está inserido no contexto que é envolto na transformação do

sistema federativo em que se estabelece o princípio da descentralização administrativa e política, como dispõe o art. 18 da Constituição Federal: “A organização-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta constituição” (Brasil, 1988).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico será apresentado a metodologia que foi aplicada na pesquisa que serviu para embasamento de todo o trabalho, de forma que a abordagem se deu de maneira qualitativa e com caráter bibliográfico. Neste sentido foi empregado um levantamento bibliográfico sobre a temática a fim de fomentar e embasar a atualidade da temática, a justificativa, a relevância e a pertinência do tema mediante todo o contexto e momento da educação no Brasil. A presente abordagem de pesquisa foi desenvolvida e ocorreu a partir da abordagem de natureza qualitativa encontrados em bancos de dados na internet.

Nesse modo, pode-se entender que a ciência e a pesquisa devem buscar ampliar o conhecimento já disposto e circundante na sociedade, a fim de desenvolver um olhar crítico sobre a realidade, para que haja a sua indagação e a sua intensa

(re)construção, de tal modo, a proporcionar e a sanar as curiosidades dos seres humanos (Mendonça, 2017).

A abordagem qualitativa tende a abarcar e compreender um estudo com base em materiais que se concentrem no tema da pesquisa, no momento atual, há inúmeras pesquisas científicas sendo feitas no campo educacional, no qual tem-se como objeto de estudo a interpretação e a observação do cotidiano da escola e da sala de aula.

Nesse contexto, Martins (2000) discute que:

As Ciências Humanas não são, portanto, uma análise daquilo que o homem é na natureza, mas, antes, porém, uma análise que se estende daquilo que o homem é, na sua positividade (vivendo, falando, trabalhando, envelhecendo e morrendo), para aquilo que habilita este mesmo homem a conhecer (ou buscar conhecer) o que a vida é, em que consiste a essência do trabalho e das leis, e de que forma ele se habilita ou se torna capaz de falar. (Martins, 2000, p. 51-52).

Vale ressaltar que a pesquisa tem caráter bibliográfico. Com isso, a pesquisa bibliográfica se configura como “[...] um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (Lima; Mioto, 2007, p. 38). Dessa maneira, as autoras apresentam que:

[...] a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas (Lima; Mioto, 2007, p. 43).

Assim é pertinente que a pesquisa bibliográfica se difere da revisão bibliográfica, pois a mesma:

[...] é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente (Lima; Mioto, 2007, p. 44).

Mediante isso temos que o presente trabalho possui respaldo bibliográfico pesquisado com base no enfoque qualitativo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a recente redemocratização do país que decorreu nos anos 80, a sociedade brasileira passou por um processo de reorganização em diversos campos, como: econômico, social e político, sendo uma nova Constituição promulgada em 1988,

onde a mesma veio sem dúvida expressar esse momento histórico, e propiciar a transição entre ditadura e a democracia brasileira. No que diz respeito a educação, surgem novas orientações, que o sistema de ensino seja pautado na ética, na transparência e principalmente em ações de gestões descentralizadas.

Esse tema de gestão democrática conforme se expressa na Constituição Federal de 1988 está presente no art. 206, na seguinte forma: “[...] da gestão democrática do ensino público na forma da lei, garantindo os princípios de participação de representantes da comunidade” (Brasil, 1988).

Mediante os princípios de participação da comunidade escolar com seus devidos representantes ativos na gestão escolar, onde com este tipo de ação poderia trazer democracia na tomada de decisões dentro da instituição escolar, antes disso as ações poderiam ser apresentadas e interpretadas como prontas para serem executadas pela comunidade escolar, onde com a nova constituição a educação passaria agora por mudanças, a comunidade deve ter oportunidades de participação nas discussões, para que juntos determinem as melhores opções e caminhos a se seguir.

Mediante a pesquisa, podemos entender que há uma descentralização do poder, onde as responsabilidades com as ações a serem desenvolvidas, são compartilhadas por todos dentro da instituição, é uma atitude que leva autonomia e

responsabilidade, por parte de todos, não ficando somente a cargo da pessoa que, naquele momento, está na gestão ou a frente para tomar decisões, de forma que se um erra, todos erram ou se todos acertam, um também acerta, refletindo em tomadas de decisões eu refletem diferente olhares, possibilidades e formas de conseguir chegar a decisões únicas e gerais.

Uma vez trabalhando que as instituições desenvolvam suas ações respaldadas com base no princípio da gestão democrática, as mesmas experimentariam mudanças significativas, que segundo, Luck (2010), melhoraria o profissionalismo e desempenho dos professores, contribuindo para oferta de uma educação, pautada nas necessidades da comunidade, como também, promoveria uma maior aproximação e comunicação entre os profissionais que trabalham na mesma escola.

Em conformidade com Oliveira (2007), temos que a gestão democrática busca se respaldar e se fundamentar em três princípios, sendo eles: a credibilidade, a legitimidade e a competência. Desse modo, as estratégias de ação devem ser elaboradas com base nesses princípios norteadores, de modo que possa proporcionar uma administração aprimorada e fundamentada em bases sólidas, que garantam qualidade ao ambiente educativo e dos serviços prestados pela instituição junto a comunidade.

Com base nisso, fomentar a estrutura de uma escola pública com base na gestão democrática de qualidade, muitas vezes não sai do papel, mas categoricamente alguns gestores tentam viabilizar a gestão democrática dentro das instituições.

Com respaldo nos resultados obtidos, temos que a implementação da gestão democrática pode acontecer cada vez mais dentro da educação, mais precisamente nas escolas, a partir do diálogo entre a comunidade escolar e gestores, possibilitando construir conhecimento e criticidade perante os fatos e a vida de maneira geral. Percebe-se com isso que o diálogo é fundamental para uma gestão transparente, pautada no compromisso social e na cidadania, pensando no bem-estar dos alunos e da comunidade escolar de um modo geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da realização do estágio o qual foi uma experiência desafiadora em nosso processo de formação e em toda a prática enquanto futura profissional da área pedagógica, sendo um momento do qual permitiu que articulássemos nossos conhecimentos teóricos em relação ao nosso desenvolvimento como estudantes do curso de pedagogia e membros atuantes da educação no país.

Ao fim a experiência vivenciada permitiu-me pensar, primeiramente, nos desafios que cercam o ambiente escolar, e em certa medida, afetam o processo de ensino-aprendizagem.

E tive desta forma me senti instigada a pesquisar sobre a temática, assim configuram-se como fatores de desafio: o nível cultural e social dos alunos da escola pública, por vezes menos favorecidos social e culturalmente; o modo como são conduzidas, avaliadas ou adotadas as políticas educacionais propostas pelos governos federal, estadual e/ou municipal; a resistência de muitos professores e comunidade escolar em relação a estas políticas; a desvalorização do profissional em educação; bem como os equívocos de interpretação e as contradições dos PCNs, os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Diante de tais desafios, salienta-se a necessidade de reafirmar o compromisso ético de refletir sobre essas questões e elaborar estratégias de transpor os limites gerados por esses entraves, uma vez que assumirei a responsabilidade do título de licenciada.

REFERÊNCIAS

BARROSO, João. Perspectiva crítica sobre a utilização do conceito de qualidade do ensino: Consequências para a investigação. In: ESTRELA, Albano (Org.) et al. **Contributos da Investigação Científica para a Qualidade do Ensino**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. (2014). Lei nº 13.005/2014. **Plano Nacional de educação – PNE**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 18 de Nov. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática** 5. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálýsis**, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvvhc8RR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 de dez. 2023.

LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LÜCK, Heloísa. (Org.). **Gestão escola e formação de gestores**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, 2000.

MARQUES, L. R. **A descentralização da gestão escolar e a formação de uma cultura democrática nas escolas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

MARTINS, Joel. A pesquisa qualitativa. In: JUNIOR, Celestino Alves da Silva Junior; FENELON, Dea; MASINI, Elcie; FRIGOTTO, Gaudêncio; MARTINS, Joel; ANDRÉ, Marli; NORONHA, Olinda; LUNA, Sérgio; GAMBOA, Silvio; Ivani Fazenda (organizadora).

Metodologia da pesquisa educacional. 6 ed. São Paulo, Cortez, 2000.

MENDONÇA, Priscilla Bibiano de Oliveira. A metodologia científica em pesquisas educacionais: pensar e fazer ciência. **EDUCAÇÃO**, v. 5, n. 3, p. 87-96, 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/4020>. Acesso em: 21 de dez. 2023.

PARO, Vítor Henrique. Estrutura da escola e educação como prática democrática. In: CORREA, Bianca C.; GARCIA, Teise O. (Org.). **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008.

SPÓSITO, M. P. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, J. B. (Org.). **Gestão democrática**: Rio de Janeiro: DP&A, SEPE, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico – do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

A Faculdade Metropolitana Norte Riograndense (FAMEN) é credenciada pela Portaria nº 665/MEC, publicada no Diário Oficial da União em 22 de março de 2019. Entre as atividades vinculadas ao ensino superior, a Faculdade oferece serviços acadêmicos da EDITORA FAMEN que objetiva a difusão de conhecimento por meio de e-books, livros impressos, periódicos (revista científica e jornal eletrônico), anais de eventos e repositório institucional, sendo vinculada à Diretoria de Pesquisa da Faculdade.

A EDITORA FAMEN é especializada em publicar conhecimentos relacionados ao campo da educação e a áreas afins por meio de plataforma on-line, como também em formato impresso. O endereço eletrônico para acessar as suas publicações e demais serviços acadêmicos é o www.editorafamen.com.br.

A EDITORA FAMEN realiza edição, difusão e distribuição de produções editoriais seguindo uma Política Editorial qualificada e baseada nas seguintes linhas: acadêmica, técnico-científica, produção didático-pedagógico, produção artístico-literária e cultura popular.

Formato: E-book/PDF
Tipologia: Anton, Aptos e Volkhov

2026 Natal/Rio Grande do Norte

Não encontrando nossos títulos na rede de livros conveniados e
informados em nosso site contactar a Editora Faculdade

FAMEN:

Tel: (84) 3653-6770 | Site: www.editorafamen.com.br

E-mail: editora@famen.edu.br

O manuscrito eletrônico intitulado “VOZES E VIVÊNCIAS: A ARTE DO APRENDER E CONVIVER”, vinculado ao curso de Pedagogia do Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB), por meio da Educação a Distância (EaD), na cidade de Tangará II / RN, tem como foco contribuir para a divulgação de resultados de pesquisas científicas na área da Pedagogia. Sistematizado para socializar pesquisas realizadas a partir do ano de 2023, possui caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, ao receber contribuições de diversas áreas e campos de saberes. O manuscrito disponibiliza por meio de versão eletrônica acesso internacional e gratuito para as ideias relacionadas ao campo da educação. O livro “Educação inclusiva e lúdica: práticas, desafios e conquistas na aprendizagem de crianças e jovens” possui 10 (dez) capítulos que abordam diversos temas das ciências da educação.